

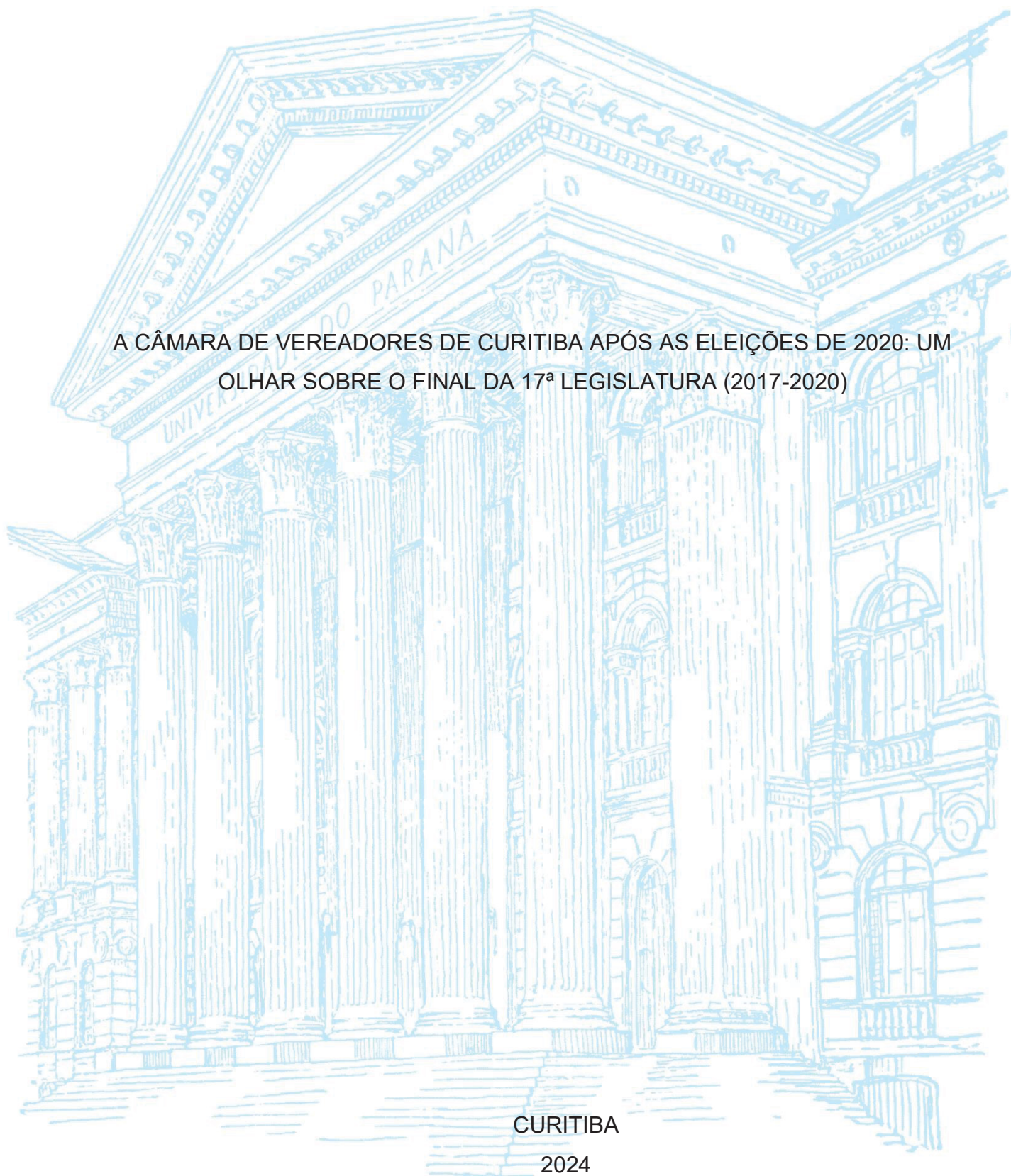
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JEULLIANO PEDROSO DE LIMA

A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA APÓS AS ELEIÇÕES DE 2020: UM
OLHAR SOBRE O FINAL DA 17ª LEGISLATURA (2017-2020)

CURITIBA

2024



JEULLIANO PEDROSO DE LIMA

A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA APÓS AS ELEIÇÕES DE 2020: UM
OLHAR SOBRE O FINAL DA 17ª LEGISLATURA (2017-2020)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva da Silveira

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Lima, Jeulliano Pedroso de

A Câmara de Vereadores de Curitiba após as eleições de 2020 :
um olhar sobre o final da 17ª legislatura (2017-2020). / Jeulliano
Pedroso de Lima. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e
Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva da Silveira.

1. Curitiba (PR) – Câmara dos Vereadores. 2. Análise do discurso.
3. Eleições municipais – Curitiba (PR). 4. Antropologia política.
I. Silveira, Marcos Silva da, 1962-. II. Universidade Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA - 40001016027P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de JEULLIANO PEDROSO DE LIMA intitulada: *A Câmara de Vereadores de Curitiba após as eleições de 2020 um olhar sobre o final da 17ª legislatura (2017-2020)*, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS SILVA DA SILVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 01 de Março de 2024.

Assinatura Eletrônica

01/03/2024 16:49:44.0

MARCOS SILVA DA SILVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

01/03/2024 16:47:23.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/03/2024 16:42:38.0

BRUNO BOLOGNESI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

Esta dissertação se concentra na análise das sessões plenárias da Câmara dos Vereadores de Curitiba após as eleições de 2020. Adotamos uma abordagem etnográfica para compreender os discursos e representações dos vereadores eleitos, não eleitos e não participantes, focando nas contradições e tensões deste período, que serviram para expor dinâmicas políticas mais complexas. A pesquisa é embasada na Antropologia da Política e utilizando a Teoria dos Rituais para entender o momento de transição pós-eleitoral. Coletamos materiais das sessões plenárias, atos oficiais e publicações em redes sociais com o objetivo de proporcionar uma análise antropológica abrangente do cenário político pós-eleitoral.

Palavras-chave: Teoria dos Rituais; Câmara de Curitiba; Pós-eleições; Vereadores de Curitiba; Antropologia da Política.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the analysis of the plenary sessions of the City Council of Curitiba after the 2020 elections. We adopt an ethnographic approach to understand the discourses and representations of elected, unelected, and non-participating councilors, focusing on the contradictions and tensions of this period, which served to expose more complex political dynamics. The research is grounded in the Anthropology of Politics and utilizes Ritual Theory to understand the post-electoral transition moment. We collected materials from plenary sessions, official acts, and social media posts with the aim of providing a comprehensive anthropological analysis of the post-electoral political scenario.

Keywords: Ritual Theory; Curitiba Chamber; Post-elections; Curitiba councilors; Studying Up.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2 - VOTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS AOS PROJETOS DO PREFEITO, POR COLIGAÇÃO DO VEREADOR47

FIGURA 4 - AMPLITUDE DE CLASSES DO ÍNDICE G56

FIGURA 5 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO BAIRRO ÁGUA VERDE67

FIGURA 6 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO BAIRRO BATEL68

FIGURA 7 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO BIGORRILHO69

FIGURA 8 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NAS MERCÊS70

FIGURA 9 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO MOSSUNGUÊ71

FIGURA 10 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO SEMINÁRIO72

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 - COMPARAÇÃO ENTRE AS ELEIÇÕES DE 2016 E 2020, SEGUNDO ELEITORES E CANDIDATOS¹⁵
- QUADRO 2 - MINIBIOGRAFIA DOS VEREADORES ELEITOS EM 2016 E REELEITOS EM 2020²⁸
- QUADRO 3 - CANDIDATOS A PREFEITO EM CURITIBA POR PARTIDO/COLIGAÇÃO - 2016³⁴
- QUADRO 4 - RESULTADO 2º TURNO DA ELEIÇÃO PARA PREFEITO EM CURITIBA - 2016³⁶
- QUADRO 5 - RESULTADO 1º TURNO DA ELEIÇÃO PARA PREFEITO DE CURITIBA - 2016³⁶
- QUADRO 6 - COMPOSIÇÃO DAS CADEIRAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA POR COLIGAÇÃO - 2017-2020³⁷
- QUADRO 7 - RESULTADO ELEIÇÃO DE VEREADORES - 2016³⁸
- QUADRO 8 - VOTOS DOS VEREADORES NOS PROJETOS⁴⁶
- QUADRO 9 - CANDIDATOS A PREFEITO DE CURITIBA POR PARTIDO/COLIGAÇÃO - 2020⁴⁹
- QUADRO 10 - RESULTADO 1º TURNO PARA PREFEITO DE CURITIBA - 2020⁵¹
- QUADRO 11 - VEREADORES ELEITOS EM CURITIBA - 2020⁵²
- QUADRO 12 - COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA POR COLIGAÇÃO - 2021-2024⁵³
- QUADRO 13 - VEREADORES REELEITOS DA COLIGAÇÃO DE RAFAEL GRECA E TROCAS DE BASE DE APOIO⁵⁴
- QUADRO 14 - PERFIS DOS VEREADORES SEGUNDO CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO DE VOTOS - 2016⁵⁷

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO09

1.1 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A SUA REALIZAÇÃO EM CURITIBA13

2 ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: TEORIA DA PRÁTICA E TEORIA DOS RITUAIS17

3 A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, SUA CONJUNTURA ELEITORAL E VEREADORES ELEITOS25

3.1 PRECURSORES33

3.1.1 CONJUNTURA PRÉ-201633

3.2 E A BASE?39

3.2.1 MOMENTO DE INFLEXÃO40

3.3 UM POUCO MAIS DAS ELEIÇÕES DE 202048

3.4 TIPOS DE VEREADORES54

4 ANÁLISE PÓS-ELEITORAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA À LUZ DA TEORIA DOS RITUAIS60

4.1 FAMÍLIA, AMIGOS, GRUPOS E TIMES POLÍTICOS79

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS85

REFERÊNCIAS90

APÊNDICE 1 – DESEMPENHO ELEITORAL DE CANDIDATOS ELEITOS EM 201692

1 INTRODUÇÃO

Minha história com a política começou cedo, influenciada pela militância dos meus pais, que tinham afinidades com partidos diferentes. Acompanhei minha mãe, que estava mais envolvida com o Partido dos Trabalhadores (PT), em suas atividades políticas durante a infância e adolescência. Aos poucos fui me envolvendo mais com a rotina partidária, participando de movimentos cívicos e estudantis durante o ensino médio e a universidade.

Apenas quando ingressei nas ciências sociais em 2005 tive o primeiro contato com a reflexão antropológica sobre a política. Meu projeto de iniciação científica, que acompanhou a Pastoral da Criança em Araucária, proporcionou a oportunidade de olhar para a política com a mediação da antropologia. Mais tarde no ano de 2020, em uma especialização em ciência política, estudei o impacto da diversidade racial na votação de Marina Silva no Paraná, quando concorreu à Presidência da República.

Minha carreira profissional seguiu na interface entre política eleitoral e políticas públicas, assessorando gestões e coordenando projetos. Sempre revisitava meus antigos textos da graduação e buscava subsídios em autores antropológicos, despertando uma nostalgia e o desejo de aprimorar meus conhecimentos.

Foi essa motivação que me levou ao PPGAA, buscando reencontrar mais sentido em tudo que vivenciava. Inicialmente pensei em visitar a Pastoral da Criança e meu município de infância, mas acabei me interessando pela possibilidade de estudar “os de cima”, especialmente no pós-eleição, em que muitas vezes somos conduzidos em vez de conduzir.

Neste contexto, esta dissertação apresenta uma narrativa baseada na análise de sessões plenárias ocorridas no período pós eleições municipais de 2020, na cidade de Curitiba. Alguns pontos devem ser considerados, como o fato de terem sido eleições incomuns, por terem sido realizadas durante a pandemia de Covid 19, que provocou intensas alterações na rotina. Dentre elas a alteração da data do pleito municipal. Tradicionalmente as eleições ocorrem no primeiro domingo do mês de outubro. Entretanto, em 2020 o tempo de campanha foi prorrogado e o pleito ocorreu apenas no dia 15 de novembro (1º turno) e 29 de novembro (2º turno). A pandemia também afetou a forma de se fazer campanhas políticas, não sendo possível realizar

ações “corpo a corpo”, que costumam ser recorrentes, o que tornou esta eleição única.

Por conta do isolamento causado pela pandemia, as sessões plenárias da Câmara dos Vereadores estavam sendo feitas de forma virtual. Dessa forma, a análise etnográfica aqui realizada foi feita com material colhido no virtual, a partir do acesso a sessões que ocorreram após os resultados das eleições de 2020, nas quais os vereadores reeleitos, não reeleitos e os que nem concorreram utilizavam as sessões para conversar entre si e com os eleitores e falar sobre suas experiências e projetos. Nesse exercício, busquei responder questões como: Quem são os principais atores políticos nesse jogo? A quem cada vereador direciona suas mensagens e agradecimentos? Com quais grupos sociais eles se comunicam?

É fundamental compreender como as construções discursivas podem fortalecer ou enfraquecer os vínculos dos grupos/times e, durante o exercício dos mandatos, apontar alianças e antagonismos. Em diversos momentos do convívio com atores que compõem a Câmara de vereadores de Curitiba, a referência para se manter relevante no jogo político era “ter time”, ser “parte de um time”, com isso os vereadores queriam dizer sobre o pertencimento a grupos de apoio específicos, relacionados a pautas ou contexto de origem. “Fazer parte de um time”, no contexto político, é essencial para exercer alguma influência no meio e ser reconhecido pelos pares – e pelos eleitores, quando o momento chegar.

Essa dimensão é importante para compreender as dinâmicas sociais que ocorrem além do ambiente institucional. Na política, não há espaço vazio, e é por meio das intervenções públicas em diversos espaços que podemos observar várias questões cruciais. Entre elas, como se expressam os representantes políticos, quais são suas intenções com suas manifestações, quem se beneficia de seus discursos e que mensagens subliminares suas palavras podem conter. Compreender esses aspectos é essencial para uma análise mais profunda da política e suas implicações na sociedade.

Para que fosse possível compreender esses discursos de forma etnográfica, considerei necessário pensar um pouco sobre a biografia de cada um dos atores envolvidos no contexto. Por conta disso, apresentei um pouco de suas trajetórias políticas e um quadro analítico nos anexos sobre a distribuição dos votos pelo território. Em vias de realizar uma análise teórica do que foi observado, busquei utilizar a Antropologia da Política, pensando nos vereadores como “de cima”, o que

adequa a análise à perspectiva do “*studying up*”, conforme proposto pelas autoras Sherry B. Ortner e Laura Nader. Iniciei minha pesquisa por Nader (2020, p. 334) e sua proposta de uma reinvenção da antropologia, que foca no estudo “dos colonizadores em vez dos colonizados, a cultura do poder em vez da cultura do impotente, a cultura da influência e não a da pobreza”. Busquei, assim, enfrentar o desafio de estudar os “de cima” para abordar questões com perspectivas distintas das perguntas comuns.

Outro recorte que estabeleço, ainda, à compreensão de que, dentro da Teoria dos Rituais, inspirada em Mariza Peirano (2002a e b), trataremos de um momento de transição, de limbo. É um momento singular no qual os envolvidos podem ter passado por uma mudança de status, embora a configuração de um novo status ainda não esteja completamente delineada, uma vez que a posse está prestes a ocorrer. Por conta disso, esta análise se concentrou nos vereadores que participaram da eleição e foram eleitos, nos que participaram e não foram eleitos, e nos que, porventura, não participaram (essas diferenças serão de fato relevantes e podem adiantar informações importantes).

A multiplicidade deste momento, com categorias diversas e interligadas, e a iminência de novas hierarquias e mudanças, permitem a percepção de outras relações a partir dos símbolos, signos e tudo o que os envolvidos mobilizam nesse período específico. É fundamental analisar a quem os vereadores eleitos agradecem, o que fica explícito em seus discursos e com quem estão se comunicando no ambiente público, especialmente quando transmitidos virtualmente.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foi importante compreender o princípio da representação e as relações estabelecidas tanto com a comunidade política como com a comunidade de origem dos vereadores, ou seja, onde conquistaram votos, mesmo que esses votos não tenham sido suficientes para a eleição. Esses aspectos são primordiais para entender as dinâmicas políticas e sociais que se desenvolvem nesse contexto específico de pós eleições, a partir de uma pesquisa etnográfica pautada por uma discussão teórica antropológica que foca neste momento liminar como fonte de análise de tensões e disputas que fomentam pautas para a nova legislatura e ao mesmo tempo resolvem questões da legislatura atual, mantendo o posicionamento dos atores políticos em voga..

No período selecionado, os atores estão, de certa forma, construindo uma imagem sobre si mesmos. Eles estão se expressando publicamente,

desempenhando um papel. Existe uma exposição consciente, uma intenção de justificar suas ações e dialogar com o público. Para esse fim, foram coletados materiais relacionados às sessões nas plenárias e atos oficiais, além das publicações feitas em redes sociais após a homologação do resultado do pleito. Esses elementos são essenciais para a análise das representações que os atores políticos estão projetando durante esse período específico.

Para analisar esses perfis e as possíveis relações a partir da documentação, optamos por dialogar com diversos autores, incluindo Pierre Bourdieu (1972, 1982, 1990, 1997). O sociólogo oferece uma perspectiva crítica sobre o sujeito como parte de um contexto de relações de poder, onde ele é influenciado por essas forças, mas também possui a capacidade de compreensão e ação no campo em que está inserido, agindo em defesa de seus interesses pessoais e/ou de classe. Essa abordagem enriquece nossa análise ao considerar as dinâmicas complexas que moldam o comportamento político dos atores estudados.

Nader (2020) observa que os antropólogos “clássicos” costumavam ir a campo impulsionados pela curiosidade de compreender um mundo desconhecido, e desde então demonstravam a disposição para reconfigurar questões que constituíam a pesquisa. Atualmente, o meio digital, mesmo sendo totalmente presente na maior parte das sociedades contemporâneas, também se apresenta como um “mundo desconhecido”, uma vez que influencia novas formas de sociabilidade construídas através de uma relação diferente com o espaço-tempo.

No entanto, o atual contexto conduz a uma constante recomposição da antropologia. Os novos dados e as novas experiências implicam em um esforço intelectual para repensar o modo de desenvolver um estudo antropológico. As teorias e os métodos se transformam. Portanto, a prática antropológica abre espaço para uma diversidade de técnicas de pesquisa.

Fazer etnografia não se limita apenas ao “ir a campo”. Pressupõe uma desconstrução e uma formação para ver o mundo de maneira descentrada; requer uma preparação teórica e prática para entender o campo de pesquisa e os sujeitos nele envolvidos. Diante da urgência de considerar o crescente uso das ferramentas etnográficas nas esferas digitais, a leitura dos materiais proporcionou uma reflexão sobre os recentes paradigmas metodológicos, originados dos desdobramentos da Antropologia e dos trabalhos investigativos, no que tange às mídias digitais, como campo, fonte, objeto e pesquisa.

Dessa forma, como um mecanismo que possibilita o contato com o outro, esteja ele perto ou distante, a etnografia mostra-se em sua multiplicidade, permitindo a inclusão de outros artifícios para obtenção de dados, considerando um mundo digital como ambiente possível de captação de fatos e documentos. Por mais mutável e turbulento que seja, o mundo virtual ainda está por ser desbravado pelos estudos científicos.

Para chegar à conclusão acerca da proposta apresentada, detalharemos as opções teórico-metodológicas nos capítulos que seguem, assim como esmiuçamos as apresentações dos atores envolvidos e o cenário no qual se desenrolam. Por fim, faremos um cruzamento dos dados, a fim de expor uma leitura antropológica do recorte estabelecido.

1.1 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A SUA REALIZAÇÃO EM CURITIBA

Antes de falar sobre os atores que serão analisados, vale apresentar em detalhes o funcionamento do pleito municipal na cidade de Curitiba. A capital do estado do Paraná é a oitava maior capital do país em termos populacionais, de acordo com o IBGE (2023). Além dos cargos de prefeito e vice-prefeito, que em 2020 foram disputados por 16 chapas, houve uma disputa acirrada pelas 38 cadeiras de vereadores na 18ª Legislatura da Câmara Municipal, com mais de mil candidatos pleiteando os cargos para o período entre 2021 e 2024. Assim como as demais cidades brasileiras (excetuando DF), Curitiba passa por eleições a cada quatro anos para a escolha de seu prefeito/vice-prefeito e vereadores.

Para uma breve apresentação do sistema eleitoral brasileiro, considera-se a exposição feita por Goldman:

Trata-se de um regime presidencialista bicameral, no qual eleições gerais, realizadas de quatro em quatro anos, escolhem o presidente da República, os governadores dos estados, os membros de uma das câmaras legislativas federais, o Senado, cujo mandato é de oito anos (cargos ditos “majoritários”), bem como os ocupantes dos cargos da outra câmara federal (a Câmara de Deputados), das câmaras estaduais (Assembleias Legislativas) – cargos chamados “proporcionais”. Alternadamente, também de quatro em quatro anos, são realizadas eleições municipais, que escolhem os prefeitos dos municípios (cargo “majoritário”) e os membros das câmaras municipais ou Câmaras de Vereadores (cargos “proporcionais”). O voto é obrigatório entre os 18 e 70 anos, e facultativo a partir dos 16 e após os 70. Em todas as eleições “majoritárias”, os partidos apresentam um candidato para cada nível em disputa (a não ser quando concorrem em “coligações”); o eleitor vota em um nome, e o mais votado é eleito. Nas eleições “proporcionais”, os partidos apresentam uma lista de candidatos para cada nível em disputa e o eleitor vota em apenas um nome. Os votos válidos e os em branco são somados, e o total é dividido pelo número de cadeiras a preencher, obtendo-se o “quociente eleitoral”. Apenas os partidos com votos acima do quociente eleitoral disputam as vagas. Os votos de cada partido cuja votação total fica acima do quociente eleitoral são divididos por esse número, obtendo-se o “quociente partidário” – número de cadeiras obtidas por cada partido, preenchidas, na ordem, pelos mais votados de cada um deles. Finalmente, as sobras da divisão servem para redistribuir as cadeiras restantes através de uma fórmula específica (GOLDMAN, 2004, p. 209-210).

De forma mais detalhada, no Brasil, o modelo eleitoral adotado para os cargos proporcionais é conhecido como “lista aberta”. Nesse sistema, um partido político apresenta aos eleitores de determinado território uma lista, também chamada de chapa, de candidatos para o cargo de vereança. Essa lista pode conter no máximo 150% de componentes em relação ao número de cadeiras em disputa. Em Curitiba, por exemplo, são no máximo 57 candidaturas¹, e dentre elas, deve haver um percentual mínimo de diversidade de gênero, estabelecido em 30%.

Segundo o IBGE, a população de Curitiba estaria estimada, em 2020, em 1.948.626 (um milhão, novecentas e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis) pessoas, enquanto a população registrada no censo de 2010 foi de 1.751.907 (um milhão, setecentas e cinquenta e uma mil, novecentas e sete) pessoas. Do total da população, 1.349.888 (um milhão, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito) eleitores se encontravam registrados e aptos a votar em 2020, um número um pouco maior do que os 1.289.215 (um milhão, duzentas e oitenta e nove mil, duzentas e quinze) do processo eleitoral anterior, realizado 2016.

¹ Regra alterada para o pleito que irá ocorrer em 2024. Nele se permitirá que os partidos ou federações apresentem chapas com o número de cadeiras que compõem o parlamento, +1. No caso de Curitiba o limite máximo será de 39 candidaturas.

Para fazer uma comparação entre as eleições de 2020 e as últimas realizadas em 2016, apresentamos o QUADRO 1:

QUADRO 1 - COMPARAÇÃO ENTRE AS ELEIÇÕES DE 2016 E 2020, SEGUNDO ELEITORES E CANDIDATOS

	2016		2020
Eleitores aptos	1.289.215	↗	1.349.888
Quantos eleitores compareceram	1.077.261	↘	942.467
Índice de abstenção	16,44% (211.954)	↗	30,18% (407.421)
Índice de votos nulos	9% (96.901)	↘	6,24% (58.780)
Índice de votos brancos	4,78% (51.495)	↗	4,99% (47.055)
Número de candidatos(as) a prefeito	9	↗	16
Candidatos(as) negros(as)	0	→	0
Candidatas mulheres	2	↗	6
Número de candidatos(as) a vereador:	1.114	↗	1.190
Candidatos(as) negros(as)	77	↗	87
Candidatas mulheres	332	↗	409

FONTE: O autor (2024).

Nas eleições municipais de 2016, como exposto anteriormente, Curitiba tinha 1.289.215 eleitores aptos a votar. Naquele pleito, o índice de abstenção chegou a 16,44%, outros 9% dos votos foram nulos e 4,78% foram votos em branco.

Quanto às candidaturas, nove candidatos disputaram a prefeitura, sendo apenas duas mulheres e nenhum candidato negro. A disputa do segundo turno se deu entre Ney Leprevost e Rafael Greca, com vitória deste último. Quanto aos candidatos a vereador, houve 1.190 (mil cento e noventa) candidaturas em 2020, frente a 1.114 (mil cento e quatorze) candidaturas em 2016, dos quais 77 eram candidatos ou candidatas negros(as) e 332 candidaturas femininas.

Apesar do grande número de candidatos, a resposta nas urnas foi a menor desde a redemocratização de 1985. A imprensa local divulgou que 30,18% dos eleitores se ausentaram do pleito, o que corresponde a 407.396 pessoas. O motivo, aparentemente consensual, teria sido o medo da pandemia. O índice, no entanto,

ficou acima da média nacional, de 23,1%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nas eleições municipais de 2020, a cidade de Curitiba tinha 1.349.888 eleitores aptos a votar. Desse número, 30,18% se abstiveram, sendo 6,24% os votos nulos e 4,99% os votos em branco.

Dos dezesseis candidatos que disputaram a Prefeitura, seis eram mulheres e nenhum candidato era negro. O pleito de 2020 marca a primeira candidatura de uma pessoa trans à Prefeitura de Curitiba. Ao final, Rafael Greca venceu a disputa, sendo reeleito como prefeito.

2 ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: TEORIA DA PRÁTICA E TEORIA DOS RITUAIS

Conforme afirma Peirano (1997), muito embora as críticas aos fundamentos da Antropologia entre as décadas de 1960-1970 tenham persistido, ocorreu de forma diferenciada das críticas voltadas à ciência política e à sociologia política, entre os anos 1940 e 1960. Disto resulta um ramo da disciplina que ficou conhecido como Antropologia da Política, tendo como referência inicial o estrutural funcionalismo de Radcliffe-Brown.

No Brasil, o projeto “Uma antropologia da política: rituais, representações e violência”, apresentado em 1997 para um edital do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), numa iniciativa conjunta do Ministério da Ciência e Tecnologia (Finep e CNPq) e do Ministério da Educação (CAPES), deu origem ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Sediado institucionalmente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, o NuAP é, desde então, a principal referência de Antropologia da Política no país.

No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa em questão não se trata de uma produção do NUAP. Ao invés disso, ela diz respeito a uma pessoa do meio político que almeja entender a política por onde transita a partir da perspectiva da antropologia. O objetivo é estabelecer um diálogo com os estudos realizados pelo NuAP para enriquecer a compreensão dos aspectos culturais e sociais envolvidos no campo político. “Nós não estudamos ‘a política em si’, mas sim como ela se revela entre nós e como a ordem social é imaginada e vivida, com suas regras, seus acasos e seus imponderáveis”, declara uma das principais pesquisadoras no Núcleo, Mariza Peirano (1998, p. 23).

Peirano defende uma abordagem holista e universalista para a Antropologia da política, em concordância com Geertz (2008). Segundo Peirano, a categoria “política” é sempre etnográfica tanto para os observados quanto para os pesquisadores. A Antropologia deve reunir o que a ideologia moderna separou, permitindo uma perspectiva universalista a partir da comparação entre universais concretos. Ao evitar a separação prévia dos níveis da “economia”, “direito”, “religião” e “política”, é possível elucidar a ideia-valor predominante em cada sociedade ou cultura e suas relações hierárquicas. Essa abordagem evita sucumbir às pressões ideológicas da própria ideologia moderna.

Os estudos sobre política, embasados na etnografia e comparação, são fundamentados por Peirano e têm seu suporte nas ferramentas antropológicas. Essa abordagem se alinha com o interesse histórico da Antropologia pelos rituais coletivos na política, visto que a política em diversas sociedades é caracterizada pela interseção entre escolha individual e grandes rituais coletivos (NuAP, 1998, p. 8).

Por isso, a Teoria dos Rituais pode ser aplicada a atos “marcantes e rotineiros, como representações e modos de ações que fazem a política” (NuAP, 1998, p. 8). Assim, a perspectiva apresentada pelo NuAP contempla a ideia de exploração do objeto aqui exposto, qual seja, analisar o processo pós-eleitoral para a formação da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Curitiba, na medida em que se trata de um evento social contemporâneo, definido, em termos etnográficos como político e, mais do que isso, institucional. Como preconiza o Núcleo, o evento escolhido para análise é socialmente relevante, público, tem visibilidade social, traz como consequência redefinições políticas ou legais e, afirmamos, revela novas dimensões estratégicas para exame (NuAP, 1998, p. 15)².

Entendemos que, no âmbito da Teoria dos Rituais, focalizamos nossa análise em um momento de transição e limbo. Este é um período peculiar em que os vereadores estão passando por um ritual de transição de status, ainda sem uma configuração definida, pois ocorre antes da posse. Dessa forma, examinaremos os discursos dos vereadores eleitos, daqueles que concorreram e não obtiveram sucesso, e daqueles que eventualmente não participaram do processo eleitoral.

Nesse momento, os vereadores estão construindo, especialmente por meio do discurso (extraídos de sessões ordinárias e veículos de comunicação social oficiais e pessoais), um novo cenário, uma nova posição perante os adversários políticos ou mesmo perante a base que o elegeu ou não elegeu e que, inclusive, podem influenciar ou mesmo definir o futuro da carreira política. Este momento ritual é cercado de nuances e atributos que, muitas vezes, também denotam um caráter performático dos envolvidos no processo analisado.

Os pesquisadores do NuAP destacam que a Teoria dos Rituais focaliza os “eventos da política” analisando suas dimensões padronizadas e ordenadas de palavras, expressas por múltiplos meios, com graus variados de formalidade, estereotipia, condensação e redundância. A eficácia da ação ritual é investigada

² Ver Bourdieu, 2010. Para o autor, a estrutura social é um sistema hierarquizado determinado pelas relações entre indivíduos, sejam econômicas (materiais), simbólicas (*status*) ou culturais.

como performativa, considerando três sentidos: o dizer como fazer, uma performance que envolve intensamente os participantes e a conexão com valores vinculados pelos atores durante a performance. Os eventos rituais têm traços formais compartilhados, mas variáveis, fundamentados em construtos ideológicos específicos em que forma e conteúdo estão interligados. Essa abordagem proposta por Stanley J. Tambiah abre a possibilidade de delinear um repertório de formas elementares da política por meio de comparações estratégicas com outros casos etnográficos contemporâneos ou históricos (NuAP, 1998, p. 16).

Embora tenha-se ciência de que a Teoria dos Rituais foi embasada, dentro das Ciências Sociais, nos estudos sobre religião, a relação intrínseca com os aspectos políticos da vida social, não só em âmbito particular, mas especialmente no âmbito público, podem ser observados justamente por aquilo que, mesmo na política, não parece facilmente explicável.

Peirano argumenta que a análise de rituais e a análise da política têm afinidades, especialmente no mundo moderno. A política, assim como os rituais, envolve fenômenos sociais que desafiam a racionalidade e a previsão dos meios e fins. De acordo com a perspectiva de Max Weber, a política é constituída por forças não domináveis, “diabólicas”, além de acasos e circunstâncias imponderáveis. Essa constante tensão entre meios e fins na política é resolvida pela responsabilidade da ação, que leva em conta os elementos irracionais inevitáveis da ação social (Peirano, 2002, s/p).

A opção por ampliar o material coletado, contemplando manifestações realizadas nos espaços não-oficiais da Câmara Municipal de Curitiba, também se deu por ascendência do Núcleo de Antropologia da Política. Considerando que “no tempo da política, tudo é politizado, da convivência cotidiana no grupo doméstico aos rituais funerários” (Peirano, 2002, p. 22).

Peirano (2002) destaca os elementos fundamentais da “arquitetura teórica” dos indivíduos observada por Weber, enfatizando a importância das particularidades individuais que podem tensionar as relações em ambientes políticos, mesmo fora das instituições formais. Weber ressalta a singularidade dos indivíduos históricos, seus casos específicos, carisma e poder como elementos essenciais. A política é o espaço onde surgem paradoxos e tensões entre convicção e prática, ética e conduta, meios e fins. Peirano associa a análise sociológica de rituais e eventos com

os aspectos imponderáveis e irracionais dos fenômenos, rompendo com a associação tradicional entre magia e irracionalidade na perspectiva de Weber.

Manifestações de políticos e personalidades retiradas das redes sociais frequentemente repercutem na imprensa convencional, proporcionando um espaço distante das instituições oficiais onde manifestações genuínas e espontâneas podem surgir. Portanto, analisar as ações dos parlamentares se torna ainda mais relevante nesse contexto.

Peirano (2002) destaca a importância de examinar tanto as ações quanto as palavras dos indivíduos. Para ela, ritos e eventos são reveladores de visões de mundo dominantes de determinados grupos, e a análise de rituais pode ser estendida para compreender eventos rotineiros ou excepcionais de uma sociedade. Além disso, a fala é um evento comunicativo que deve ser compreendido em seu contexto, tornando-se inseparável das ações realizadas pelos indivíduos.

Há mais um aspecto importante para trabalharmos com a metodologia escolhida: não é possível que a observação participante seja totalmente aplicável nos estudos que envolvem agências governamentais ou instituições de elite, a partir de sua interação com as pessoas. Nader (2020) aponta que uma situação específica pode até ser abordada, mas os dados só poderiam ser obtidos por meio da observação, e não da participação. Assim, se o antropólogo realmente pretende trabalhar para a “compreensão das instituições que, de uma maneira complexa, afetam a vida de muitas pessoas, ele deve adotar uma abordagem metodologicamente eclética” (Serber *apud* Nader, 2020, p. 351-352). A autora defende que em casos culturais nos quais a compreensão exigiria longos anos de participação antropológica, o uso de documentos pessoais e memórias pode ser uma alternativa para substituir essa participação.

Em 1972, Nader apresentou três razões principais para os antropólogos se dedicarem aos estudos voltados para os níveis superiores da hierarquia social, ou seja, os “de cima”: 1) a indignação, que confere sentido à atividade científica; 2) a necessidade de compreender as sociedades complexas em suas diversas posições hierárquicas para evitar uma perspectiva enviesada; 3) a relevância democrática em estudar as elites para garantir a capacidade informada de tomar decisões “livres” e a consciência de direitos fundamentais.

Nader enfatizou que não estudar os “de cima” resultou em teorias e descrições inadequadas. A compreensão dos poderosos é essencial para perceber

as várias facetas da cultura e evitar visões superficiais ou distorcidas de grupos, como os guetos. Por isso, estudar a configuração da Câmara Municipal no momento delineado, em que os vereadores, eleitos ou não, dentre os quais, muitos em início de carreira, disputam espaços e retóricas galgando a construção de um futuro político, é estudar, também, as possibilidades apresentadas para um futuro da sociedade curitibana, que receberá bem ou mal essas propostas, expressando suas vontades nos próximos pleitos.

Parafraseando Nader (2020), destaca-se que a ideia proposta neste trabalho é justamente não excluir outras opções de análises antropológicas. Trata-se de uma percepção, de uma escolha, a respeito de um momento considerado “útil ou crucial”, em termos do problema, para ampliar o domínio do estudo “para cima”, não perdendo do horizonte que as movimentações extraídas deste recorte também implicam, de uma forma ou de outra, em aspectos consideráveis “para baixo ou para os lados”.

A experiência de atuar em veículos de imprensa e a análise política, juntamente com uma prévia militância política, proporciona um acesso privilegiado aos vereadores, assessores e ao conhecimento operacional da Câmara Municipal de Curitiba. Essa posição, descrita na terminologia de Nader como pertencente aos “de cima”, ainda que se refira a uma “baixa elite política”, possibilita uma inserção em um espaço que, tanto durante a pandemia quanto antes e após esse período, talvez não fosse acessível de outra forma

Vale destacar, ainda, que a relação entre os indivíduos e os grupos políticos que participam deste processo determinam a dinâmica e, nesse sentido, adotaremos a perspectiva dos autores que trabalham a partir da análise das políticas de facções.

João Vicente Marques Lagüéns (2017) nos traz uma visão sobre alianças, grupos políticos e a atuação parlamentar. Lagüéns (2017) lembra que sua tese de doutorado analisou a relação entre a “Casa de Donga” e os acontecimentos relacionados à Prefeitura de Jacuípe, interior do estado de Alagoas, a partir das questões práticas e cotidianas da política local³. Com a intenção de chamar a

3 A 'Casa de Donga' emerge como um conceito crucial nesta discussão, representando tanto um espaço físico quanto simbólico onde a política local é articulada, negociada e vivenciada. Este local não é apenas a residência de Donga, um influente político local, mas também um centro nevrálgico da atividade política, onde eleitores, políticos e empresários se reúnem, discutem e tomam decisões. A aplicação deste conceito na análise revela como as relações pessoais, amizades e alianças se entrelaçam com interesses políticos e econômicos, refletindo a dinâmica complexa e multifacetada da política em um contexto local específico. A importância da 'Casa de Donga' para o

atenção para a noção de “grupo político”, o autor aponta como atividades que aparentemente se desenvolvem como “empreendimento individual” representam, na verdade, “atividades coletivas” de articulações de grupos, reafirmando a teoria de que a política é vivida e pensada como disputa de facções, mobilizando virtualmente toda a sociedade, pois as facções são formadas de partes que compõem a sociedade.

Assim, em suas palavras, “a relação das pessoas com a facção constitui uma adesão a uma parte da sociedade, e não uma escolha ou posicionamento político” (Lagüéns, 2017, p. 59). Ou seja, as ações relacionadas ao pertencimento ou não a determinada facção⁴ extrapolam, muitas vezes, os muros da política institucional, atuando não só durante as eleições, com o intuito de eleger candidatos, mas durante o exercício de mandatos. No entanto, com frequência tais eventos externos são encarados de forma tão naturalizada pelos participantes que, de forma tácita, também podem ser compreendidos como parte do jogo institucional.

Ainda que os “campos” de nosso estudo variem consideravelmente em termos de escala — o dele em uma pequena cidade de Alagoas e o meu na capital do Paraná —, encontramos uma ressonância nas descobertas. Lagüéns destaca a natureza do empreendimento político como uma iniciativa de grupo, ou no meu caso “time”, uma observação que ecoa na terminologia que identifiquei em meu campo. Essa noção, tal qual descrita pelo autor, revela que o que pode parecer um esforço individual é, na verdade, um processo coletivo. Isso se evidencia tanto na estratégia de coleta de votos quanto na atuação no espaço parlamentar.

Como bem observaram Velho e Kuschnir (2001, p. 89), sociedades “complexas, heterogêneas e diferenciadas”, resguardadas suas particularidades, determinam seu “*locus* da negociação política”, que envolve valores e interesses específicos, direta ou indiretamente relacionado à esfera do poder – seja material ou simbólico. Velho e Kuschnir (2001) apontam, no entanto, que na formação das

trabalho como um todo reside em sua capacidade de ilustrar concretamente como a política é realizada 'no chão', fora das esferas institucionais formais, destacando a relevância das interações humanas e das redes de relacionamento na construção da vida política.

4 Preservo o uso da terminologia “facções” nas referências aos autores, devido à sua associação com específicas correntes intelectuais. No entanto, escolho não a empregar em contextos explicativos e analíticos por duas razões principais: a não utilização do termo pelos atores políticos em questão e o significado contemporâneo que a palavra adquiriu em certos contextos.

sociedades moderno-contemporâneas, especialmente a partir do desenvolvimento do Estado, o domínio da política é constituído como “um campo específico, no qual agentes mais especializados vão ocupar posições estratégicas nesse processo amplo de negociação e interação dos diversos grupos e atores”. A passagem entre esses “domínios”, no entanto, pode não ser tão ritualizada, mas implica também o cruzamento de fronteiras significativas. Essa movimentação é percebida – ou não – entre os participantes, que passam a dosar suas movimentações e discursos de acordo com as exigências das facções das quais se aproximam.

Kuschnir (1999) reforça o papel da política enquanto mediação cultural analisando mandatos de vereadores do Rio de Janeiro. A autora observa enquanto ritos o processo eleitoral, a cerimônia de posse, a nomeação de assessores e a distribuição das salas e funções administrativas que envolvem as burocráticas, as políticas junto à população e as legislativas, que se referem mais especificamente à proposição de projetos. A observação da rotina de vereadores e sua atuação parlamentar levam a pesquisadora a afirmar que, além das diferenças, há também similaridades entre a atuação dos parlamentares de diferentes facções, mesmo as que se diferenciam pela atuação ideológica. Para Kuschnir (1999) a relação com a comunidade traz sempre algum aspecto assistencialista.

Essa constatação tem a ver com o movimento contínuo e constante dos indivíduos dentro e fora de seus grupos e facções, sempre na tentativa de permanência nos espaços políticos institucionais ou, ao menos, de representação. Para isso é necessário disputar em diferentes espaços, tanto com adversários políticos quanto com aliados, a depender dos objetivos.

Para conquistar o voto, finalidade maior de representantes públicos eleitos, é preciso antes conquistar representatividade entre os diferentes e entre os iguais. Para isso, o diálogo e as manifestações públicas são fundamentais. Durante estas movimentações, os políticos conseguem aproximação ou distanciamento dos grupos, consolidando ou debilitando sua posição atual, ganhando ou perdendo força, mas sempre caminhando em direção a algum campo político – situação, oposição ou ainda de “independentes”. Para além de conquistar ou não o voto e conseguir a reeleição, sua atuação poderá implicar, na vitória ou derrota de alguma ideia, proposição ou mesmo a derrota do seu grupo ou de grupos adversários.

A população, no geral, tende a compreender essa movimentação como decisão pessoal, individualizada, causada por motivações particularizadas,

abstraindo todo o conjunto de relações que resultam desse trânsito habitual e para a sociedade brasileira. Aos cientistas sociais, no entanto, cabe observar todo o contexto das ações e articulações à luz das contribuições teóricas pertinentes.

Para exemplificar essa afirmação, além dos exemplos do arcabouço bibliográfico selecionado, apresentaremos uma experiência empírica na Câmara Municipal de Curitiba após as eleições, antes do início da atual legislatura (2021-2024), momento ideal para observar certas posturas influenciadas pela tensão pós-eleitoral, que afetou tanto os reeleitos quanto os não reeleitos, potencialmente levando a uma revisão de sua atuação e reconhecimento nos grupos.

Esse processo, muitas vezes, ocorre de maneira tumultuada, algo que Carla Costa Teixeira (2004) destaca, mostrando como, em algumas situações, ações coletivas superam a atuação individual, enquanto em outros casos a autoridade individual prevalece sobre a posição dos grupos, inclusive em situações que poderiam ser interpretadas como quebra de decoro parlamentar. Ações que poderiam parecer impulsivas são, na verdade, estratégicas, trazendo benefícios para o grupo de interesse.

Os próximos Capítulos abordarão essas questões, com o objetivo de enriquecer a discussão acadêmica sobre a importância da observação antropológica dos espaços políticos institucionais e extra institucionais enquanto elementos que podem contribuir para uma compreensão mais precisa de certos eventos e até mesmo das transformações sociais.

3 A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, SUA CONJUNTURA ELEITORAL E VEREADORES ELEITOS

Desde o início da pandemia de COVID-19, as sessões da Câmara Municipal de Curitiba, assim como de outros municípios e da federação, passaram a ser realizadas à distância, por meio de plataformas virtuais. A decisão foi tomada em março de 2020, quando surgiram os primeiros registros de contaminação pelo coronavírus no Brasil e a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciava medidas globais de contenção das infecções. Naquele momento, a escolha de parar temporariamente com as sessões presenciais parecia ser a mais sábia dentro do que se esperava ser um curto *lockdown*.

Entretanto, naquele mesmo ano, os parlamentares municipais se preparavam para as eleições municipais que elegeriam o novo chefe do Executivo municipal, bem como os parlamentares da 18ª Legislatura. O pleito ocorreu em novembro, cerca de um mês depois do que estava previsto. Duas importantes alterações neste processo movimentaram de forma diferenciada as peças do tabuleiro: a pandemia e o fim das coligações para as eleições partidárias proporcionais, aprovada pelo Congresso Nacional, sob a forma da Emenda Constitucional 97/17.

A mudança na dinâmica das sessões, que inicialmente se esperava temporária, estendeu-se por meses e estabeleceu não só uma nova forma de tomar decisões políticas institucionais, como também de apresentá-las à população. Analisar esse processo sob a luz das Ciências Sociais é de imensa importância, pois ainda não é possível ter certezas sobre o impacto que a transferência do analógico ao virtual teve na percepção de diversos atores sociais. Compreender a profundidade das mudanças sociais e culturais causadas pelo COVID-19 nas formas como trabalhamos, nos relacionamos e exercemos a sociabilidade será um trabalho de anos, ao qual diversos pesquisadores não de se dedicar. Talvez, em breve, haja mais dados para dissertar a respeito.

Por ora, dentro do escopo deste trabalho, pretende-se problematizar o comportamento dos vereadores diante do resultado das eleições proporcionais de 2020 para a Câmara Municipal de Curitiba, o que será feito por meio da análise de sessões virtuais e de algumas manifestações extraoficiais dos envolvidos neste processo. Traçamos possíveis caminhos de análise aliados a um desejo profundo de

compreender, para além do que é visível, como a virtualidade, a distância física e o uso de ferramentas digitais, em um contexto de alterações legais no cenário político, impactaram o comportamento dos parlamentares e, conseqüentemente, a política institucional curitibana.

A seguir, serão apresentados os breves perfis dos 30 parlamentares que estiveram envolvidos nas eleições, tanto os que foram eleitos como os que não foram reeleitos devido à ausência de votos necessários. Para facilitar a compreensão, os candidatos serão separados em dois grupos: os reeleitos e os não reeleitos. É importante ressaltar que apenas oito vereadores, de um total de 38, optaram por não se recandidatar e, por esse motivo, não serão apresentados neste estudo.

Nas eleições municipais de 2020 tivemos algumas mudanças no aspecto normativo, como o fim das coligações e da divisão das vagas remanescentes.

No pleito anterior (2016), os partidos poderiam se coligar para a disputa proporcional, o que, na prática, para fins de cálculo de Quociente Eleitoral (QE), Quociente Partidário (QP) e divisão de vagas conquistadas, fazia com que dois ou mais partidos funcionassem como um só. Desta forma, determinado eleitor poderia votar num candidato do partido A, que defende a pena de morte, por exemplo, e eleger um candidato do partido B, que é ferrenhamente contrário à pena de morte, pois as coligações não precisavam respeitar aspectos ideológicos ou programáticos.

Assim, o fim das coligações busca corrigir parcialmente esta distorção, pois o candidato escolhido pelo eleitor pode não se eleger, mas o voto dele irá ajudar a eleger um candidato do mesmo partido que, se espera, possua maior similaridade ideológica com o voto do eleitor.

Com relação à divisão das vagas remanescentes (aquelas não preenchidas através do Quociente Partidário), anteriormente participavam apenas os partidos que atingissem o Quociente Eleitoral, ou seja, se o partido não tinha desempenho suficiente, na soma total dos votos, para conquistar uma única cadeira de vereador, ficavam de fora candidatos que obtinham nominalmente votações elevadas. Segundo as novas regras (art. 109 §2º do Código Eleitoral, e art.10, da Resolução/TSE 23.611), todos os partidos que participarem do pleito estarão aptos a receber estas vagas remanescentes, desde que o candidato faça no mínimo 10% do quociente eleitoral.

O Quociente Eleitoral (QE) é obtido a partir da divisão dos votos válidos pelo número de cadeiras a ser preenchido naquele pleito proporcional. Já o Quociente Partidário (QP) é obtido a partir da divisão dos votos válidos (se algum candidato for cassado ou tiver problemas no registro, seus votos não são considerados) recebidos pelo partido (candidatos + legenda), dividido pelo Quociente Eleitoral. O resultado irá expressar o número de cadeiras que o partido tem direito de ocupar.

Feitas as devidas considerações, expõe-se no QUADRO 2 uma breve apresentação dos vereadores, para que se possa, no próximo capítulo, trabalhar com maior profundidade a análise acerca de como se movimentaram diante do resultado eleitoral de 2020.







QUADRO 2 - MINIBIOGRAFIA DOS VEREADORES ELEITOS EM 2016 E REELEITOS EM 2020

	<p>Serginho do Posto REELEITO EM 2020</p>	<p>Sérgio Renato Bueno Balaguer, conhecido como Serginho Do Posto, é vereador de Curitiba desde 2004. Membro do DEM, anteriormente filiado ao PPS e PSDB, ocupou cargos importantes na Câmara, incluindo a presidência. Tentou a deputação estadual em 2010. Seu maior resultado eleitoral foi em 2008, quando obteve 12.661 votos.</p>
	<p>Beto Moraes REELEITO EM 2020</p>	<p>Beto Moraes, do PSD, é vereador em Curitiba eleito para cinco mandatos. Começou sua carreira política através do ativismo comunitário, foi assessor do ex-vereador Mauro Moraes, adotando seu sobrenome.</p>
	<p>Jairo Marcelino</p>	<p>O vereador Jairo Marcelino (PSD), apto à reeleição, faleceu durante a campanha devido à Covid-19, e a vereadora Julieta Reis (DEM), que seria candidata em 2020, renunciou à reeleição.</p>
	<p>Zezinho do Sabará REELEITO EM 2020</p>	<p>José Ortiz Lins, também conhecido como Zezinho do Sabará. Iniciou sua trajetória política em 2008 pelo PSB, e posteriormente, foi eleito em 2016 pelo PDT e reeleito em 2020 pelo DEM.</p>
	<p>Osias Moraes REELEITO EM 2020</p>	<p>Osias Moraes de Souza, é formado em Gestão Pública, pastor evangélico, radialista e comunicador. Cumpre seu segundo mandato, ambos conquistados pelo Republicanos (anteriormente PRB), com 8.239 votos em 2016 e 7.837 votos em 2020.</p>
	<p>Mestre Pop</p>	<p>Adilson Alves Leandro nasceu em Plautino Soares, foi vereador por dois mandatos em Curitiba, ambos pelo Partido Social Cristão (PSC), conquistados nas eleições de 2012 e 2016. Em 2020, tentou sem sucesso a reeleição pelo Partido Social Democrático (PSD). Fundador do grupo Guerreiros dos Palmares e presidente da Federação Paranaense de Capoeira.</p>
	<p>Pier REELEITO EM 2020</p>	<p>Pierpaolo Petruzzello é vereador pelo terceiro mandato consecutivo, sempre pelo PTB. Foi eleito em 2012 com 6.132 votos, em 2016 com 7.868 votos e em 2020 com 7.495 votos. Advogado de formação, é conhecido por sua atuação na causa das pessoas com deficiência. Foi líder do governo.</p>
	<p>Mauro Ignácio REELEITO EM 2020</p>	<p>Mauro José Ignácio, está em seu terceiro mandato na cidade de Curitiba. Os dois primeiros mandatos foram conquistados pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 2012 e 2016, obtendo 6.843 e 7.721 votos, respectivamente. Em 2020, foi reeleito pelo Democratas (DEM) com 5.755 votos. É formado em Administração de Empresas e servidor público da Secretaria de Educação e do Esporte do Estado do Paraná desde 1982.</p>

	Felipe Braga Côrtes	<p>Felipe Braga Cortes conquistou cinco mandatos como vereador em Curitiba. Formado em engenharia civil, assumiu seu primeiro mandato em 2003, após liderar a Companhia de Habitação Popular (Cohab). Possui um extenso histórico familiar na política paranaense. Em 2016, recebeu 7.708 votos pelo Partido Social Democrático (PSD). Optou por não se candidatar à reeleição em 2020.</p>
	Helio Wirbiski	<p>Helio Renato Wirbiski cumpriu dois mandatos na Câmara de Curitiba, ambos pelo Partido Popular Socialista - atualmente Cidadania - conseguindo 7.618 votos na eleição para seu segundo mandato. Não se candidatou para reeleição em 2020 e atualmente é Secretário Estadual de Esporte.</p>
	Toninho da Farmácia REELEITO EM 2020	<p>Antônio Carlos do Carmo, conhecido como Toninho da Farmácia, está no seu terceiro mandato. Iniciou sua carreira política em 2000, pelo PSC, mas foi eleito vereador somente em 2012, pelo DEM, sendo reeleito em 2016 e 2020. Formado em Gestão Pública, trabalhou no ramo das farmácias por mais de 30 anos.</p>
	Tito Zeglin REELEITO EM 2020	<p>Tito Zeglin está em seu nono mandato como vereador em Curitiba, sendo o parlamentar há mais tempo no cargo. Graduado em Jornalismo, trabalhou como radialista e é defensor dos direitos do idoso. Desde 1982, foi eleito vereador em todas as eleições, exceto em 2000, sendo filiado a diferentes partidos ao longo de sua trajetória, atualmente no PDT.</p>
	Fabiane Rosa	<p>Fabiane Rosa recebeu 7.328 votos em 2016, conquistando assim seu primeiro mandato como vereadora pelo Partido Social Democrático (PSD). Formada em pedagogia e especialista em educação ambiental, destacou-se no ativismo pelos direitos dos animais. Não se candidatou para reeleição em 2020. Atualmente, cumpre pena por peculato e concussão</p>
	Professor Euler REELEITO EM 2020	<p>Euler de Freitas Silva Junior, do PSD, é vereador em Curitiba desde 2016. Com formação em Administração e Engenharia Mecatrônica, atuou no Grupo Positivo onde se tornou conhecido por seu desempenho como professor.</p>
	Dona Lourdes	<p>Maria de Lourdes Beserra de Sousa, conhecida como Dona Lourdes, foi vereadora de Curitiba por quatro mandatos. Em 2004, com 6.438 votos, conquistou seu primeiro mandato pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 2016, teve sua última eleição, recebendo 7.142 votos. Não se candidatou para reeleição em 2020. Faleceu em 2021, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC).</p>
	Julieta Reis	<p>Julieta Maria Braga Cortes Fialho dos Reis, conhecida como Julieta Reis, obteve seis mandatos na Câmara de Curitiba. Na eleição de 2016, alcançou 6.821 votos pelo Democratas, hoje União Brasil. Antes de entrar para a política, foi funcionária pública. Em 2020, não buscou a reeleição, mas</p>

		apoiou a candidatura de seu filho, Rodrigo Reis.
	Colpani	Edmar Colpani, radialista de profissão, foi eleito pela primeira vez para a Câmara de Curitiba para a legislatura de 2013-2016 e obteve um segundo mandato para 2017-2020, com 6.783 votos pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Durante seu mandato, atuou como primeiro secretário da mesa diretora entre 2019 e 2020.
	Goura	Jorge Brand, conhecido como Goura, foi eleito para a legislatura de 2017-2020, mas exerceu apenas os dois primeiros anos do mandato. Goura obteve 6.573 votos como vereador. Em 2018, elegeu-se deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná, sendo reeleito em 2022. Foi o segundo colocado na eleição para prefeito de Curitiba em 2020.
	Sabino Picolo REELEITO EM 2020	Sabino Picolo, vereador em Curitiba por sete mandatos, iniciou sua carreira política em 1996. Graduado em Ciências Econômicas, passou por PPB, PSDB e DEM, ocupando posições significativas na Câmara, incluindo a presidência.
	Thiago Ferro	Thiago Kronit Ferro foi vereador por um mandato em 2016, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Teve passagem pelo Partido Progressista (PP) e pelo PSC, sem sucesso nas eleições de 2004, 2008, 2012 e 2020. É conhecido por sua atuação no setor religioso sendo Bispo da Igreja Sara Nossa Terra e coordenador da Marcha pra Jesus; Foi presidente da Fundação da Ação Social (FAS) em Curitiba.
	Cristiano Santos	Cristiano Pereira dos Santos, formado em jornalismo, conquistou dois mandatos como vereador na Câmara de Curitiba. Recebeu 14.819 votos em sua primeira eleição em 2012 pelo Partido Verde (PV) e foi reeleito pelo mesmo partido. Enfrentou um quadro grave de covid-19 em 2020 e não se candidatou à reeleição naquele ano.
	Tico Kuzma	Leônidas Edson Kuzma exerce atualmente seu quinto mandato consecutivo. Iniciou sua carreira política em 2004 pelo PPS, depois passou pelo PSB e atualmente é filiado ao PROS. É graduado em Administração de Empresas.
	Marcos Vieira REELEITO EM 2020	Marcos Antônio Vieira, foi eleito vereador em Curitiba duas vezes, primeiro em 2016 com 5.980 votos e depois em 2020 com 5.826 votos. Tem uma forte ligação com causas sociais e religiosas.
	Rogério Campos	Rogério Campos foi vereador por dois mandatos pelo Partido Social Cristão (PSC), sendo o primeiro em 2012 e o segundo em 2016. Nas eleições de 2020, concorreu pelo Partido Social Democrático (PSD), mas não conseguiu ter êxito.

	Paulo Rink	<p>Paulo Roberto Rink, foi vereador da cidade por dois mandatos. O primeiro, pelo Partido Popular Socialista (PPS), em 2012, e o segundo, pelo Partido da República (PR), atual Partido Liberal (PL), em 2016. Paulo Rink se destacou como atleta de futebol, especialmente no Athletico Paranaense.</p>
	Geovane Fernandes	<p>Geovane Alves Fernandes foi vereador por dois mandatos consecutivos, entre 2013 e 2020, ambos pelo PTB. Em 2020, concorreu à reeleição pelo Patriotas, mas não obteve sucesso e ficou como suplente. Tem atuação destacada na Gestão Pública, com experiência como gestor na Regional Boqueirão.</p>
	Dr. Wolmir	<p>Wolmir Cardoso de Aguiar, foi vereador por um mandato, eleito pelo PSC nas eleições de 2016, e tentou a reeleição em 2020 pelo Republicanos, mas ficou como suplente. É formado em Direito e tem vínculo com a Igreja do Evangelho Quadrangular.</p>
	Maria Manfron	<p>Maria Francisquini Manfron, esposa do ex-vereador Aldemir João Manfron, seguiu os passos do marido na política. Aldemir, que obteve sete mandatos, aposentou-se e deixou Maria como sua sucessora. Ela foi eleita com 4.633 votos pelo Progressistas (PP).</p>
	Noemia Rocha REELEITO EM 2020	<p>Noemia de Souza e Silva Alves Rocha está no quarto mandato, todos pelo MDB. Formada em Gestão Pública, é ligada à Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Obteve 3.810 votos em 2008, 8.132 em 2012, 4.615 em 2016 e 4.439 em 2020.</p>
	Bruno Pessuti	<p>Bruno Eduardo Fischer Pessuti, filho do ex-governador Orlando Pessuti foi vereador por dois mandatos na cidade. Seu primeiro mandato foi conquistado em 2012 pelo PSC, e o segundo em 2016 pelo PSD. Em 2020, tentou a reeleição pelo Podemos, sem sucesso. É Engenheiro Mecânico.</p>
	Professora Josete REELEITO EM 2020	<p>Josete Dubiaski da Silva é vereadora no quinto mandato consecutivo, todos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). É formada em Ciências Biológicas pela UFPR e trabalhou como bancária antes de ser professora.</p>
	Kátia dos Animais	<p>Katia Dittrich foi vereadora em Curitiba por apenas um mandato. Atuou profissionalmente na área da saúde, envolvendo-se em ações de proteção aos animais de rua e ao meio ambiente. Foi filiada ao PDT, pelo qual concorreu em 2012, e ao Solidariedade, partido pelo qual se elegeu vereadora em 2016. Em 2018, tentou ser eleita deputada estadual, sem sucesso, e não foi reeleita vereadora em 2020.</p>

	<p>Cacá Pereira</p>	<p>Agenor Pereira da Silva, ou Cacá Pereira, cumpriu dois mandatos na Câmara de Curitiba, ambos pelo Partido Social-Democrata Cristão, atual Democracia Cristã (DC). Foi eleito com 3.838 votos no primeiro mandato e somou 3.728 no segundo. Também presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Condutores de Veículos Motonetas, Motocicletas e Similares de Curitiba (Sintramotos).</p>
	<p>Mauro Bobato REELEITO EM 2020</p>	<p>Carlos Mauro Bobato, filho de ex-vereador está em seu segundo mandato pelo PODEMOS. Foi eleito em 2016, quando o partido se chamava PTN, com 3.580 votos, e reeleito em 2020 com 3.892 votos.</p>
	<p>Professor Silberto</p>	<p>Silberto Cardoso, foi vereador em Curitiba por um único mandato conquistado nas eleições de 2016, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Durante sua trajetória política, disputou três eleições pelo mesmo partido, tentando sem sucesso uma vaga como deputado federal em 2018 e a reeleição como vereador em 2020, quando acabou como suplente.</p>
	<p>Oscalino do Povo REELEITO EM 2020</p>	<p>Oscalino de Melo está no segundo mandato. O primeiro foi conquistado em 2016 pelo PTN (atual PODEMOS) com 3.427 votos e o segundo em 2020 pelo Progressistas (PP) com 4.093 votos.</p>
	<p>Maria Leticia REELEITO EM 2020</p>	<p>Maria Leticia Fagundes, foi eleita vereadora por dois mandatos, o primeiro em 2016 com 3.311 votos e o segundo em 2020 com 4.019 votos. É médica legista do Instituto Médico Legal e fundadora da ONG MaisMarias, engajada no combate à violência contra a mulher.</p>
	<p>Ezequias Barros REELEITO EM 2020</p>	<p>Ezequias de Souza Barros está em seu segundo mandato. Conquistou o primeiro mandato pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) nas eleições de 2016 e o segundo pelo Partido da Mulher Brasileira (PMB) em 2020, possui forte atuação religiosa como bispo em uma congregação e carreira na música gospel. Tentou ingressar na política em 2004 e 2012, mas só se elegeu em 2016.</p>

FONTE: O autor (2024).

3.1 PRECURSORES

Embora este trabalho tenha um escopo temporal específico, centrado no período pós-eleição de 2020, é importante considerar que os agentes políticos envolvidos têm carreiras longas e relações preexistentes que impactam a confiança, as alianças e as disputas entre os vereadores que atuaram no final da 17ª legislatura.

Com isso em mente, apresentarei um breve contexto político não apenas da legislatura que terminou em 2020, mas também da que teve início em 2012 e das eleições que as originaram.

3.1.1 CONJUNTURA PRÉ-2016

Para compreender adequadamente a dinâmica política da legislatura de 2016, é imprescindível retroceder ao cenário político de 2012. A eleição municipal deste ano em Curitiba apresentou desdobramentos significativos, moldando o ambiente político subsequente. Gustavo Fruet, do PDT, emergiu como uma figura central ao ser eleito prefeito, superando Ratinho Junior do PSC, que liderara no primeiro turno.









Neste período, uma intrincada teia de alianças políticas e estratégias eleitorais veio à tona. Luciano Ducci, do PSB, embora não tenha alcançado o segundo turno, desempenhou um papel crucial na dinâmica política. Sua coligação, que incluía uma parcela significativa dos vereadores atuais e antigos, conquistou uma expressiva vitória na Câmara Municipal, assegurando 20 das 38 cadeiras disponíveis. Este sucesso refletiu a habilidade de Ducci em mobilizar apoio entre políticos de carreira consolidada e influentes na política local.

O desempenho da coligação de Ducci teve implicações diretas para a governabilidade de Fruet. Ao iniciar seu mandato, Fruet encontrou um cenário desafiador na Câmara Municipal, com apenas 8 dos 38 vereadores pertencendo à sua coligação. Este contexto evidencia a centralidade das dinâmicas de poder na política local e a importância das negociações e alianças entre os diferentes grupos políticos.

A fragmentação da coligação de Ducci no caminho para as eleições de 2016 é um aspecto fundamental para entender a política curitibana desse período. A maioria dos vereadores que inicialmente apoiavam Ducci se dividiram entre apoiar Fruet e Rafael Greca na próxima eleição. Esta divisão reflete uma estratégia pragmática de alinhamento com o poder executivo, contrastando com uma postura mais programática e ideológica de outros políticos. A composição final da Câmara Municipal em 2016, portanto, deve ser vista como um produto dessas dinâmicas complexas e mutáveis.

Em suma, a análise da legislatura de 2016 em Curitiba exige uma compreensão do contexto político de 2012. As alianças, estratégias e decisões tomadas naquele ano formaram a base sobre a qual se desenrolaram os eventos políticos subsequentes, moldando a paisagem política da capital paranaense. Parte do contexto pode ser compreendido a partir da visualização do QUADRO 3.

QUADRO 3 - CANDIDATOS A PREFEITO EM CURITIBA POR PARTIDO/COLIGACÃO - 2016

Candidatos	Partido/coligação	Coligação
 Ademar Pereira	PROS	Isolado
 Gustavo Fruet	Curitiba Segue Em Frente	PDT - PV - PTB - PRB - PPS
 Maria Victoria	Renova Curitiba	PP - SD - PR - PMB - PHS - PRTB
 Ney Leprevost	Corrente do Bem	PSC - PSD - PATRIOTA - PTC - PPL - PC do B - PSL
 Rafael Greca	Curitiba Inovação e Amor	PMN - PSDB - PSB - DEM - PTN - PSDC - PT do B
 Requião Filho	Curitiba Justa e Sustentável	PMDB - REDE
 Tadeu Veneri	PT	Isolado
 Xênia Mello	Frente de Esquerda	PSOL – PCB

FONTE: O autor (2024).

A pulverização da disputa pelo poder executivo municipal não é apenas um reflexo da complexidade política de Curitiba, mas também um espelho das tensões e transformações mais amplas que marcaram a política brasileira naquele período.

Quanto ao resultado no primeiro turno, houve três blocos distintos:

O primeiro bloco, caracterizado por uma disputa acirrada, foi dominado por Rafael Greca, Ney Leprevost e Gustavo Fruet, cada um alcançando aproximadamente 20% dos votos. Este grupo destacou-se significativamente, com Greca e Leprevost avançando para o segundo turno, demonstrando sua forte presença e influência no cenário político curitibano.

O segundo bloco, composto por Maria Victoria, Requião Filho e Tadeu Veneri, registrou uma faixa de votação mais moderada, variando entre 4% e 6%. Este desempenho reflete um nível de apoio considerável, embora não suficiente para disputar a liderança, mas sendo determinante para as eventuais alianças no segundo turno.

Finalmente, o terceiro e último bloco, integrado por Ademar Pereira e Xênia Mello, alcançou menos de 3% dos votos.

A distribuição dos votos neste primeiro turno não apenas mapeia o panorama político de Curitiba, mas também reflete a complexidade e os diferentes níveis de aceitação e apoio que cada candidato e suas propostas encontraram entre o eleitorado. Esses resultados são fundamentais para compreender as dinâmicas políticas locais e as preferências do eleitorado naquele momento específico, destacando um predomínio de candidaturas de direita e centro-direita. Tais informações podem ser encontradas no QUADRO 4.

QUADRO 5 - RESULTADO 1º TURNO DA ELEIÇÃO PARA PREFEITO DE CUTIRIBA - 2016

Candidato	Partido	Coligação	Votos válidos
Rafael Greca	PMN	PMN / PSDB / PSB / DEM / PTN / PSDC / PT do B	356.539
Ney Leprevost	PSD	PSC / PSD / PEN / PTC / PPL / PC do B / PSL	219.727
Gustavo Fruet	PDT	PDT / PV / PTB / PRB / PPS	186.067
Maria Victoria	PP	PP / SD / PR / PMB / PHS / PRTB	52.576
Requião Filho	PMDB	PMDB / REDE	52.017
Tadeu Veneri	PT	PT	39.758
Ademar Pereira	PROS	PROS	11.489
Xênia Mello	PSOL	PSOL / PCB	10.683

QUADRO 4 - RESULTADO 2º TURNO DA ELEIÇÃO PARA PREFEITO EM CURITIBA - 2016

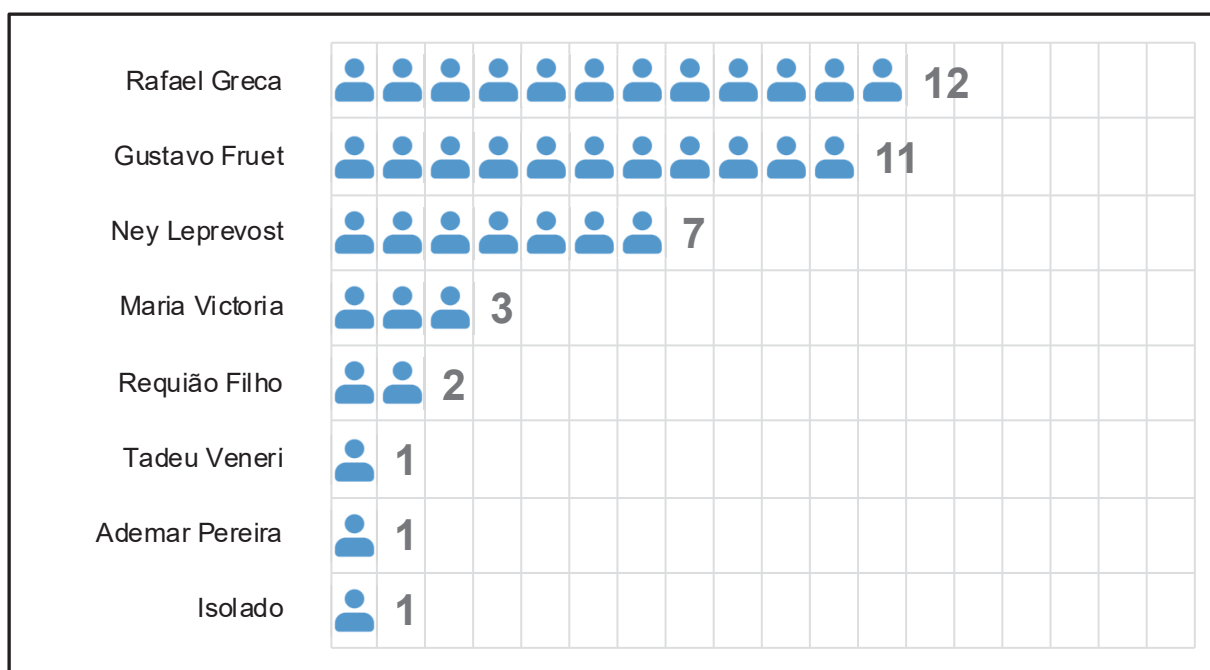
Candidato	Partido	Coligação	Votos válidos
Rafael Greca (Eleito)	PMN	PMN / PSDB / PSB / DEM / PTN / PSDC / PT do B	461.736
Ney Leprevost	PSD	PSC / PSD / PEN / PTC / PPL / PC do B / PSL	405.315

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral.

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

Findo o primeiro turno, o resultado da eleição para o cargo de vereador ficou com a composição abaixo relacionada (QUADRO 6):

QUADRO 6 - COMPOSIÇÃO DAS CADEIRAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA POR COLIGAÇÃO - 2017-2020



FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

Na análise das eleições municipais de 2016 em Curitiba, destaca-se Rafael Greca como a figura mais proeminente, tanto na corrida pelo executivo quanto no apoio na Câmara Municipal. Greca conquistou a liderança no primeiro turno, evidenciando uma base sólida de apoio tanto entre os eleitores quanto na esfera política.

Por outro lado, Ney Leprevost, embora tenha sido o segundo candidato mais votado, enfrentou limitações em relação ao apoio na Câmara Municipal. Sua coligação não conseguiu garantir uma representação significativa entre os vereadores, destacando uma discordância entre a preferência popular para o cargo executivo e o apoio legislativo.

No entanto, Gustavo Fruet, apesar de não ter avançado para o segundo turno na disputa pelo executivo, demonstrou uma habilidade notável em consolidar apoio político, garantindo 11 cadeiras na Câmara. Esse feito é particularmente notável considerando a composição de sua coligação. Fruet construiu uma base de apoio reunindo políticos tradicionais, muitos dos quais faziam parte da coligação anterior de Luciano Ducci. Esse grupo de vereadores tendia a alinhar-se com a direção do poder executivo municipal, uma dinâmica que se mostrou bem-sucedida

para os vereadores, mesmo com Fruet não sendo um dos favoritos na eleição para a prefeitura, uma tendência que já havia sido observada no pleito anterior.

QUADRO 7 - RESULTADO ELEIÇÃO DE VEREADORES - 2016

Candidato	Partido	Coligação	Votos válidos
Serginho do Posto	PSDB	PSDB / PT do B	11.272
Beto Moraes	PSDB	PSDB / PT do B	10.097
Jairo Marcelino	PSD	PSD	8.865
Zezinho do Sabará	PDT	PDT / PRB	8.473
Osias Moraes	PRB	PDT / PRB	8.239
Mestre Pop	PSC	PSC	8.210
Pier	PTB	PTB	7.868
Mauro Ignácio	PSB	PMN / PSB / DEM	7.721
Felipe Braga Côrtes	PSD	PSD	7.708
Helio Wirbinski	PPS	PPS	7.618
Toninho da Farmácia	PDT	PDT / PRB	7.549
Tito Zeglin	PDT	PDT / PRB	7.447
Fabiane Rosa	PSDC	PSDC	7.328
Professor Euler	PSD	PSD	7.188
Dona Lourdes	PSB	PMN / PSB / DEM	7.142
Julieta Reis	DEM	PMN / PSB / DEM	6.821
Colpani	PSB	PMN / PSB / DEM	6.783
Goura	PDT	PDT / PRB	6.573
Sabino Picolo	DEM	PMN / PSB / DEM	6.565
Thiago Ferro	PSDB	PSDB / PT do B	6.298
Cristiano Santos	PV	PV	6.151
Tico Kuzma	PROS	PROS	6.113
Marcos Vieira	PDT	PDT / PRB	5.980
Rogério Campos	PSC	PSC	5.748
Paulo Rink	PR	PP / PR / PMB	5.607
Geovane Fernandes	PTB	PTB	5.434
Dr. Wolmir	PSC	PSC	5.182
Maria Manfron	PP	PP / PR / PMB	4.633
Noemia Rocha	PMDB	PMDB / REDE	4.615
Bruno Pessuti	PSD	PSD	4.562
Professora Josete	PT	PT	4.432
Kátia dos Animais	SD	SD	4.068
Cacá Pereira	PSDC	PSDC	3.728
Mauro Bobato	PTN	PTN	3.580
Professor Silberto	PMDB	PMDB / REDE	3.577
Oscalino do Povo	PTN	PTN	3.427
Maria Leticia	PV	PV	3.311
Ezequias Barros	PRP	PRP	3.006

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

3.2 E A BASE?

Analisar a base do prefeito na câmara municipal, seja pela via partidária ou da coligação que o acompanhou na eleição, pode não ser o caminho mais esclarecedor. Para uma abordagem mais profunda, é mais proveitoso considerar duas votações polêmicas ocorridas no legislativo municipal. Essas votações podem ser o melhor caminho para compreender a dinâmica entre base e oposição da Câmara Municipal de Curitiba em relação ao poder executivo.

Nesse contexto, destacam-se duas propostas de projetos de lei que geraram mobilização na sociedade e na opinião pública durante o primeiro mandato do prefeito Rafael Greca. Os projetos de lei tratavam do congelamento dos planos de carreira dos servidores municipais e de uma proposta de alteração no sistema previdenciário. Embora um levantamento mais abrangente possa oferecer uma análise mais detalhada, por ora, focaremos nessas votações devido ao alto grau de engajamento que exigiram e aos esforços significativos da prefeitura para garantir sua aprovação na Câmara.

Durante o mandato de Rafael Greca na Câmara Municipal de Curitiba, observa-se uma habilidade notável do prefeito em consolidar sua base de apoio, inclusive atraindo vereadores de outras coligações, como as de Ney Leprevost e Maria Victoria. Essa capacidade de Greca em formar alianças sólidas pode ser atribuída, em grande parte, à proximidade política entre os partidos de sua coligação municipal e aqueles alinhados com o governo estadual, liderado por Beto Richa do PSDB. A escolha do vice na chapa de Greca, indicado pelo PSDB, evidencia essa conexão política.

A força da base de Greca foi particularmente evidente durante a votação dos projetos de lei polêmicos, como o PL 005.00194.2017 e o PL 005.00196.2017. Estes projetos, que propunham o congelamento dos planos de carreira dos servidores municipais e mudanças no sistema previdenciário, respectivamente, originaram-se do executivo municipal e enfrentaram forte resistência dos sindicatos e associações de servidores. As consequências foram greves e até ocupações da Câmara Municipal, culminando na necessidade de mudar o local de votação para a Ópera de Arame, devido à intensidade dos protestos.

3.2.1 MOMENTO DE INFLEXÃO

O ano era 2017 e Curitiba testemunhava o retorno de Rafael Greca à prefeitura, 24 anos após seu primeiro mandato. No entanto, seu retorno não foi marcado apenas por comemorações, existiu um grande momento de divisão, que foi a votação de projetos de lei que foram chamados pelo executivo de “Plano de recuperação de Curitiba” e pelos membros da oposição e sindicatos de foi chamado de "pacotaço".

Este conjunto de medidas proposto pelo prefeito Greca visava um ajuste fiscal, mas teve um impacto profundo na relação entre a administração municipal e os servidores públicos, bem como na dinâmica política da cidade.

Em março daquele ano, quando o projeto foi enviado para a Câmara, o vereador líder do governo Pier Petruzzielo (PTB) disse em entrevista ao G1⁵ que “os projetos tratam de um reajuste que nós temos que fazer e nós temos que, neste momento, ser firmes”. Semanas antes da votação, os vereadores Bruno Pessuti (Podemos) e Sabino Picolo (DEM) disseram à Band News⁶ que eram favoráveis ao ajuste, mas pediram mais tempo para analisar o texto.

Uma das propostas mais controversas dos projetos de lei afetava diretamente mais de 30 mil servidores ativos e outros 16 mil aposentados e pensionistas, com a possibilidade de congelamento de benefícios. Essa medida provocou uma mobilização maciça entre os servidores, levando até mesmo a transferência da votação final para a Ópera de Arame, visando garantir segurança durante o processo.

Os vereadores de primeira viagem sentiram a pressão da votação. Na ocasião, a vereadora Katia Dittrich (SD), afirmou à Gazeta do Povo⁷ que era difícil fazer a transição de “pedra para vidraça”. “Como é o primeiro mandato, a gente tem um certo temor, mas temos trabalhado isso de forma serena, buscando informações para conseguirmos pesar os dois lados”.

5 Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/vereadores-de-curitiba-aprovam-6-proposta-do-pacotaco-de-greca-projeto-trata-do-nota-curitibana.ghtml>>.

6 Disponível em: <https://bandnewsfmcuritiba.com/vereadores-pedem-mais-tempo-para-votar-ajuste-fiscal/#google_vignette>.

7 Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/vereadores-novatos-sentem-pressao-e-ajuste-de-greca-tem-resistencia-na-camara-dobuosnp8e2h66o6jjvma884k/>>.

Ao todo, o projeto recebeu 40 emendas. As propostas incluem aumento gradual da contribuição previdenciária por parte dos servidores e do município, a incorporação pela prefeitura de R\$600 milhões do fundo previdenciário dos servidores e a mudança da data do reajuste dos servidores.

Apesar da resistência dos funcionários públicos, os PL's foram aprovados em segundo turno pela Câmara Municipal, com 26 votos a favor e 10 contra. No entanto, o resultado da votação não encerrou as tensões políticas que de alguma forma dividiram a Câmara Municipal.

Vereadores, até então, aliados do prefeito Rafael Greca, não seguiram as orientações de seus partidos e votaram contra o projeto: Mestre Pop (PSC), Jairo Marcelino (PSD); Felipe Braga Côrtes (PSD) e Professor Euler (PSD).

“Podemos aceitar - entre aspas - quando mexe com todos, mas agora quando mexe com os que mais precisam não dá para aceitar. Temos que rever contratos, cobrar os devedores. Se for cortar na carne que corte na carne de todos”, vereador Cacá Pereira (PSDC) durante sessão plenária.

Em declaração à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Confetam)⁸), o vereador Felipe Braga Côrtes criticou a pressa em estabelecer o regime de urgência para a votação, argumentando que os projetos poderiam ser discutidos sem precipitação até o final de junho. Ele alertou para os danos que o pacote poderia causar à prestação de serviços em Curitiba e expôs discordâncias técnicas durante a votação.

Durante o encaminhamento da votação das emendas no plenário improvisado, Felipe Braga Côrtes expôs colegas que haviam aprovado as emendas na Comissão de Legislação e Justiça, mas que na hora da nova votação foram contrários. Ele falou diretamente aos servidores mencionando que o texto da emenda aprovado por toda comissão trazia pontos positivos aos funcionários públicos.

Enquanto o vereador Mauro Ignácio (PSB) lia os encaminhamentos da proposta redigida por ele, era possível ouvir os gritos de protestos dos servidores. Ele aproveitou para rebater uma publicação do Sindicato que afirmou que ele queria honrar os compromissos com os fornecedores da prefeitura em detrimento dos servidores. “É mentira! É mentira porque nesse projeto diz que só haverá pagamento

8 Disponível: <<https://confetam.org.br/noticias/vereadores-ligam-tratoraco-e-aprovam-regime-de-urgencia-no-pacote-de-maldades-9072/>>.

quando houver caixa para isso. A prioridade é o pagamento dos servidores”. Ignácio destacou ainda que apesar das medidas serem impopulares, elas eram necessárias para o funcionamento da cidade.

O entendimento se o saque é legal ou não é uma questão política, é uma questão jurídica. Não é na Câmara que tem que estar isso aí. A Prefeitura se acha que tem que fazer o saque, faça e depois responda por isso judicialmente. Agora estão querendo jogar para nós a responsabilidade que não é nossa. Não tem o menor cabimento esse projeto estar aqui. (Vereador Professor Euler durante sessão plenária).

Já a vereadora Noemia Rocha (MDB) que chegou a chamar Rafael Greca de monarca e reclamou da falta de palavra dos vereadores que aprovaram o regime de urgência. “Aprovam regime de urgência porque se sentem pressionados pelos servidores”. A vereadora disse à Confetam que existem cargos comissionados não localizados na Prefeitura de Curitiba.

O que estamos votando aqui hoje vai sim refletir na população. Porque quando tirarem os direitos e conquistas históricas dos servidores eles vão estar desmotivados ao trabalho, a fazer política pública lá na ponta. Vai cair a produtividade e a excelência. E quem recebe o trabalho do servidor? A população. (Vereadora Noemia Rocha durante sessão plenária)

Ao subir na tribuna novamente, Noemia foi interrompida pela vereadora Professora Josete que fez um apelo pela suspensão da sessão:

. “Eu estou indignada. Não sei como podem os vereadores da base de apoio votarem dessa forma tranquila. Tem mais gente lá fora agora apanhando e levando gás lacrimogêneo. Por favor, vamos suspender a sessão. (Vereadora Professora Josete durante sessão plenária).”.

Noemia então retomou a palavra e disse que se fosse verídico o que estava acontecendo na área externa da Ópera de Arame ela não iria comungar com isso.

“Não quero estar no parlamento com pessoas apanhando. Acho que nós devíamos nos retirar. É só ir lá e ver, vai ver presidente. Faço um apelo para o pessoal da oposição do PDT, PT e MDB, para gente se retirar e acabar com isso. Devemos nos retirar, olha lá dá para ouvir as bombas. não podemos seguir, é inconcebível, não podemos ser diferentes. Estamos nos retirando. E eu espero que o vereador Zezinho do Sabará saia também porque o PDT era o governo aqui dessa casa. (Vereadora Noemia Rocha durante sessão plenária).”.

“Eu não vou participar dessa sessão com violência lá fora e acho que se os vereadores tivessem um pouco de bom senso fariam isso também”, vereadora Professora Josete (PT) durante sessão plenária. Aos pedidos de calma do presidente da Câmara Serginho do Posto (PSDB) a votação continuou. O vereador Bruno Pessuti (PSD) nomeou um a um dos vereadores para votação.

“Me envergonha o que está acontecendo. Eu estou indo embora. Está tendo bala de borracha, tchau para vocês”, Vereador Goura (PDT) durante sessão plenária. “Nem mesmo o maior traficante do Brasil na sua transferência teve um aparato que nem esse. O homem que representa risco ao país não teve um contingente militar desse tamanho. O servidor público está sendo tratado pior do que bandido”, vereador Mestre Pop (PSC) durante sessão plenária.

A sindicalista Irene Rodrigues, do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba (Sismuc)⁹), chamou o processo de "circo armado sem precedentes", enquanto a vereadora da oposição, Professora Josete, questionou a falta de transparência e debate sobre os pontos fundamentais do pacote. “Essa casa não tem autonomia. Nós estamos votando a toque de caixa e sem esclarecer os pontos fundamentais. Nós vemos projetos que tocam nos direitos e no fundo de previdência serem aprovados para esse dinheiro ser usado como quiser”.

A sessão que durou quatro horas, seis minutos e dezoito segundos foi marcada por interrupções, discordâncias, mas também pelo silêncio de boa parte dos vereadores da base governista que preferiram se posicionar apenas com o voto, evitando expor seus argumentos na plenária.

Após a aprovação, alguns parlamentares alegaram que o prefeito Greca estaria retaliando os vereadores que votaram contra os projetos, realizando uma série de exonerações de servidores comissionados, ligados especialmente aos vereadores dissidentes Tito Zeglin (PDT), Mestre Pop (PSC) e Jairo Marcelino (PSD).

“Vou fazer um pedido para que me expliquem as exonerações. Eles cumpriam o serviço e eram servidores eficientes”, disse à época o vereador Jairo Marcelino à Gazeta do Povo¹⁰.

9 Disponível em: <<https://sismuc.org.br/2020/11/17/post17746/>>.

10 Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/vereadores-novatos-sentem-pressao-e-ajuste-de-greca-tem-resistencia-na-camara-dobuosnp8e2h66o6jjvma884k/>>.

Essas demissões, vistas como retaliação, deram ainda mais visibilidade às denúncias de que a prefeitura estaria oferecendo cargos políticos em troca de apoio ao plano de ajuste fiscal, uma acusação levantada pelo vereador Professor Euler. O parlamentar escreveu em sua página no Facebook, em junho de 2017, que foi procurado pela prefeitura e recebeu a oferta, em um primeiro momento, de cargos em comissão e, posteriormente, de “obras pelos bairros da cidade”.

O vereador Goura (PDT) concordou com a posição dos sindicatos na ocasião da votação e criticou o toma lá dá cá. “Nós não podemos votar com troca de favores e cargos políticos. A vida do servidor não pode ser trocada por um ou dois cargos no bairro”.

Três anos depois, início do ano eleitoral ano eleitoral, Euler reacendeu o assunto ao rebater uma fala do vereador Mauro Ignácio (União) que chamou os vereadores que votaram contra as medidas em 2017 de bancada arco-íris. Na tribuna do plenário, Euler disse ser a primeira vez que concordara com algo que Mauro Ignácio falava.

“Nós realmente temos uma bancada arco-íris, uma bancada que é capaz de enxergar todas as cores da realidade. Nós enxergamos as cores de todas as etnias dos curitibanos, enxergamos os povos de todas as religiões e as cores dos servidores municipais e dos cidadãos que por eles são servidos. Diferente da bancada cinza que só enxerga a cor do asfalto. (Vereador Euler do PSD durante sessão plenária)¹¹.”

Tais movimentos e falas reforçam o quanto a votação destas medidas foi importante para calcificar o que é entendido como a base “firme” do prefeito e os outros vereadores que ou são da oposição ou que não necessariamente se alinham com a gestão em momentos de votações mais delicadas, onde é necessário assumir algum tipo de desgaste.

Essa situação transformou a votação desses projetos em eventos críticos para a administração de Greca, servindo como barômetros de sua influência e poder na Câmara. A aprovação desses projetos, apesar da resistência significativa, destacou a capacidade do prefeito em mobilizar apoio dentro da Câmara, delineando claramente quais vereadores constituíam a base governista e quais se posicionavam na oposição, de forma que os que se mantiveram alinhados com a prefeitura passaram a autodenominar seu conjunto de “firmes”, sendo inclusive o nome de um

11 Disponível em: <<https://www.facebook.com/professoreuler/videos/196327308442999/>>.

dos grupos de WhatsApp mantido por eles. Este episódio foi marcante não apenas pelo seu impacto nas políticas públicas, mas também por revelar a dinâmica de poder e alianças políticas dentro do governo municipal de Curitiba.

A votação dos vereadores se desenhou da seguinte maneira (QUADRO 8):

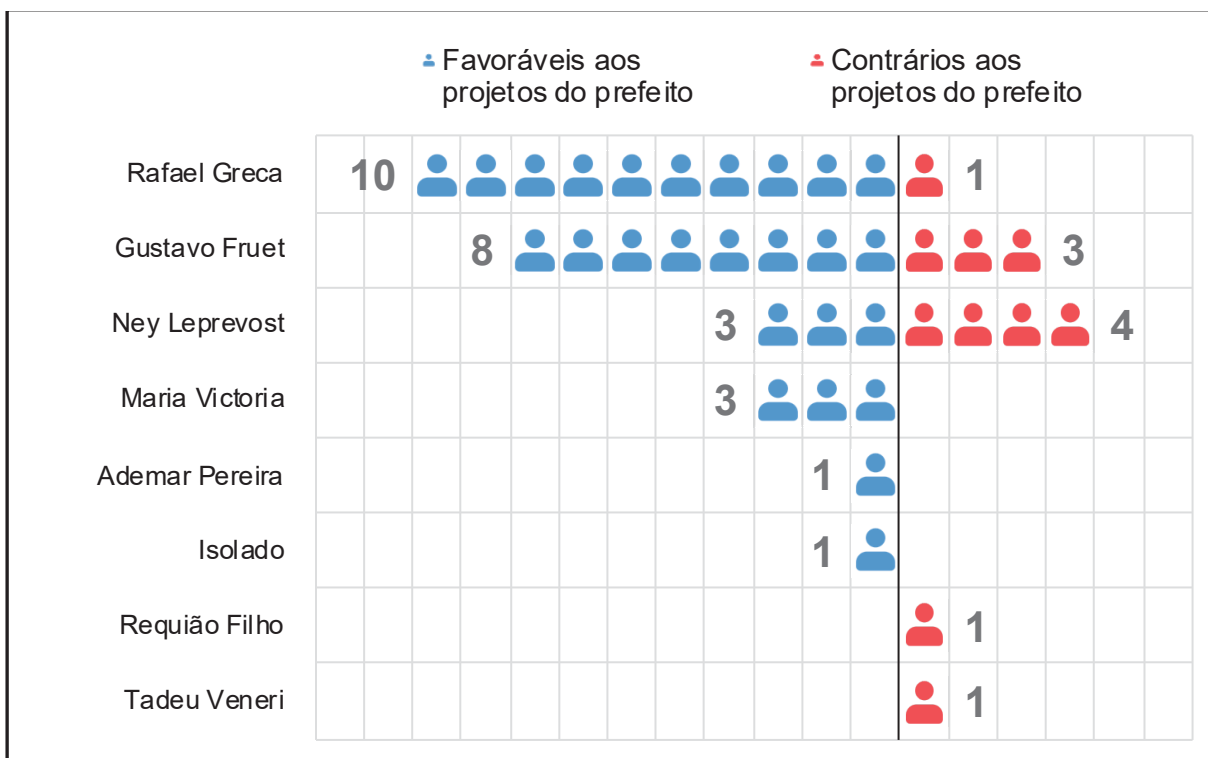
QUADRO 8 - VOTOS DOS VEREADORES NOS PROJETOS

Vereador	Partido	Congelamento da	Mudança Previdência
		Data Base PL005.00194.2017	servidores PL 005.00196.2017
Beto Moraes	PSDB	● A favor	● A favor
Bruno Pessuti	PSD	● A favor	● A favor
Cacá Pereira	PSDC	● Contra	● Contra
Colpani	PSB	● A favor	● A favor
Cristiano Santos	PV	● A favor	● A favor
Dona Lourdes	PSB	● A favor	● A favor
Dr Wolmir	PSC	● A favor	● A favor
Ezequias Barros	PRP	● A favor	● A favor
Fabiane Rosa	PSDC	● A favor	● A favor
Felipe Braga Côrtes	PSD	● Contra	● Contra
Geovane Fernandes	PTB	● A favor	● A favor
Goura	PDT	● Contra	● Contra
Helio Wirbinski	PPS	● A favor	● A favor
Jairo Marcelino	PSD	● Contra	● Contra
Julieta Reis	DEM	● A favor	● A favor
Katia Dittrich	SD	● A favor	● A favor
Marcos Vieira	PDT	● Contra	● Contra
Maria Letícia	PV	● A favor	● A favor
Maria Manfron	PP	● A favor	● A favor
Mauro Bobato	PTN	● A favor	● A favor
Mauro Ignácio	PSB	● A favor	● A favor
Mestre Pop	PSC	● Contra	● Contra
Noemia Rocha	MDB	● Não votou	● Não votou
Oscalino do Povo	PTN	● A favor	● A favor
Osias Moraes	PRB	● A favor	● A favor
Paulo Rink	PR	● Não votou	● A favor
Pier Petruzzielo	PTB	● A favor	● A favor
Professora Josete	PT	● Contra	● Contra
Professor Euler	PSD	● Contra	● Contra
Professor Silberto	MDB	● Contra	● Contra
Rogério Campos	PSC	● A favor	● A favor
Sabino Picolo	DEM	● A favor	● A favor
Serginho do Posto	PSDB	● Não votou	● Não votou
Thiago Ferro	PSDB	● A favor	● A favor
Tico Kuzma	PROS	● A favor	● A favor
Tito Zeglin	PDT	● Contra	● Contra
Toninho da Farmácia	PDT	● A favor	● A favor
Zezinho Sabará	PDT	● A favor	● A favor

Fonte: Câmara Municipal de Curitiba

É crucial analisar a composição das coligações dos vereadores na eleição de 2016 e como essas alianças se reconfiguraram na sequência da votação em questão. Na FIGURA 2, apresentaremos os votos favoráveis e contrários do prefeito, por coligação do vereador:

FIGURA 1 - VOTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS AOS PROJETOS DO PREFEITO, POR COLIGAÇÃO DO VEREADOR



Fonte: Câmara Municipal de Curitiba.

Entre os 26 vereadores que se alinham ao prefeito Greca na votação, 10 já faziam parte de sua base aliada originalmente. Notavelmente, apenas 2 membros de sua coligação inicial não se alinham a ele na votação, com um desses casos sendo justificado por ausência. Dos vereadores anteriormente associados à base de Gustavo Fruet, 8 manifestaram seu apoio ao prefeito nessa ocasião específica. Quanto aos vereadores que integravam a coligação de Ney Leprevost, menos da metade posicionou-se a favor do prefeito, totalizando 3 de 7 vereadores eleitos sob essa aliança. De forma unânime, os vereadores vinculados às coligações de Maria Victoria e Ademar Pereira votaram em concordância com as diretrizes do prefeito. Além disso, o vereador Ezequias Barros, que havia sido eleito de forma

















independente após a desqualificação do candidato de seu partido, também se manifestou favoravelmente às propostas do prefeito.

Dentre os vereadores, aqueles alinhados à coligação de Ney Leprevost se destacaram pela maior quantidade de votos contrários ao Prefeito, seguidos pelos associados a Gustavo Fruet, que, em termos proporcionais, representaram uma minoria opositora. Apenas um integrante da base aliada do prefeito, Cacá Pereira, votou contra. Em relação aos partidos, tanto o PT quanto o PMDB posicionaram-se de forma contrária às propostas. Houve também duas ausências na votação: Noemia Rocha, do PMDB, e Serginho do Posto, do PSDB, este último por ser o presidente da CMC e estar conduzindo os trabalhos.

3.3 UM POUCO MAIS DAS ELEIÇÕES DE 2020

Ao contrário de Luciano Ducci em 2012 e Gustavo Fruet em 2016, Rafael Greca encerrou seu primeiro mandato em 2020 demonstrando um domínio significativo na política municipal de Curitiba. Além de ter vencido as eleições de 2016, Greca conseguiu assegurar a maior representação de sua coligação na Câmara Municipal, fortalecendo substancialmente sua base legislativa, como evidenciado nas votações de projetos de lei de maior sensibilidade. Esta dominância ficou ainda mais evidente não só pela reeleição de Greca já no primeiro turno nas eleições de 2020, mas também pelo aumento do número de vereadores alinhados à sua gestão. A eleição de 2020 foi marcada por uma grande dispersão de candidaturas ao executivo municipal de Curitiba, com 16 candidatos disputando o cargo. Entre esses, Diogo Furtado (PCO) teve sua candidatura indeferida após o pleito, conforme vemos no QUADRO 9.

QUADRO 9 - CANDIDATOS A PREFEITO DE CURITIBA POR PARTIDO/COLIGAÇÃO - 2020

Candidatos	PARTIDO/COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO
 Camila Lanes	PC do B	Isolado
 Carol Arns	Podemos	Isolado
 Christiane Yared	Curitiba Cidadã	PL - PROS
 Diogo Furtado	PCO	Isolado (sub judice)
 Dr João Guilherme do Novo	Novo	Isolado
 Eloy Casagrande	Rede	Isolado
 Fernando Francischini	Gente em Primeiro Lugar	PSL - PSDB - Solidariedade - Patriota - DC
 Goura	PDT	Isolado
 João Arruda	MDB	Isolado
 Letícia Lanz	PSOL	Isolado
 Marisa Lobo	Avante	Isolado
 Paulo Opuszka	PT	Isolado
 Professor Mocellin	PV	Isolado
 Professora Samara	PSTU	Isolado
 Rafael Greca	Curitiba Inteligente e Vibrante	DEM - PSD - PP - PSB - PTB - PSC - PMN - PRTB - Cidadania - Republicanos
 Zé Boni	PTC	Isolado

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

A ampliação do número de candidaturas observada nas eleições de 2020 em Curitiba pode ser parcialmente atribuída à minirreforma política de 2017, que proibiu as coligações nas eleições proporcionais. Este movimento legislativo possivelmente incentivou diversos partidos a apresentarem candidatos para o executivo, buscando ampliar a visibilidade e o desempenho de suas listas para o legislativo.

Apesar do aumento no número de candidaturas, o pleito caracterizou-se por uma redução nas coligações. Mudanças decorrentes da janela partidária e do resultado das eleições de 2018 levaram à formação de uma chapa liderada por Rafael Greca, incluindo o apoio do PSD de Ney Leprevost e do governador Ratinho Júnior, com Greca reestruturando sua base junto ao DEM para a campanha de 2020. O desfecho das eleições trouxe poucas surpresas, com exceção da ascensão de Goura (PDT), ex-vereador de oposição e Deputado Estadual eleito em 2018, que superou Fernando Francischini (PSL).

No tocante aos resultados, a distribuição dos votos mostrou-se menos competitiva do que em 2016, com Rafael Greca sendo reeleito com quase 60% dos votos. Goura seguiu com aproximadamente 13%, enquanto Francischini (PSL), Dr. João Guilherme (NOVO) e Yared (PL) alcançaram faixas de 4% a 6% dos votos. Os demais candidatos, como Arns (PODE), Arruda (MDB), Opuszkka (PT) e Marisa Lobo (AVANTE), obtiveram em torno de 2% dos votos cada, como podemos ver nos QUADROS 10 e 11.

QUADRO 10 - RESULTADO 1º TURNO PARA PREFEITO DE CURITIBA - 2020

Candidato	Partido	Coligação	Votos válidos
Rafael Greca (Eleito)	DEM	DEM / PSD / PP / PSB / PTB / PSC / PMN / PRTB / Cidadania / Republicanos	499.821
Goura	PDT	PDT	110.977
Fernando Francischini	PSL	PSL / PSDB / SOLIDARIEDADE / PATRIOTA / DC	52.340
Dr João Guilherme	NOVO	NOVO	40.505
Christiane Yared	PL	PROS / PL	32.677
Carol Arns	PODE	PODE	22.360
João Arruda	MDB	MDB	21.833
Paulo Opuszka	PT	PT	20.537
Marisa Lobo	AVANTE	AVANTE	18.547
Professor Mocellin	PV	PV	6.305
Letícia Lanz	PSOL	PSOL	3.564
Zé Boni	PTC	PTC	3.509
Camila Lanes	PC do B	PC do B	1.881
Eloy Casagrande	REDE	REDE	1.021
Professora Samara	PSTU	PSTU	632

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.






































QUADRO 11 - VEREADORES ELEITOS EM CURITIBA - 2020

Candidato	Partido	Coligação	Votos válidos
Indiara Barbosa	NOVO	NOVO	12.147
Serginho do Posto	DEM	DEM	10.061
Carol Dartora	PT	PT	8.874
Professor Euler	PSD	PSD	8.315
Beto Moraes	PSD	PSD	8.243
Osias Moraes	Republicanos	Republicanos	7.837
Pier	PTB	PTB	7.495
Denian Couto	PODE	PODE	7.005
Zezinho Sabará	DEM	DEM	6.466
Herivelto Oliveira	Cidadania	Cidadania	6.441
Sabino Picolo	DEM	DEM	6.061
Professora Josete	PT	PT	5.856
Marcos Vieira	PDT	PDT	5.826
Mauro Ignácio	DEM	DEM	5.755
Marcelo Fachinello	PSC	PSC	5.326
Renato Freitas	PT	PT	5.097
Tico Kuzma	PROS	PROS	5.038
Toninho da Farmácia	DEM	DEM	4.853
Tito Zeglin	PDT	PDT	4.747
Flavia Francischini	PSL	PSL	4.540
Pastor Marciano	Republicanos	Republicanos	4.483
Noemia Rocha	MDB	MDB	4.439
Dalton Borba	PDT	PDT	4.428
João da Loja 5 Irmãos	PSL	PSL	4.423
Sarg. Tania Guerreiro	PSL	PSL	4.422
Alexandre Leprevost	SD	Solidariedade	4.385
Oscalino do Povo	PP	PP	4.093
Ezequias Barros	PMB	PMB	4.091
Nori Seto	PP	PP	4.085
Maria Leticia	PV	PV	4.019
Jorn. Marcio Barros	PSD	PSD	3.946
Eder Borges	PSD	PSD	3.932
Mauro Bobato	PODE	PODE	3.892
Sidnei Toaldo	Patriota	Patriota	3.618
Hernani	PSB	PSB	3.136
Amália Tortato	NOVO	NOVO	3.092
Leonidas Dias	SD	Solidariedade	2.704
Salles do Fazendinha	DC	DC	2.527

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

A composição da CMC conforme o resultado por coligações pode ser visualizada na QUADRO 12:

QUADRO 12 - COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA POR COLIGAÇÃO - 2021-2024

Rafael Greca																	17
Fernando Francischini								7									
Goura				3													
Paulo Opuszka				3													
Carol Arns			2														
Dr João Guilherme			2														
Christiane Yared		1															
João Arruda		1															
Professor Mocellin		1															
Isolado		1															

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral.

Greca não só foi reeleito, mas também ampliou significativamente sua influência na Câmara Municipal de Curitiba (CMC), aumentando o número de cadeiras ocupadas por sua coligação de 12 para 17. Contrariamente, Goura, apesar de seu segundo lugar na corrida pelo executivo, não alcançou um êxito semelhante para a sua chapa de vereadores, enquanto Francischini assegurou a segunda maior bancada na Câmara. Embora o número de concorrentes tenha aumentado, isso não teve um impacto substancial na eleição para o executivo; contudo, no legislativo, contribuiu para uma maior dispersão das representações por coligações majoritárias dentro da CMC. Dos 38 vereadores, apenas 18 conseguiram a reeleição, sendo que metade pertence à base de Greca. No entanto, como será detalhado a seguir, nem todos estiveram alinhados com ele ao longo do tempo.

Pier talvez seja o exemplo mais emblemático dessa migração, pois foi da coligação de Fruet em 2016 e chegou a ocupar o cargo de Líder do Governo Greca na CMC durante o mesmo mandato. Essa mudança será importante para compreender alguns conflitos que se apresentaram depois. O QUADRO 11 mostra este movimento em detalhes.

QUADRO 13 - VEREADORES REELEITOS DA COLIGAÇÃO DE RAFAEL GRECA E TROCAS DE BASE DE APOIO

Vereadores	Coligação Majoritária 2016		Coligação Majoritária 2020
Beto Moraes	Rafael Greca		Rafael Greca
Mauro Ignacio	Rafael Greca		Rafael Greca
Oscalino do Povo	Rafael Greca		Rafael Greca
Osias Morais	Gustavo Fruet	→	Rafael Greca
Pier	Gustavo Fruet	→	Rafael Greca
Professor Euler	Ney Leprevost	→	Rafael Greca
Sabino Picolo	Rafael Greca		Rafael Greca
Serginho do Posto	Rafael Greca		Rafael Greca
Toninho da Farmácia	Gustavo Fruet	→	Rafael Greca
Zezinho Sabara	Gustavo Fruet	→	Rafael Greca

Fonte: O autor (2024).

A vitória de Rafael Greca se deu tanto em seu desempenho individual ao conseguir vencer a eleição para o executivo no primeiro turno quanto na ampliação de cadeiras conquistadas na câmara municipal pelos candidatos a vereador das agremiações que o apoiaram, inclusive trazendo consigo políticos que outrora estiveram na base de outros governos. É também a reafirmação da aliança do Palácio Iguazu (sede do governo do estado) com o Palácio 29 de março (sede do poder municipal).

3.4 TIPOS DE VEREADORES

A seguir apresento os vereadores classificados conforme sua categoria de concentração de votos, para ter mais detalhes sobre cada um deles por favor consulte o APÊNDICE 1, onde é possível verificar melhor a distribuição das votações no território.

Sobre a metodologia para definir as classificações utilizei as seguintes premissas:

a) Votação Média dos Candidatos

A votação média dos candidatos se refere à média aritmética simples, uma medida estatística de tendência central usada neste estudo para indicar a votação média de um candidato através dos bairros. A média é igual ao quociente entre a soma dos valores de um conjunto dividido pelo total de unidades que compõem o conjunto.

$$x = \frac{\sum_{t=1}^n V c_t}{n}$$

A média dos votos pode ser expressa pela seguinte fórmula:

b) Classes de Votação

Dividiu-se a população de candidatos em 5 classes, de acordo com a votação nominal obtida. Os candidatos que obtiveram uma votação de até 291 votos foram identificados como uma classe de votação Baixa. Os que receberam de 292 a 450 votos, como Média-Baixa. Aqueles com votação entre 451 e 748 como média. Os que alcançaram votação entre 749 e 2654 como Média-Alta; e Alta aqueles com mais de 2655 votos). Para este estudo, todos os candidatos eleitos foram classificados como Alta.

Definição

$$G_c \equiv \sum_b \left(\frac{v_{cb}}{v_c} - \frac{v_b}{v} \right)^2$$

Onde v_{cb} representa todos os votos do candidato c no bairro b . O componente $v_c \equiv \sum_b v_{cb}$ representa o total de votos do candidato em cada bairro b do município. O componente $v_b \equiv \sum_c v_{cb}$ representa o total de votos dos candidatos no bairro b (somatório dos votos de cada um dos candidatos no bairro b). Por fim, $v \equiv \sum_c \sum_b v_{cb}$ representa o total de votos de todos os candidatos em todos os bairros.

c) Índice Concentração de Votos G

O índice G é uma medida de localização usualmente utilizada para estudar a distribuição/concentração de renda (Ellison and Glaeser, 1997). Neste caso, essa medida é utilizada para produzir informações acerca da distribuição de votos, controlando o resultado pelo tamanho relativo da votação obtida em cada bairro. A formalização da adaptação do índice G utilizada nesta análise é dada pela seguinte equação:

Exemplo: Quando o valor G é igual a 0, indica que há uma distribuição homogênea dos votos em cada unidade de análise, neste caso os bairros. Entretanto, quando G assume valores mais elevados, distantes de 0, indica desproporção entre a porcentagem de votos obtidos pelo candidato e a distribuição de eleitores entre os bairros do município, sugerindo que o candidato obteve um nível concentrado de votos naquela unidade geográfica.

d) Classes do Índice G

Da mesma forma que a votação, os valores estimados do índice G podem ser agregados em algumas poucas classes a fim de facilitar a comparação entre os perfis de desempenho eleitoral dos candidatos. Os valores foram classificados em escala de 5 pontos ($k = 5$) com classes que significam concentração baixa à concentração alta. O sistema de intervalo dos valores foi definido a partir da intensidade da variável, medida primeiramente com base nos resultados eleitorais

FIGURA 2 - AMPLITUDE DE CLASSES DO ÍNDICE G

Concentração Baixa	0,006407
	0,063621
Concentração Média Baixa	0,071814
	0,14248
Concentração Média	0,147004
	0,26599
Concentração Média Alta	0,270074
	0,485623
Concentração Alta	0,504849
	0,756228

de 2016. As amplitudes definidas são como apresentadas na FIGURA 4:

O QUADRO 14 mostra os perfis dos vereadores segundo a categoria de concentração de votos.

QUADRO 14 - PERFIS DOS VEREADORES SEGUNDO CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO DE VOTOS - 2016

	Nome de Urna	Bairro Principal	Categorias do vereador	Votação 2016
Alta	Zezinho Sabará	CIC	Bairro	8.473
	Marcos Vieira	Sítio Cercado	Religioso (Católico) / Bairro	5.980
Média Alta	Serginho do Posto	Cajuru	Bairro / Causa (Sindicato Combustíveis)	11.272
	Toninho da Farmácia	CIC	Bairro	7.549
	Rogério Campos	Tatuquara	Bairro / Causa (Sindicato motoristas e Cobradores)	5.748
	Mauro Bobato	Umbará	Bairro / Estrutura Política	3.580
	Professor Silberto	Sítio Cercado	Causa (educação) / Bairro	3.577
	Média	Mestre Pop	C. de Santana	Bairro / Causa (esporte)
Mauro Ignácio		Sta. Felicidade		7.721
Geovane Fernandes		Xaxim	Bairro / Religioso (Católico)	5.434
Maria Manfron		Sta. Felicidade		4.633
Cacá Pereira		CIC	Causa (Sindicato Motofretistas) / Religioso (IEAD)	3.728
Oscalino do Povo		Lindoia	Bairro	3.427
Média Baixa	Beto Moraes	Xaxim	Bairro / Estrutura Política	10.097
	Helio Wirbiski	Uberaba	Causa (Esporte) / Estrutura Política	7.618
	Tito Zeglin	Capão Raso	Estrutura Política / Bairro	7.447
	Tico Kuzma	Capão Raso	Bairro / Estrutura Política	6.113
Baixa	Jairo Marcelino	Barreirinha	Bairro / Estrutura Política	8.865
	Osias Moraes	CIC	Religioso (IURD)	8.239
	Pier	Batel	Estrutura Política / Causa (Empreendedores, PCDs)	7.868
	Felipe Braga Côrtes	Água Verde	Estrutura Política	7.708
	Fabiane Rosa	Água Verde	Causa (Direito dos Animais)	7.328
	Professor Euler	Água Verde	Imagem (Redes Sociais) / Causa (educação)	7.188
	Dona Lourdes	Santa Quitéria	Estrutura Política / Bairro	7.142
	Julietta Reis	Bacacheri	Estrutura Política / Causa (Feirantes)	6.821
	Colpani	CIC	Imagem (Radialista) / Bairro	6.783
	Goura	Baixa	Causa (Mobilidade, Cannabis, etc.)	6.573
	Sabino Picolo	CIC	Estrutura Política / Causa (sindicato dos bancários)	6.565
	Thiago Ferro	CIC	Religioso (Sara Nossa Terra)	6.298
	Cristiano Santos	Cajuru	Imagem (Apresentador de TV)	6.151
	Paulo Rink	CIC	Imagem (Ex-atleta)	5.607
	Dr. Wolmir	Sítio Cercado	Religioso (IEQ)	5.182
	Noemia Rocha	CIC	Religioso (IEAD)	4.615
	Bruno Pessuti	Xaxim	Estrutura Política / Bairro	4.562
	Professora Josete	Centro	Causa (educação, servidores públicos, etc.)	4.432
	Kátia dos Animais	Água Verde	Causa (Direito dos Animais)	4.068
	Drª Maria Leticia	Água Verde	Causa (Direito das Mulheres)	3.311
Ezequias Barros	CIC	Religioso (Brasil para Cristo)	3.006	

FONTE: O Autor. 2024.

Em sua análise, Kuschnir (1999) observa que os próprios parlamentares classificam os problemas apresentados pela população em dois tipos: pessoais/materiais e coletivos/políticos. Eles afirmaram, ainda, que os padrões básicos de relacionamento com esses dois tipos de demandas são o "assistencialista" e o "ideológico", respectivamente. No entanto, ambas apresentam conotação negativa entre os próprios parlamentares, que as utilizam publicamente nas trocas de acusações. "Por contraste, todos parecem concordar que o padrão ideal é aquele em que o vereador trabalha junto à 'comunidade' ou faz 'trabalho comunitário'" (KUSCHNIR, 2000, p. 36).

Os termos assistencialista e ideológico apontam para duas estratégias distintas de contato com a população. A opção por uma ou outra começa na campanha eleitoral – etapa inicial da relação com os eleitores. Quando a eleição é bem-sucedida, as expectativas de parte a parte se transformam. Em geral, da parte do eleitor, existe a ideia de que o seu voto lhe garante um crédito; da parte do vereador, a ideia de que há um débito a ser saldado. O problema é que nem sempre há acordo na definição dos bens envolvidos nessa troca. Eleitores e vereadores têm interpretações diferentes a respeito do valor de suas prestações (KUSCHNIR, 2000, p. 36).

Na câmara de Curitiba os vereadores costumam separar-se uns dos outros, segundo os relatos que obtive em conversas pessoais e muitas vezes acompanhando conversas ocorridas entre eles. Isso ocorreu fora do período da pesquisa de campo, principalmente nas atividades de visita à Câmara ou de conversa com eles na antessala dos vereadores e na sala de apoio ao plenário.

Eles se dividem em categorias como vereadores de bairro, vereadores de causa, vereadores daquilo que chamam de estrutura política, vereadores de imagem ou vereadores de voto religioso.

Quando perguntei o que cada uma dessas categorias significava, explicaram-me da seguinte forma: **o vereador de bairro** é aquele cuja estrutura política e busca por votos estão centradas em um bairro, em uma região que às vezes não necessariamente respeita os limites do bairro, outras vezes abrange bairros limítrofes, mas tem um apelo territorial. Os **vereadores de imagem** são aqueles que são ex apresentadores de TV, apresentadores de TV, radialistas, ou aqueles que têm um forte trabalho de imagem nas redes sociais, alguém que não tem necessariamente uma causa ou um bairro específico, mas que conquista votos por meio da exposição e do reconhecimento.

O **vereador de base religiosa**, seja católico ou evangélico, depende da denominação e do relacionamento com líderes religiosos, seja um padre, um frei, um pastor, um bispo ou um grupo deles. Já os **vereadores de causas** englobam tanto aqueles com causas mais tradicionais, como educação e defesa dos direitos das mulheres, quanto aqueles que defendem, por exemplo, os direitos dos animais, além da defesa de sindicatos, tanto patronais quanto de trabalhadores. Estes últimos podem defender, por exemplo, a causa dos motofretistas ou dos servidores públicos.

Por fim, os **vereadores de estrutura política** são aqueles que, embora possam ter começado com uma causa específica ou com o apoio a um bairro, com o tempo desenvolveram uma estrutura política, financeira, de cargos e de favores, criando uma rede de dependências que os elege. Normalmente, são vereadores com vários mandatos ou que têm mais acesso às estruturas da máquina pública para facilitar alvarás, atendimentos, entre outros.

As categorias não são puras, pois um vereador que tem uma causa também pode ter uma forte atuação em um bairro, ter uma base em uma estrutura política, mas ainda assim manter proximidade com alguns bairros ou ter uma questão religiosa, algo bastante evidente entre os católicos, que também está muito ligado a um território. Vale notar que as disputas entre essas categorias podem ser discrepantes, pois, por exemplo, um vereador de bairro pode não conseguir entrar em uma igreja, enquanto um vereador ligado à igreja pode conseguir entrar em um bairro, mas as principais disputas ocorrem dentro das próprias categorias.

Por exemplo, dois vereadores do mesmo bairro podem disputar mais intensamente entre si. Essas categorias são intercambiáveis, e muitas vezes um vereador migra de um tipo de busca por votos para outro conforme sua trajetória política. Enquanto os vereadores de bairros disputam a paternidade de obras e benefícios para suas comunidades, os vereadores de causas lutam pelo protagonismo na defesa de suas causas, como na luta por projetos de castração e cuidado com animais, educação ou defesa dos direitos das mulheres.

Os vereadores ligados às igrejas têm um comportamento híbrido, buscando protagonismo tanto na defesa de causas religiosas quanto na eficiência em atender pequenos favores, papel também assumido pelos vereadores de estrutura política, que buscam destaque na capacidade de atendimento e eficiência dentro da máquina pública.

4 ANÁLISE PÓS-ELEITORAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA À LUZ DA TEORIA DOS RITUAIS

A partir deste ponto, nossa pesquisa se concentrará na análise das sessões realizadas após as eleições de 2020 e nas publicações feitas nos canais de comunicação oficiais dos parlamentares durante esse período. Em Curitiba, tanto o resultado da eleição dos vereadores quanto do prefeito foi conhecido em 15 de novembro, com a reeleição do candidato do DEM, Rafael Greca, em primeiro turno.

A flutuação na quantidade de candidaturas e eleitores aptos a votar impacta significativamente o pleito e as chances de reeleição dos candidatos. É crucial destacar a mudança da data da eleição para 15 de novembro, que alterou elementos fundamentais da "temporalidade política", como os comícios e reuniões, devido às restrições impostas pela pandemia. Além disso, o horário eleitoral gratuito registrou uma queda de audiência em comparação com 2016, o que possivelmente afetou a micropolítica e a "comensalidade".

A realização das sessões em formato virtual prejudicou a visualização dos parlamentares durante os debates. Alguns vereadores foram percebidos conversando com outras pessoas, dirigindo ou realizando outras atividades durante as sessões. Apesar do quórum registrar cerca de 35 vereadores presentes, as imagens frequentemente mostravam salas vazias.

O objetivo desta pesquisa é analisar as falas, performances e publicações pós-eleitorais dos candidatos que buscaram a reeleição em 2020, tanto os reeleitos quanto os não eleitos. O material coletado revela a quem eles dedicam agradecimentos, como tratam o resultado das eleições e quais foram os temas prioritários no final do mandato iniciado em 2017, após as eleições de 2016.

Para isso, a pesquisa analisou a postura dos vereadores de Curitiba que buscaram a reeleição na 17ª legislatura (2017-2020) para a 18ª (2021-2024), sendo que 20 deles foram bem-sucedidos. O estudo abordou como esses vereadores construíram seus discursos no plenário após a eleição, considerando a hierarquia estabelecida pelo novo elemento político. Observou-se como eles se dirigiram aos colegas, à comunidade política, ao Governo do Estado e à Prefeitura.

Além disso, foi analisado se buscaram manter ou ampliar o prestígio, estabelecer ou reforçar alianças para o próximo mandato (no caso dos eleitos) ou encontrar formas de permanecer relevantes na política (no caso dos não eleitos).

Foram examinadas 15 sessões realizadas durante um mês após o anúncio dos resultados eleitorais, além de publicações que mencionaram diretamente o processo eleitoral. Este estudo busca fornecer uma compreensão aprofundada das estratégias adotadas pelos vereadores para se posicionar politicamente após as eleições de 2020.

O conceito de campo de Bourdieu (2005) foi utilizado para compreender o espaço social estruturado em que os vereadores atuam, considerando suas relações e lutas de poder. Embora cada vereador represente interesses específicos, eles estão inseridos em um sistema político formal que influencia suas práticas e representações. A pesquisa ressalta as diferenças e semelhanças entre esses vereadores em relação ao campo maior em que atuam, como grupos sociais, bairros ou causas específicas.

Na análise das sessões ficou evidente que os vereadores temiam o resultado da primeira eleição, principalmente devido ao cenário das redes sociais, onde se concentraram os esforços de campanha devido à pandemia. A vereadora Professora Josete (PT), líder da oposição, destacou a incerteza da campanha virtual na primeira sessão pós-eleição. As dificuldades geradas pela pandemia foram reconhecidas por todos os parlamentares, e a utilização das novas tecnologias como forma de comunicação direta com os eleitores foi tema de discussão. Embora alguns vereadores destaquem a importância da renovação democrática, a perda de 10 parlamentares não reeleitos é lamentada, enquanto a reeleição de 20 deles é comemorada. Em algumas manifestações, a "resposta das urnas" é vista como uma possível punição.

Na sessão realizada em 23 de novembro, durante o Pequeno Expediente, o vereador Mauro Inácio (DEM) cumprimentou o prefeito pela vitória no dia 15 e avaliou que poderia ter sido maior, não fosse a pandemia em curso. Ele também parabenizou a secretária de Saúde, Márcia Huçulak, pelo aniversário e pela condução da pasta, assim como a Secretaria de Obras pelo que chamou de "processo de reconstrução da cidade", considerada, segundo ele, um modelo para o país. Entretanto, o parlamentar destacou que o "recado das urnas" traz consigo outras possibilidades de leitura. Em suas palavras, o resultado foi:

[...] fruto de gestão, de coragem e de responsabilidade, a pandemia atrasou, mas as obras continuam, afinal de contas foram praticamente 8 meses de paralisação em todo o país; por outro lado, eu creio que o prefeito Rafael Greca, vendo o recado das urnas, embora tenha sido vitorioso, certamente fará algumas adequações; porque nem toda a estrutura da Prefeitura foi tão firme com relação à cidade como se esperava; o recado veio também para esta Casa com a eleição de 18 novos vereadores e os demais, mas com a recomposição das forças políticas nesta Casa de Leis. (SESSÃO PLENÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 23 DE NOVEMBRO DE 2020).

O vereador, que compunha a base do Governo Greca, concluiu sua intervenção rogando por “sensibilidade para realizar as adequações” e desejou uma boa gestão aos reeleitos e novos eleitos, reafirmando, diplomaticamente, a intenção de que a nova legislatura seja profícua, visando o bem comum.

Em outra ocasião, durante uma sessão realizada no dia 30 de novembro, uma manifestação do vereador Pier Petruzzello (PP), líder do Governo na Câmara, novamente fez referência ao “recado das urnas”. Dessa vez, ao contrário de Inácio, que pretendia fazer um alerta ao próprio grupo, tendo em vista que quase metade dos parlamentares da base do Governo não foi reeleita, o líder do Governo direcionou seu recado aos críticos da gestão da Prefeitura.

Nós apanhamos aqui durante quatro anos, faz 4 anos que eu lidero um Governo, são 4 anos em que nós somos massacrados, 4 anos que eu canso de ouvir histórias aqui dentro, sabe? A resposta foi dada na urna, nós estamos de volta, o prefeito Greca está de volta, isso não leva ninguém a lugar nenhum, eu não entendo por que toda vez querem me agredir aqui na Casa, ser líder do Governo é um problema muitas vezes, eu vou ter de rever a minha posição, porque eu defendo um Governo que fez 60% [de votos]; vejam, aí vão lá para o Facebook, para a rede social, colocarem coisas que não são verdadeiras. (SESSÃO PLENÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 30 DE NOVEMBRO DE 2020)

O trecho acima relaciona-se a um importante embate, talvez um dos mais significativos na 17ª Legislatura da Câmara Municipal de Curitiba, que se deu após o resultado da eleição para a legislatura seguinte, entre a base, representada pelo vereador Pier Petruzzello, e a oposição, representada pelo vereador Felipe Braga Cortes (PSD). A discussão completa, conforme transcrição da sessão, encontra-se na sequência:

O Sr. Professor Euler:- (aparte) muito rapidamente agradeço a concessão do aparte. Acho que temos que distensionar a discussão. O objetivo não é criar nenhuma saída justa para ninguém, o objetivo é discutir simplesmente o projeto e vou me ater a isso. Acho que o grande pedido do setor de bares e restaurantes, e aí repito, falo como alguém que já esteve como empresário nesse setor, o grande pedido é justamente que aquilo que é hoje um

decreto se transforme em lei. E eu concordo que o decreto está muito bem escrito, o decreto da Prefeitura trata do assunto com responsabilidade, estabelecendo bem as normas de utilização do recuo obrigatório. Mas, assim como um decreto antigo, da época do Gustavo Fruet, foi revogado, o atual também pode ser a qualquer momento. E é justamente essa insegurança que o pessoal do setor não quer mais passar, eles gostariam que houvesse algo mais sólido, mais forte, que seria justamente essa lei, que poderia ser uma cópia do decreto, mas no formato de lei, para dar uma segurança não como um projeto de governo, mas como projeto de estado da Cidade de Curitiba, algo duradouro, algo que só pudesse ser revogado se uma próxima legislatura tivesse a intenção de fazer isso, com a maioria dos trinta e oito Vereadores. Já o decreto, como sabemos, pode ser revogado a qualquer momento, com muito mais facilidade. Então, o que o setor pede é justamente isso, uma lei e não mais simplesmente um decreto, para que eles tenham segurança jurídica, nos seus imóveis e tudo mais.

O SR. PIER PETRUZZIELLO:- Veja, Vereador Professor Euler, quando vocês falam do setor, eu estou aqui com o setor, o Felipe está mandando mensagem para o grupo, está todo mundo mandando e escrevendo. Tem gente que já tem essa lei. Então assim, agora quero ouvir o Felipe, se ele quiser falar sem me agredir, eu vou dar o aparte para ele, primeiro porque eu gosto dele, não tenho problema nenhum com ele, inclusive torcemos para o mesmo time e segundo, só não entendi o porquê de falar do passado. Então concedo um aparte ao Vereador Felipe Braga Côrtes, para nos explicar a lei. Explique a lei para nós, está concedido o aparte.

O Sr. Felipe Braga Côrtes:- (aparte) não foi para ofender, Vereador Pier Petruzziello, mas é que retrata do passado, mas tudo bem, vamos deixar isso para lá. Retrata de um decreto que foi feito lá atrás. Já que você falou que estamos on-line, o Presidente da Abrasel, o Nelson, acaba de falar aqui: "Não procede isso que foi falado, que a Abrasel é a favor do decreto, a posição da Abrasel é pela lei, o decreto não é suficiente". Está escrito aqui. Independentemente de ser minha a lei ou do Euler, e acho que esse é um dos problemas, porque não somos da base, mas é de extrema importância essa lei ser aprovada, não é porque a gente quer carimbar a lei ou porque eu quero ser candidato a alguma coisa no futuro. Não, eu estou muito tranquilo, vou voltar para o governo, como você falou Pier, é uma área que eu amo de paixão, não tem problema, porque foi uma opção minha não ser mais Vereador, acho que cinco mandatos está mais do que suficiente o trabalho que a gente fez. Enfim, a política é isso, você tem que se reinventar. A paixão que a gente tem pela política e eu sei que você também tem, é de tentar ajudar os outros e fazer o melhor para os outros. A gente tenta, às vezes a gente erra, mas as vezes temos que tensionar sim. Sei que o Vereador Professor Euler falou em distensionar, tem que distensionar, mas infelizmente quando você tem um projeto que foi construído por nós junto com o setor, que esteve sempre ao lado do Município em todas as gestões, porque assim que tem que ser, ele tem que estar, mas também tem que cobrar, apoiando e cobrando. Eles tiveram sim, o fruto do decreto, você pode anotar aí Pier, o fruto do decreto é o trabalho que foi feito a várias mãos e o decreto é cópia da lei sim, veio em junho e a nossa lei é anterior a junho. É cópia, foi feito rápido, porque existia uma lei tramitando. Então, querendo ou não, a nossa intenção já tem um resultado positivo, que é vir um decreto depois de dois anos que não vinha. Isso é fato, isso aconteceu. Só que o setor não quer um decreto, eles deixaram muito claro para mim, eu não deixei de falar com o setor em nenhum momento. Eu disse olhe, eu retiro a lei, eu faço o que vocês quiserem, para mim não tem problema sendo em meu nome ou do João, não tem problema de verdade, já passou esse tempo. Eu já estou feliz com o trabalho que a gente fez e não é por aí, mas acho que o município poderia dar um passo à frente, escutar o setor, porque eles estão falando para mim aqui agora que

o decreto não é suficiente, então que escutem novamente. Eu não quero participar, eu nunca participei de reunião, até para não contaminar, porque se fosse sabia que por eu não ser da base do Greca, existe um problema que nem o Secretário de Urbanismo recebe a gente numa audiência, imagina se vão aceitar eu estar numa reunião com o setor? Eu não fiz isso. E quando a gente soube do decreto, que a gente soube na discussão, o meu advogado me passou, "olha tem um decreto novo", eu passei imediatamente para eles, está aqui, serve? Vocês querem o decreto? Eu retiro a lei? Para mim não tem problema, o que for para resolver, o que for para ficar na melhor condição possível, está bom. "Não, nós queremos a lei, Felipe". E aí vem o setor de panificação, que também tem interesse, e falou "Felipe dá para a gente colocar panificação? Porque a gente entende que fazemos parte do setor gastronômico, mas temos sindicato de panificação." Foi isso que aconteceu, só isso. Eu faço qualquer coisa, eu retiro o projeto de lei de volta.

Vamos dizer assim, se o setor me disser que não precisa mais, a gente nem briga mais, deixa quieto, mas estou vendo aqui o Nelson me falando aqui no grupo que eu tenho com eles. Há quinze ou doze anos, por aí, quando começou o WhatsApp eu montei esse grupo aqui de bares e restaurantes, que tem um monte de gente, nem sei mais, mas é coordenação do meu grupo, eu que coordeno. Eu não estou no grupo da Abrasel (M) oficial, até porque não sou dono de restaurante. Então, eles me falaram aqui: "Felipe, não condiz com a verdade. O decreto não é suficiente." Então, se for assim, ó, realmente, a indicação do Jamur e do Secretário de Urbanismo, dizer: "Ó, nós não queremos isso." Porque eu estive, nesses vinte anos, conheço muito o Jamur, sei da competência dele, várias vezes, antes, no governo lá de trás, do Cássio Taniguchi, com o Urbanismo, discutindo o recuo, e sempre houve uma oposição muito grande do IPPUC, de todos, que eu respeito, de não colocar vidro, por exemplo. E eu disse: "Poxa, mas como é que pode não colocar vidro?" "Não, Felipe, não podemos estragar o visual da Cidade e tal." E isso veio avançando. Realmente, a gestão do Gustavo Fruet foi um divisor de águas, em que eles fizeram o decreto. Disse "Olha, nós queremos vidro, etc." O valor ficou errado. Consertaram uma vez; o decreto voltou com um valor um pouco mais baixo. Mas entendemos que houve pessoas que não estavam contentes com uma cobrança de IPTU. Por isso, foi construído, e não entramos com o projeto de lei imediatamente porque imaginamos que ia ter um decreto logo na sequência. Mas, por alguns motivos, entendemos, a cidade é dinâmica, isso foi deixado para depois. Então, existe sim, dentro do Poder Público, e eu respeito os técnicos, porque acho que é assim que funciona; quando você vai tirar uma diretriz de rua, você vê o quanto é difícil, a análise do meio ambiente é uma, a análise do IPPUC é outra. E você que tem que fazer o contraponto. Por isso que existe o Conselho de Urbanismo, que vai lá e discute: "Olha, essa rua não dá para deixar aqui. Mas será que não podemos passar para o lado aqui?" Isso nós vivemos no dia a dia. É a mesma coisa na questão do recuo. O que acontece é o seguinte: vem outra gestão... Tudo bem, agora são quatro anos do Greca, da gestão que está aí, beleza. Mas vem outra daqui a um tempo e muda isso via decreto. Então, eles queriam ter uma lei. Essa lei, talvez, se a lei nossa está engessando alguma coisa, ela pode ser mudada, e um decreto regulamentando. Então, era isso. Fiz um aparte longo demais. Mas era essa a contribuição só.

O SR. PIER PETRUZZIELLO:- Mas você concorda comigo também que, se fosse o caso de uma lei, a lei também poderia mudar com a mesma simplicidade do decreto.

O Sr. Felipe Braga Côrtes:- (aparte) Com certeza. Mas tem que passar aqui pela Câmara. É diferente, Pier. É diferente. Até porque a Câmara Municipal é... Bom, aqui é onde temos que discutir a cidade. E isso é uma discussão de cidade. Tanto que a Lei de Zoneamento não foi específica em relação a

isso. Nós fomos procurar na Lei de Zoneamento. E disse: "Olha, se estiver na Lei de Zoneamento, beleza." Mas não está. O que se incluiu na Lei de Zoneamento, que foi um trabalho que a Câmara fez, querendo ou não, o Bruno Pessuti fez esse trabalho na questão dos estacionamentos; e o que é que ficou? Ficou assim ó: se a avenida lá tiver um recuo maior, basicamente é isso que está escrito lá, pode o Urbanismo avaliar e nós colocarmos a vaga de carro nos cinco metros. Pode. Isso foi feito no Zoneamento. Mas, na questão dos restaurantes, não tem uma linha lá. Então, veja, se não dá, eu saio de foco, eu saio. Porque eu não tenho o que fazer mais, já lá. Então, veja, se não dá, eu saio de foco, eu saio. Porque eu não tenho o que fazer mais, já cheguei até onde dava. Agora, se o setor, e aí eu queria que V.Exa. pegasse o setor, Abrasel, Abrabar, o Sindicato da panificação, que eu acho que é o que representa aqui, levasse à Prefeitura e estabelecesse com ele: "Olha, se o decreto está 100%, eles topam e resolve." Porque a informação que chega para mim não é essa. E, daí, fica eu como: "Ah, o Felipe está querendo fazer o nome dele, porque a lei vai ser." Não tem essa. Não tem. Esqueça. Isso aí, quem assina a lei é o Poder Executivo, a lei sempre vira do Prefeito. E nós queremos aqui contribuir. Eu acho que o tema é relevante, se estamos discutindo aqui é porque é relevante. Acabou a eleição. Eu entendo que aquele processo de eleição, realmente, tem uma questão eleitoral por trás. Foi flexibilizado para ser para frente, que é o que estamos fazendo pela segunda vez, foi adiado duas vezes. E, nesse meio tempo, realmente eu falei com o Vice-Prefeito de uma forma muito tranquila, eu falei: "Eduardo, está aqui, dá uma olhada. Veja, não tenho condição de conversar, porque na realidade não estamos dentro da estrutura da base. Mas veja o que dá para fazer." Agora, se o Luciano fala para você que está tudo OK, e o presidente diz que não está, então, acho que vale a pena fazer uma conversa com eles.

O SR. PIER PETRUZZIELLO:- O Luciano escreveu para mim aqui, a tua frase está correta. A tua frase está correta. Ele realmente escreveu que o setor está pela lei. Eu só quero deixar uma coisa muito clara para você, que é importante isso aqui. Nós vetamos um projeto do Bruno Pessuti, que é da base. Então, é bom deixar claro aqui também que não é porque é o Braga Côrtes e o Euler que estão apresentando não. Nós precisamos também pontuar, porque você é testemunha de quantos projetos, inclusive, da Vereadora Josete, da Noemia Rocha, da Maria Leticia, que vai ser votado agora. Tem uma... (Falha no áudio). Cortaram o meu som aqui. Entendeu, Felipe? Então, eu acho que é muito importante deixar isso claro também para a sociedade, que não é porque é o Felipe que está apresentando. O Vereador Bruno Pessuti foi o Vereador que mais defendeu isso, não só do recuo dos cinco metros eu estou dizendo, mas do estacionamento do recuo, foi um sacrifício colocar na Lei de Zoneamento, contrariando uma série de informações, uma série de situações, e inclusive, Felipe, teve esse processo vetado. Então, não me leve a mal; não tem nada a ver por que é o Felipe Braga Côrtes que está apresentando isso. É mais, aí eu até concordo com V.Exa., concordo com você que pode ser muito mais um problema relacionado ao IPPUC, ao Urbanismo, relacionado talvez até ao decreto, do que à figura do Euler e do Felipe. Isso você sabe que não é verdade, porque tivemos a prova do Vereador Bruno, que foi base o tempo inteiro, durante os quatro anos. Infelizmente, acabou perdendo a eleição, o que eu particularmente lamento profundamente, acho que é um quadro importante para a cidade, inclusive se reinventando, já que você disse, quem sabe o Bruno não possa estar no Executivo para frente. Mas agradeço as suas palavras. Agradeço as palavras e o aparte do Professor Euler. Vamos encaminhar, então, pela derrubada do projeto, que é um encaminhamento da Liderança do Governo, lembrando que, aqueles empresários do setor que tiverem alguma dificuldade quanto a isso, podem procurar a Prefeitura com base no decreto. Eu até queria saber quem são esses que não estão. Porque se fala muito em decreto. Eu até queria saber quem são esses que

não estão. Porque se fala muito em segurança jurídica. Ora. Segurança jurídica com um decreto, nada mais tão forte quanto um decreto, ou uma lei. Tanto faz, nesse caso, se fosse para sustentar algo, até juridicamente, na Justiça. Se existe um decreto que diz que você pode fazer algo e a Prefeitura não deixou você fazer é porque realmente a Prefeitura deixou de cumprir o seu papel. Eu agradeço o importante debate, Vereador Felipe. Quero fazer uma visita a V.Exa. no Palácio, tomar um café com V.Exa., para que possamos debater os planos de inclusão da pessoa com deficiência no Paraná. V.Exa. tem muito a contribuir com o Estado, e já tem feito isso de longa data. Agradeço o aparte. Pena eu não poder estar aí junto para lhe dar um abraço. Mas agradeço do fundo do meu coração esse aparte. E espero que V.Exa., no clube, escolha um bom presidente, porque está numa situação difícil lá o nosso glorioso. Um grande abraço a todos. A orientação é pela derrubada.

O SR. PRESIDENTE (Tito Zeglin):- Quando V.Exa. for ao Palácio, eu quero ir junto, para conhecer a sala do Vereador Felipe.

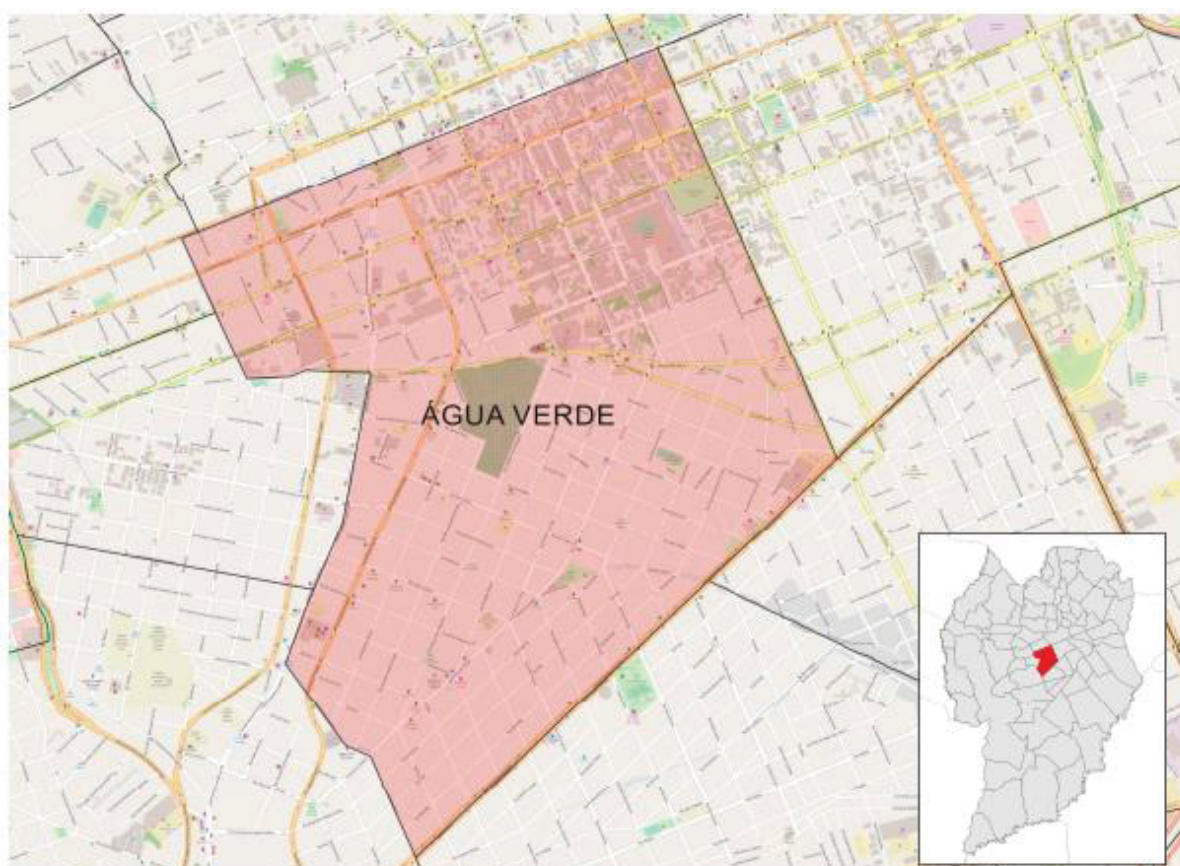
O Sr. Pier Petruzzello:- Eu vou levar V.Exa. junto.

O SR. PRESIDENTE (Tito Zeglin):- Continua em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Para encaminhar a votação, com a palavra a Vereadora Noemia Rocha.

A análise de um projeto de lei sobre o uso do recuo de áreas comerciais gastronômicas e panificadoras gerou debates entre a oposição e a base. O embate entre vereadores revela disputas pessoais e estratégias de posicionamento político, destacando a importância da eficácia simbólica das palavras no contexto político.

O embate entre os vereadores Pier Petruzzello, Braga Cortes e Euler reflete a prática política e as estratégias de posicionamento no cenário municipal. Pier critica seus colegas por praticarem a política, mesmo ele próprio atuando como vereador e líder do governo municipal. Esta dinâmica de negar a essência política é comum no meio político brasileiro, mesmo em espaços que deveriam ser referências políticas. As intervenções nas redes sociais e no plenário têm caráter político e comunicacional, dirigidas aos outros e com reflexos além do âmbito municipal. Braga Cortes menciona sua não recandidatura para buscar participar do Governo do Estado, apoiando a reeleição do prefeito Rafael Greca, cujo governo é liderado por Pier. É possível perceber a disputa entre Pier, Felipe Braga Cortes e Euler por um corte multifacetado, além de existir uma disputa sobre um protagonismo relacionado a um certo tipo de elite, de serem candidatos que buscam votos em faixas parecidas da população, nos pilares do voto que são: territorial, temática e grupos sociais.

A votação dos três vereadores tem uma dominância de votos na região do Água Verde, Batel, Bigorriho, Mercês, Mossunguê e Seminário, (FIGURAS 5, 6, 7, 8, 9 e 10) o que pela lógica eleitoral os coloca em competição direta.



Bairro Água Verde




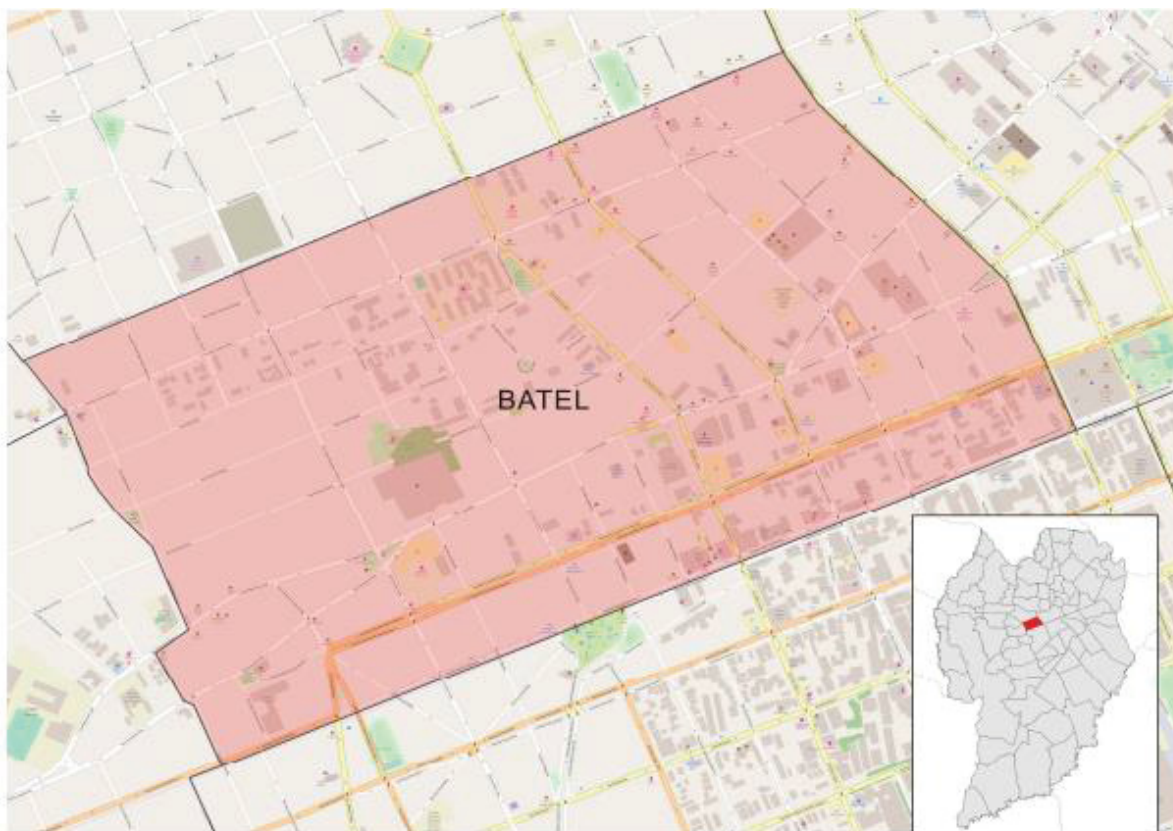
 <p>Felipe Braga Côrtes (PSD) Eleito por QP Votos totais: 7.708 (0,9%) Votos no bairro: 644 (2,7%) Relevância do bairro: 8,4%</p>	 <p>Professor Euler (PSD) Eleito por Média Votos totais: 7.188 (0,9%) Votos no bairro: 572 (2,4%) Relevância do bairro: 9,0%</p>	 <p>Pier (PTB) Eleito por QP Votos totais: 7.868 (1,0%) Votos no bairro: 567 (2,4%) Relevância do bairro: 8,2%</p>	 <p>Paulo da Segurança (PTB) Suplente Votos totais: 1.072 (0,1%) Votos no bairro: 498 (2,1%) Relevância do bairro: 60,1%</p>	 <p>Goura (PDT) Eleito por Média Votos totais: 6.573 (0,8%) Votos no bairro: 452 (1,9%) Relevância do bairro: 9,8%</p>
--	---	---	--	---

FIGURA 3 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO BAIRRO ÁGUA VERDE

Fonte: O autor (2024).



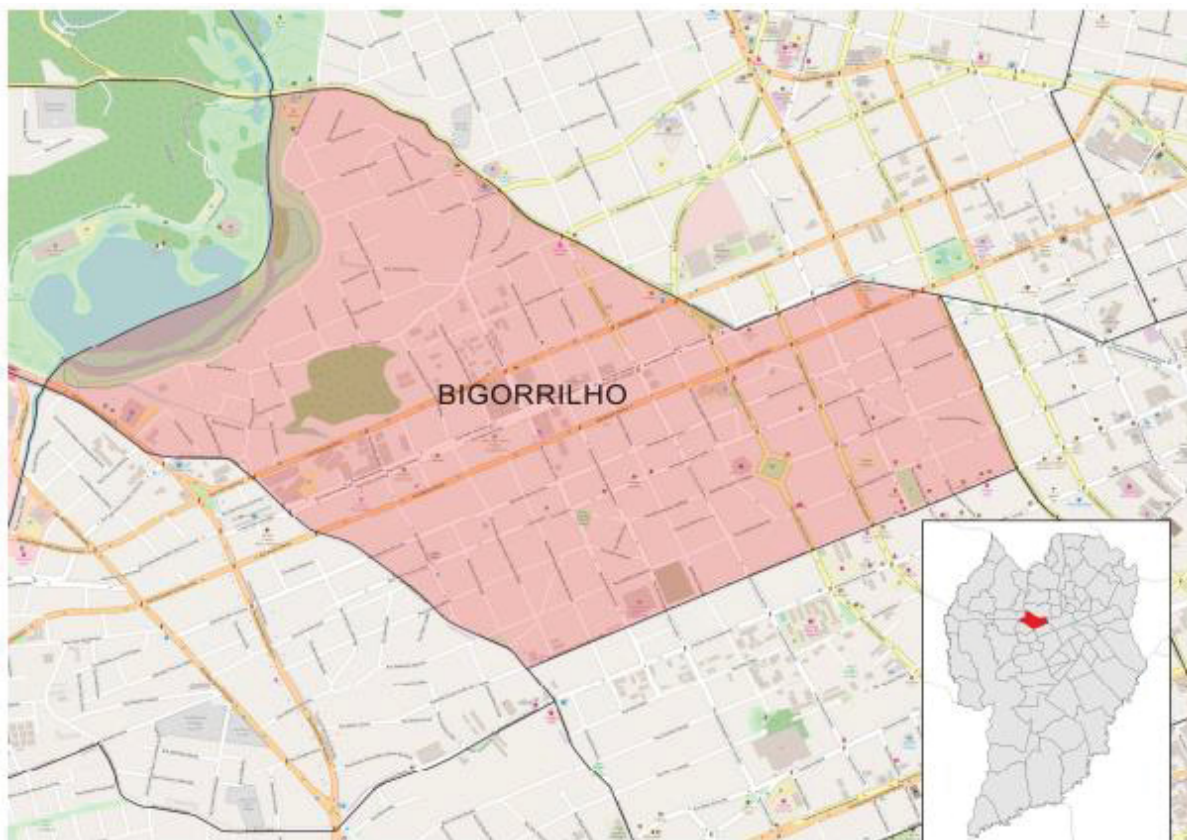
Bairro Batel

 <p>Pier (PTB) Eleito por QP Votos totais: 7.868 (1,0%) Votos no bairro: 572 (4,6%) Relevância do bairro: 7,3%</p>	 <p>Felipe Braga Côrtes (PSD) Eleito por QP Votos totais: 7.708 (0,9%) Votos no bairro: 527 (4,3%) Relevância do bairro: 6,8%</p>	 <p>Professor Euler (PSD) Eleito por Média Votos totais: 7.188 (0,9%) Votos no bairro: 331 (2,7%) Relevância do bairro: 4,6%</p>	 <p>Diogo Busse (PPS) Suplente Votos totais: 4.998 (0,6%) Votos no bairro: 281 (2,3%) Relevância do bairro: 5,6%</p>	 <p>Goura (PDT) Eleito por Média Votos totais: 6.573 (0,8%) Votos no bairro: 267 (2,2%) Relevância do bairro: 4,1%</p>
--	---	--	---	--

FIGURA 4 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO BAIRRO BATEL

Fonte: O autor (2024).

FIGURA 5 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO BIGORRILHO

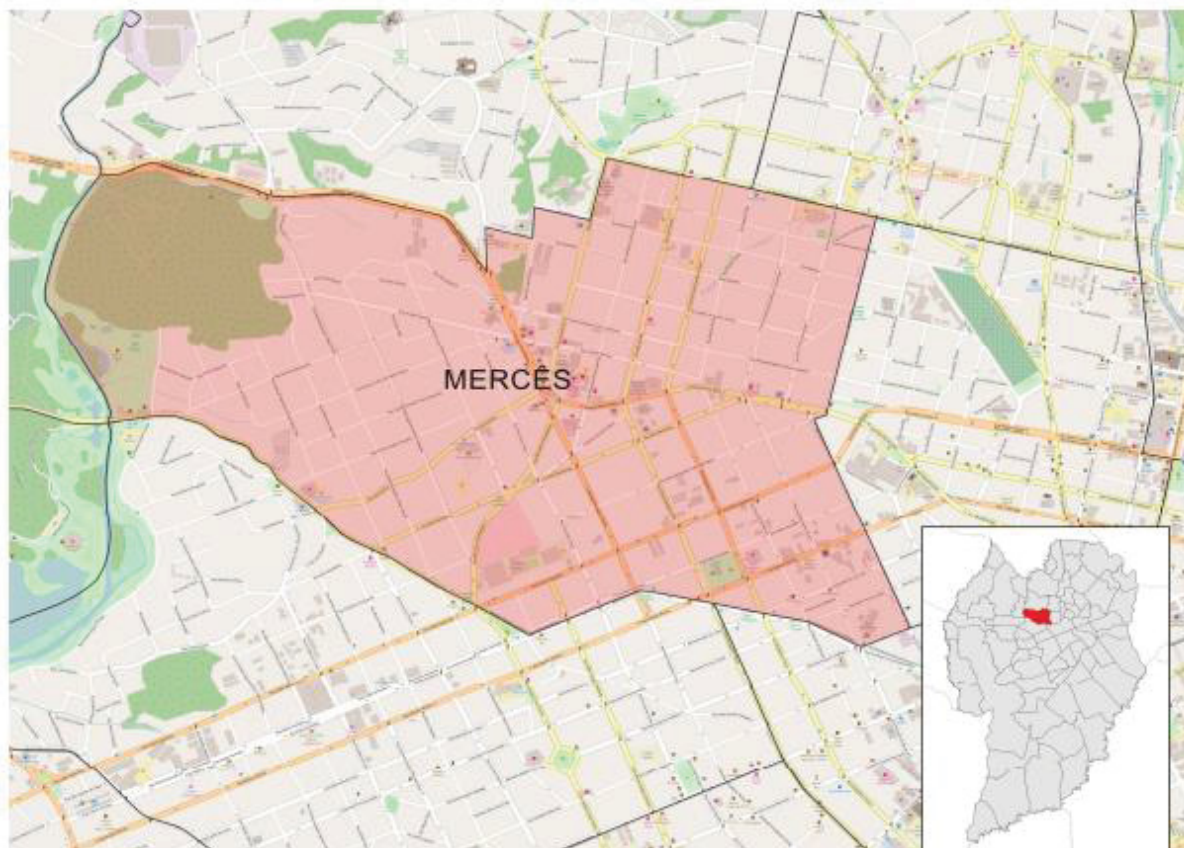


Bairro Bigorriho

 <p>Professor Euler (PSD) Eleito por Média Votos totais: 7.188 (0,9%) Votos no bairro: 261 (4,5%) Relevância do bairro: 3,6%</p>	 <p>Pier (PTB) Eleito por QP Votos totais: 7.868 (1,0%) Votos no bairro: 202 (3,5%) Relevância do bairro: 2,6%</p>	 <p>Diogo Busse (PPS) Suplente Votos totais: 4.998 (0,6%) Votos no bairro: 185 (3,2%) Relevância do bairro: 3,7%</p>	 <p>Felipe Braga Côrtes (PSD) Eleito por QP Votos totais: 7.708 (0,9%) Votos no bairro: 183 (3,2%) Relevância do bairro: 2,4%</p>	 <p>Goura (PDT) Eleito por Média Votos totais: 6.573 (0,8%) Votos no bairro: 169 (2,9%) Relevância do bairro: 2,6%</p>
--	--	--	--	--

Fonte: O autor (2024).

FIGURA 6 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NAS MERCÊS

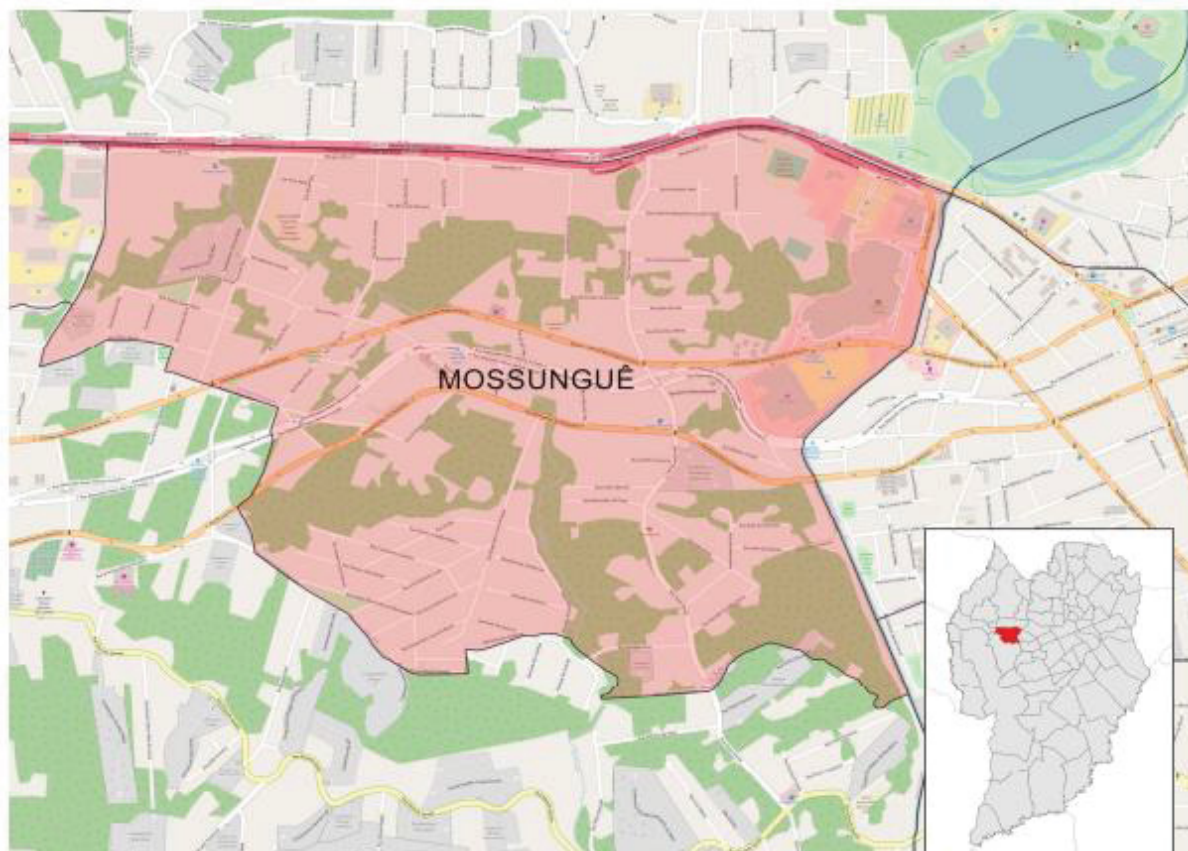


Bairro Mercês



				
Fátima Martins (PTB) Suplente	Pier (PTB) Eleito por QP	Felipe Braga Côrtes (PSD) Eleito por QP	Goura (PDT) Eleito Por Média	Professor Euler (PSD) Eleito por Média
Votos totais: 971 (0,1%)	Votos totais: 7.868 (1,0%)	Votos totais: 7.708 (0,9%)	Votos totais: 6.573 (0,8%)	Votos totais: 7.188 (0,9%)
Votos no bairro: 310 (2,9%)	Votos no bairro: 250 (2,4%)	Votos no bairro: 241 (2,3%)	Votos no bairro: 240 (2,3%)	Votos no bairro: 238 (2,2%)
Relevância do bairro: 31,9%	Relevância do bairro: 3,2%	Relevância do bairro: 3,1%	Relevância do bairro: 3,7%	Relevância do bairro: 3,3%

Fonte: O autor (2024).

FIGURA 7 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO MOSSUNGUÊ

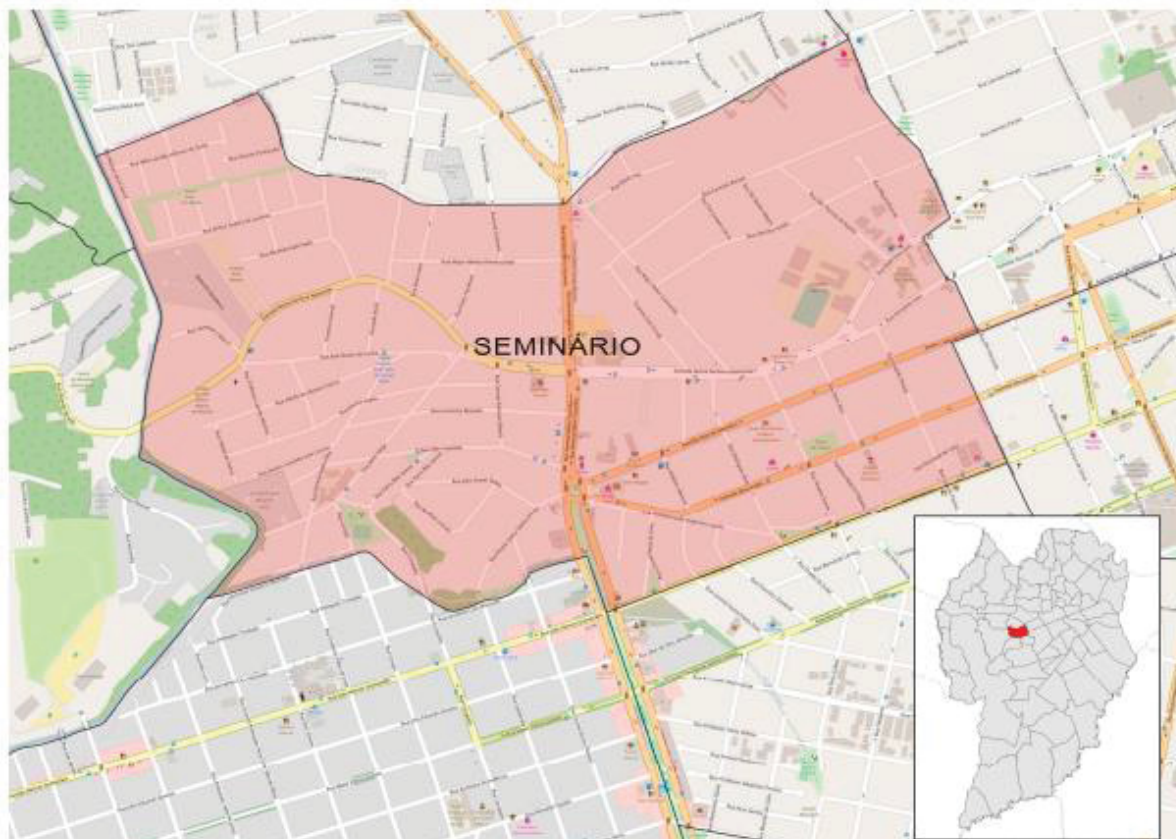


Bairro Mossunguê

				
Felipe Braga Côrtes (PSD)	Pier (PTB)	Professor Euler (PSD)	Sabino Picolo (DEM)	Renato Gorski (PSDC)
Eleito por QP	Eleito por QP	Eleito por Média	Eleito por Média	Suplente
Votos totais: 7.708 (0,9%)	Votos totais: 7.868 (1,0%)	Votos totais: 7.188 (0,9%)	Votos totais: 6.565 (0,8%)	Votos totais: 1.710 (0,2%)
Votos no bairro: 79 (3,0%)	Votos no bairro: 76 (2,9%)	Votos no bairro: 64 (2,4%)	Votos no bairro: 58 (2,2%)	Votos no bairro: 57 (2,2%)
Relevância do bairro: 1,0%	Relevância do bairro: 1,0%	Relevância do bairro: 0,9%	Relevância do bairro: 0,9%	Relevância do bairro: 3,3%

Fonte: O autor (2024).

FIGURA 8 - DISPOSIÇÃO DE VOTOS NO SEMINÁRIO



Bairro Seminário

 <p>Herculano's Dog (PSL) Não Eleito Votos totais: 1.488 (0,2%) Votos no bairro: 324 (5,1%) Relevância do bairro: 21,8%</p>	 <p>Pier (PTB) Eleito por QP Votos totais: 7.868 (1,0%) Votos no bairro: 221 (3,5%) Relevância do bairro: 2,8%</p>	 <p>Felipe Braga Côrtes (PSD) Eleito por QP Votos totais: 7.708 (0,9%) Votos no bairro: 217 (3,4%) Relevância do bairro: 2,8%</p>	 <p>Professor Euler (PSD) Eleito por Média Votos totais: 7.188 (0,9%) Votos no bairro: 130 (2,0%) Relevância do bairro: 1,8%</p>	 <p>Isabel Amaral (PV) Suplente Votos totais: 2.071 (0,3%) Votos no bairro: 121 (1,9%) Relevância do bairro: 5,8%</p>
---	--	---	---	---

Fonte: O autor (2024).

Além disso, você tem alguns rancores e dissabores pela compreensão das trajetórias de filiação aos grupos políticos. Mesmo que Felipe Braga Cortes e o Professor Euler façam parte da coligação do prefeito Rafael Greca neste momento, a filiação deles nunca foi diretamente a esse grupo. Isso ocorreu devido a um movimento estratégico do prefeito ao se filiar ao PSD, como resultado de um arranjo de cúpula estadual.

Ambos, Braga Cortes e Euler, fizeram parte do arco de alianças de Ney Leprevost quando este concorreu com Rafael Greca em 2020, chegando inclusive ao segundo turno. Após isso, continuaram votando com a oposição ao prefeito. Por outro lado, a migração de Pier Petruzzello, que inicialmente apoiava Gustavo Fruet e depois se juntou ao grupo de Rafael Greca, gerou sensações de traição ou de pouco comprometimento entre seus antigos aliados.

Esse embate evidenciou a importância das lideranças pessoais na política, que muitas vezes se sobrepõem às filiações partidárias e orientam alianças e oposições no sistema político. Nesse contexto, a política personalista exerce uma influência significativa nas definições e escolhas políticas em diversos níveis do sistema político.

Percebemos, assim, o papel crucial do mecanismo político personalista na política brasileira, tanto na análise contemporânea de Chaves (2003) quanto na perspectiva histórica. Temos enfatizado que as eleições muitas vezes não se limitam à escolha dos governantes, mas se tornam uma arena de poder onde líderes individuais desempenham um papel central, às vezes superando a relevância dos partidos políticos. As características pessoais e o carisma dos líderes são fundamentais, assim como a formação de alianças pragmáticas, independentemente de fundamentos ideológicos sólidos. Esse padrão personalista tem sido recorrente na política brasileira ao longo da história, exercendo um impacto significativo nas dinâmicas políticas em todos os níveis.

Nas eleições, no voto e na política em geral, existe uma complexidade que vai além do simples aspecto político. Goldman (2004) destaca que há poderes, agências, processos e subjetividades que exigem teorias etnográficas mais abrangentes. Weber (2022), por sua vez, enfatiza que para a vida cotidiana, a dominação é principalmente administração, e a racionalização burocrática desempenha um papel importante nessa complexidade. O Estado, na concepção de Weber, é uma máscara que unifica as ações de uma engrenagem multifacetada,

representando uma vontade coletiva, mas dispersa em práticas que nem sempre têm uma relação de causalidade ou coerência entre si. Assim, a política envolve múltiplos elementos e atores que vão além do âmbito estritamente político.

Enquanto Pier e Cortes debatiam fervorosamente sobre um projeto que já resguardava parcialmente um setor econômico específico, a verdadeira disputa parecia ser por espaço, e não por uma proposta ou ideia em si. As três votações referentes à proposta foram rejeitadas com uma divisão de votos fixa: 16 contrários, 12 favoráveis e nenhuma abstenção.

Além disso, durante o debate parlamentar, a disputa entre os parlamentares não se baseia apenas em ideias, mas também na busca por legitimidade para representar um mesmo setor. O setor comercial e empresarial foi frequentemente discutido nas sessões analisadas, especialmente em meio à pandemia, refletindo uma tendência política nacional de equilibrar as preocupações com a economia e a saúde pública.

Os parlamentares de Curitiba, especialmente os representantes da oposição, demonstraram preocupação em defender os servidores públicos, com destaque para a vereadora Josete do PT, que enfatizou os servidores da Educação e da Saúde. Maria Letícia do Partido Verde, por sua vez, concentrou suas falas na defesa dos servidores da Saúde, utilizando sua formação como médica para embasar suas críticas. Ambos os vereadores reforçaram seus compromissos com essas categorias em suas redes sociais após a reeleição.

O líder do governo, vereador Pier do PTB, mencionou os servidores públicos apenas para defender a atuação da secretária municipal de Saúde, Márcia Huçulak. Em suas redes sociais, agradeceu tanto aos "curitibanos" em geral quanto ao setor privado, mencionando Helton Parizotto¹² como um importante apoiador.

Esses destaques são relevantes à luz do conceito antropológico de reciprocidade, no qual os vereadores eleitos buscam retribuir o apoio recebido por meio de seus agradecimentos e defesa das pautas dos setores sociais que os apoiaram. O embate entre o público e o privado também é evidente, com vereadores buscando se posicionar e obter apoio específico de setores empresariais.

Os debates na Câmara de Vereadores revelam disputas políticas e alianças estratégicas entre os parlamentares, com destaque para a questão do "setor

gastronômico e padarias", onde vereadores como Pier e Felipe Braga Cortes disputam a defesa do mesmo segmento empresarial, considerando também a relação com o governo municipal e a busca pela reeleição. Esses debates expõem as forças políticas em jogo e suas expectativas de apoio, tanto para ações no presente quanto para futuras eleições.

As sessões da Câmara Municipal de Curitiba após as eleições de 2020 revelaram um embate entre parlamentares de campos aparentemente adversários (situação e oposição), especialmente no que diz respeito à defesa do mesmo setor comercial e, conseqüentemente, do mesmo grupo de apoio político/eleitoral. Esse confronto ilustrou as tensões relacionadas ao processo eleitoral recente.

Chama atenção o fato de que, nas 15 sessões analisadas, os vereadores não reeleitos, exceto Felipe Braga Cortes, foram assíduos. A maioria deles pertencia à base de apoio do Governo Municipal. Algumas das manifestações foram para justificar votos, registrar presença ou informar sobre reuniões de comissões, e não necessariamente para debater projetos.

Os vereadores não reeleitos se manifestaram em suas redes sociais após o resultado das eleições, agradecendo pelos votos recebidos e destacando suas atuações e trabalhos realizados em suas respectivas áreas de atuação. Alguns mencionaram dificuldades enfrentadas durante a campanha, como a pandemia, e justificaram a não reeleição por questões de proporcionalidade. Alguns também enfatizaram suas posturas conservadoras, familiares e religiosas.

Dos três suplentes que exerciam o mandato na época das eleições, dois conseguiram ser eleitos como vereadores. Entre os candidatos que se manifestaram, prevaleceu a intenção de demonstrar decoro pessoal na relação com os colegas, satisfação com o trabalho realizado na Câmara e agradecimento à população de Curitiba de modo geral.

As manifestações pós-eleições refletiram tanto as especificidades políticas de cada vereador quanto a tentativa de manter uma relação representativa próxima à população.

As análises do trabalho de Góes Filho (2001), Kuschnir (1999), Ortner (1995) e Chaves (2003) mostram que a política é marcada por disputas de poder, alianças, trocas e representações que podem parecer contraditórias. No caso da Câmara Municipal de Curitiba, a disputa entre parlamentares de campos aparentemente

adversários se dá em busca do apoio mais amplo possível, indo além dos territórios regionais.

Durante as sessões analisadas, observa-se que os parlamentares, apesar de se posicionarem como "situação" ou "oposição", tendem a votar em conjunto na maioria das vezes, mesmo com o voto sendo secreto. Isso pode ser explicado pelo jogo de poder, acordos e negociações prévias baseados nos interesses dos partidos e aliados, conforme descrito por Kuschnir (1999).

A relação entre o público e o privado também é evidente nos agradecimentos pós-eleição dos vereadores. Eles demonstram decoro pessoal, satisfação com o trabalho realizado e agradecem à população de Curitiba de modo geral, destacando valores conservadores, familiares e religiosos.

As reflexões de Ortner (1995) e Chaves (2003) mostram que as pessoas, em posições de poder, podem aceitar representações que apoiam sua própria dominação, mas também preservam tradições autênticas que lhes permitem enxergar através dessas representações. Nesse sentido, os vereadores tentam vincular suas imagens a novas perspectivas de trabalho e mudanças, mas ao mesmo tempo valorizam a tradição política. A complexidade cultural nas relações de poder também é destacada, mostrando que há lealdades mutáveis, alianças mutáveis e categorias cambiantes na política.

A análise do comportamento dos parlamentares de Curitiba após as eleições de 2020, à luz das ideias de Goldman (2004), revela que a compreensão política não se limita à oposição entre o ideal e as práticas. Em vez disso, é o "semi-ideal da democracia representativa" que molda e dá sentido às ações políticas, mesmo diante de suas contradições. Goldman (2004) enfatiza a importância da dimensão da subjetividade na política, onde as regras políticas e os comportamentos estão interconectados. Essa análise nos permite entender melhor como a democracia representativa funciona na prática, considerando as complexidades da subjetividade como parte integrante do sistema político e social. A pesquisa realizada aborda esse aspecto, relacionando as práticas políticas e comportamentos dos parlamentares com a dinâmica política em ação e como a ética política se manifesta nesse contexto.

O sistema eleitoral de lista aberta, vigente em nosso contexto eleitoral, o que inclui o Legislativo no âmbito Municipal, estabelece uma dinâmica de competição multifacetada entre os candidatos. Essa competição se desdobra em ao menos duas

dimensões principais. Primeiramente, devido à natureza aberta do sistema, os candidatos se encontram em uma constante busca por apoio dentro de uma base demográfica variada, que pode abranger desde bairros específicos até categorias profissionais ou grupos dedicados a determinadas causas. Neste cenário, não apenas se requer dos candidatos a capacidade de mobilizar apoio em torno de suas propostas, mas também os coloca em uma posição de concorrência direta com outros indivíduos que possam estar defendendo pautas similares.

Por outro lado, em virtude da organização partidária que rege a alocação das vagas conquistadas, os candidatos também enfrentam uma competição interna dentro de seus próprios partidos. Isso ocorre porque, embora seja o eleitorado quem ordena a lista por meio de seus votos, são os partidos que, em última análise, detêm as vagas. Assim, a obtenção de um mandato depende não apenas da capacidade de um candidato de angariar apoio popular, mas também de sua posição relativa dentro da hierarquia de votação de seu partido. Candidatos com diferentes causas ou provenientes de diferentes regiões precisam, portanto, assegurar uma classificação privilegiada dentro de sua agremiação para garantir sua eleição.

Esta dualidade de competição se encerra com o término do pleito eleitoral, abrindo espaço para uma nova dinâmica partidária. Na prática, observa-se que, após as eleições, o partido transforma-se de um campo de disputa para um espaço de alianças. Para o político eleito, a primeira e mais crucial aliança é forjada no interior de sua legenda, dado que o funcionamento efetivo do parlamento — no caso, a câmara municipal — depende significativamente da coordenação entre as lideranças partidárias ou blocos parlamentares, que, por sua vez, têm suas origens nas estruturas partidárias.

No entanto, a solidez dessas alianças partidárias tende a se modificar ao longo do tempo. Baseando-se em minha experiência profissional de analista político quanto também no trabalho de campo, constata-se que, no início da legislatura, essas alianças são fortes, mas tendem a enfraquecer à medida que o término do mandato se aproxima. Esse fenômeno é acentuado pela existência da janela partidária, que permite aos parlamentares a mudança de legenda, diluindo as alianças previamente estabelecidas. Tal dinâmica não apenas evidencia a natureza fluída das afiliações partidárias, como também destaca a migração entre partidos como uma prática relativamente comum, como vimos anteriormente.

A proposta de "reinvenção da antropologia" de Valente (2014). Essa mudança de foco permite compreender os mecanismos de poder que afetam a vida das pessoas comuns e promover uma análise mais democrática das relações sociais. No entanto, essa abordagem pode enfrentar resistências entre os antropólogos, pois inverte a relação de poder entre pesquisador e pesquisado, desafiando-os a interagir com informantes que compartilham similaridades sociais e educacionais.

Como já vimos, Goldman (2004) reforça a importância de considerar a dimensão da subjetividade na análise política, indo além das normas e comportamentos para entender as práticas políticas. As promessas políticas têm a função de estabelecer relações de identificação e oposição entre os agentes políticos, e a subjetividade desempenha um papel central nesse processo. As motivações para votar em candidatos podem variar mesmo entre pessoas que compartilham interesses econômicos, pois a subjetividade influencia as escolhas políticas.

Em resumo, a política constitui um domínio caracterizado por competições, alianças, representações e transações, no qual os agentes podem adotar diversas estratégias para assegurar apoio e influência, ao mesmo tempo em que mantêm intactos valores e tradições que lhes conferem autenticidade. A dinâmica política é influenciada por uma variedade de fatores e interesses, conferindo-lhe um caráter complexo e multifacetado.

As análises apresentadas apontam para a ausência de perspectivas de mudança real nas políticas apresentadas entre os vereadores da Câmara Municipal de Curitiba durante a pandemia e o período eleitoral de 2020. Mesmo com alterações nas regras eleitorais, as eleições não trouxeram inversão ou superação da ordem vigente.

A pandemia teve um impacto significativo nas campanhas eleitorais, especialmente em relação à impossibilidade de contato pessoal, que é uma ferramenta eleitoral indispensável no Brasil, tornando a visibilidade virtual fundamental. Candidatos derrotados, como Katia Dittrich (Kátia dos Animais) e Paulo Rink, não se manifestaram nas redes sociais, causando estranheza. A presença e participação ativa nas redes sociais são vistas como jogos sérios, possibilitando uma maior interação com o público durante a pandemia.

4.1 FAMÍLIA, AMIGOS, GRUPOS E TIMES POLÍTICOS

O voto pode representar mais do que uma escolha individual, mas também uma adesão a um lado social representado por um grupo/time. Onde a mediação para obtenção de pequenos favores, que podem variar desde empregos públicos para membros da família até atendimentos gratuitos em hospitais privados ou prioridade em hospitais públicos, empréstimos de dinheiro, serviços advocatícios gratuitos, entre outros. Nesse sentido, as eleições podem ser vistas como um momento para saldar ou amortizar parte dessa "dívida", retribuindo o voto e o apoio. Esses favores ou ajudas presumiam um pedido e, em contrapartida, uma promessa, isto é, o comprometimento da palavra de ambas as partes, configurando promessas mútuas. Assim, as pessoas votam no grupo em que estão ou naquele em que votam as pessoas com as quais têm, ou sentem que têm, algum compromisso (PALMEIRA, 2010, p. 20).

Na Câmara Municipal de Curitiba, o incidente envolvendo membros de dois grupos aparentemente adversários - Pier Petruzzello (PTB) e Felipe Braga Cortes (PSD) -, conforme relatado na página 59, ilustrou essa contradição.

É evidente a existência de uma competição complexa entre Pier, Felipe Braga Cortes e Euler, que não se limita a uma disputa por protagonismo dentro de determinados setores empresariais ou entre elites, mas abrange a busca por apoio eleitoral em segmentos similares da sociedade, levando em conta os aspectos geográficos, temáticos e os estratos sociais dos eleitores. A base eleitoral desses três vereadores concentra-se principalmente na região do Água Verde, Batel, Bigorriho, Mercês, Mossunguê e Seminário, o que os coloca em competição direta dentro da lógica eleitoral¹³.

No entanto, além desses aspectos, há ressentimentos e descontentamentos decorrentes das alianças políticas estabelecidas ao longo de suas trajetórias. Embora Felipe Braga Cortes e Professor Euler atualmente estejam na coligação liderada pelo prefeito Rafael Greca, devido a um movimento político que o levou ao PSD, suas filiações anteriores não foram alinhadas a esse grupo. Ambos estiveram associados à coalizão liderada por Ney Leprevost durante a eleição, indo para o segundo turno mantendo uma postura de oposição a Greca. Já a mudança de Pier,

13 Como visto nas Figuras 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

que anteriormente apoiava Gustavo Fruet e posteriormente se aliou a Rafael Greca, causa sentimentos de traição ou falta de comprometimento para alguns observadores.

Retomando a perspectiva de Palmeira (2017), podemos afirmar que, "ao contrário da simples confirmação do mando de um determinado chefe político ou facção sobre uma mesma clientela, as eleições são a ocasião, por excelência, para as migrações entre facções" (Palmeira, 2017, p. 22). Naquele momento quando o resultado das eleições ainda estava fresco, Pier e Braga Cortes disputaram rearranjos de compromissos que se deram fora do processo eleitoral.

Lembrando que as divergências e similaridades de atuação podem ser encontradas mesmo em mandatos que se colocam em campos ideológicos opostos (KUSCHNIR, 2000) – o que, evidentemente, não é o caso de Pier e Braga Cortes. Este último evidencia uma disputa pelo protagonismo na representação de um mesmo campo ideológico, pois tanto Pier, Braga Cortes quanto Professor Euler têm atuação mais próxima de uma certa elite da cidade.

A constatação dialoga com a afirmação de Palmeira (2010, 2017) acerca da reciprocidade das promessas ou acordos entre os membros das facções. Sendo assim, entre os pesquisados por Kuschnir (2000), foi consenso que receber e ouvir a população é um "dever do homem público". Os parlamentares que utilizavam a estratégia assistencialista, no entanto, organizavam uma estrutura para "incrementar" trocas de serviços e bens materiais com um número grande de pessoas, dispondo desde cargos comissionados a profissionais especializados em diversas áreas, como advogados, psicólogos, médicos, assistentes sociais, professores, mão-de-obra operária e até parapsicólogos, conforme demanda da comunidade à qual têm maior ligação.

Como não poderia deixar de ser, é o voto que aparece sempre como moeda de troca entre esses pedidos e retribuições. "Os eleitores que pedem antes da eleição costumam prometer o voto. Os que pedem depois garantem ter votado, ou recomeçam o ciclo prometendo votar no candidato no próximo pleito" (Kuschnir, 2000, p. 39). Assim, quando atendem aos pedidos dos eleitores, mais do que saldarem uma dívida, os parlamentares reforçam o vínculo, estabelecendo uma nova "prestação".

Os vereadores que se identificam no campo da esquerda e que estabelecem relações ideológicas de atuação e atendimento à comunidade, tentando evitar, no

geral, ações assistencialistas, têm como modelo ideal o trabalho em nome de causas representativas de grupos organizados ou da coletividade. Assim, busca-se, no geral, não estabelecer qualquer tipo de negociação relacionada à obtenção de votos.

Além de “votar espontaneamente”, o eleitor não deve esperar ganhos materiais ou benefícios pessoais. [...] Um vereador ideológico conta, por exemplo, que um dia, na praia, um senhor se aproximou dizendo que era seu eleitor e perguntou: “Você não vai agradecer o meu voto?” O vereador respondeu que não, que “não achava que devia agradecer aos meus eleitores. Meus eleitores votaram em mim porque me delegaram o mandato e vão me julgar pelo trabalho que eu estou fazendo”. Sua posição contrasta com a do vereador assistencialista, que classifica o voto como uma “honra” que deve ser retribuída. O ideológico espera que seus eleitores entendam o voto e o trabalho parlamentar como bens políticos” (KUSCHNIR, 2000, p. 41).

Kuschnir (2000) argumenta que, na prática, os "vereadores ideológicos" não se limitam apenas ao encaminhamento de projetos ao Plenário e que, eventualmente, todos os mandatos acabam por atender alguma demanda assistencialista. Além disso, diversas interpretações dessas relações são pertinentes à Antropologia, conforme observado por:

Em seu famoso “Ensaio sobre a dádiva, de 1924, Mauss mostrou como a troca tem um significado social mais amplo do que o mero intercâmbio de bens. A partir da análise de rituais como o potlatch, do noroeste americano, e o kula, da Melanésia, o autor distingue fenômenos que articulam todas as instituições sociais (religiosas, jurídicas, morais, econômicas e de caráter estético). Tanto o potlatch quanto o kula, de formas diferentes, são sistemas de dádivas que envolvem a obrigação de dar, receber e retribuir, motivada pelo fato de a coisa trocada possuir o hau – o espírito, a alma, do seu doador, que quer voltar ao ponto de origem. Assim, a circulação de coisas é também uma circulação de pessoas, de “respeitos” e “gentilezas” mútuos, em que os sujeitos das dádivas doam sua própria virtude, movimentando alianças e disputas sociais (KUSCHNIR, 2000, p. 43).

Cabe, ainda, destacar o princípio da reciprocidade de Lévi-Strauss (1947), que analisou fenômenos sociais específicos sob a perspectiva do sistema de dádivas. Segundo Kuschnir (2000), “Há algo mais do que simples trocas de bens. Nelas, o princípio da reciprocidade estaria presente, garantindo, como nas obrigações de dar, receber e retribuir, a manutenção da aliança entre aqueles que trocam” (p. 43-44).

Assim, “trocas envolvendo bens de todos os tipos estão sempre acontecendo, independentemente da linha ideológica ou assistencialista do político”

(Kuschnir, 2000, p. 45), concluiu, destacando que uma das atividades que mobiliza com bastante frequência a grande maioria dos vereadores é a tarefa de conseguir vagas em escolas – um direito da criança e do cidadão. "No discurso assistencialista privilegia-se o código das relações pessoais, enquanto no ideológico prevalece um ideal de cidadania vinculado a valores mais universalistas e impessoais" (Kuschnir, 2000, p. 45).

No caso analisado em Curitiba, a disputa por ser o "iniciador" da troca parece evidente, pois o provedor do benefício para os comerciantes seria, conseqüentemente, quem receberia, no futuro, a contraprestação ou gratidão. O entendimento de Kuschnir (2000) sobre trocas envolvendo bens de todos os tipos, independentemente da linha ideológica ou assistencialista do político, pode ser relacionado ao conceito de dádiva e reciprocidade de Marcel Mauss (2017), pois as trocas políticas podem ser vistas como manifestações contemporâneas das práticas de dádiva, onde políticos oferecem benefícios em troca de apoio ou lealdade, criando uma rede complexa de relações baseadas em reciprocidade e obrigações mútuas.

Essa dinâmica de intermediação e troca, presente na atuação parlamentar como mediador cultural, exemplifica como as relações políticas não se restringem apenas ao âmbito ideológico, mas se configuram como formas complexas de interação social, onde as trocas de favores e benefícios desempenham um papel significativo.

Outro ponto relevante de contribuição teórica trazido por Kuschnir (2000) está relacionado à representação parlamentar como mediador cultural, com o registro de solicitações de âmbito muito particular, como o exemplo de um eleitor que procurou um vereador do Rio de Janeiro com uma demanda pessoal. Essa intermediação cultural é desenvolvida ao longo de todo o mandato, pois o convívio com distintos universos culturais é reforçado.

Para além da relação com a população, a autora traz informações sobre trânsito e alianças, negociações no plenário, interdependência entre os parlamentares, cumplicidade e seus limites, a tensão cotidiana na construção de relações políticas e pessoais, identificando que muitos parlamentares afirmam conscientemente que marcar posição é ruim, mas agir com neutralidade, ou seja, "ficar em cima do muro", é uma tarefa impossível.

Nesse sentido, a interdependência é apontada como uma das características fundamentais para a compreensão de como ocorrem as negociações no ambiente legislativo. Essa característica da vida parlamentar fica evidente no debate entre Pier e Braga Cortes relatado acima, já que a disputa em questão era justamente a aprovação de um Projeto de Lei com conteúdo praticamente idêntico ao Decreto baixado pela Prefeitura. Em determinados momentos do embate, os concorrentes chegam a expressar essa “não diferença”.

A observação do trabalho legislativo evidencia que o grupo está sempre demonstrando a si próprio que a possibilidade de alianças é latente, mesmo entre aqueles de posições mais distantes. [...] todos sabem que, num certo nível de atuação, o voto dado (a favor de um projeto ou proposição) deve significar voto retribuído [...] a garantia de reciprocidade é condicionada pelo valor atribuído ao conteúdo das matérias em questão” (KUSCHNIR, 2000, p. 52).

Esta afirmação torna a disputa protagonizada pelos vereadores curitibanos ainda mais emblemática, já que, segundo Kuschnir (2000, p. 53), muitos parlamentares "gostam de valorizar o fato de serem pessoas 'abertas', 'não-radicais', 'dinâmicas' e, frequentemente, 'nem de direita, nem de esquerda'. A 'mobilidade' é uma saída para não ficar 'isolado' do grupo".

Há diversas diferenciações internas que auxiliam na compreensão do debate entre os parlamentares curitibanos. Apesar de o maior número de votos não representar, na teoria, diferenciação entre os parlamentares, na prática, na Câmara Municipal, isso é considerado regimentalmente, uma vez que a diplomação é executada pelo vereador com maior número de votos até a eleição da Mesa Diretora.

Nas discussões prévias à votação de projetos de lei na Câmara Municipal, o cenário pode ser tumultuado e conflituoso, com recusas à participação nas votações e questões de ordem. Durante a "Ordem do Dia", os vereadores se confrontam e acusam uns aos outros, cientes de que cada voto influencia a aprovação dos projetos, criando uma rede de dependências mútuas (KUSCHNIR, 2000, p. 56).

A influência das lideranças sobre os parlamentares impacta diretamente sobre suas decisões políticas. Quanto menos próximos estiverem, maior é a chance de uma, sendo que uma menor proximidade pode aumentar a probabilidade de mudança de posição, o que pode abalar os e desestabilização dos grupos existentes. Não se aliar. A falta de adesão a qualquer grupo político pode resultar na

perda do poder da eficácia do voto como instrumento de negociação e na falta de capacidade para aprovar projetos. Uma contradição surge quando se enfatiza a importância do estabelecimento de boas relações e a necessidade de políticas harmoniosas ao mesmo tempo em que se exige uma adesão consistente a um determinado grupo específico. Os parlamentares frequentemente justificam suas ações em nome dos interesses de seus eleitores, competindo pela legitimidade representativa. O debate no plenário muitas vezes se concentra nesse aspecto, e a presença do público nas galerias pode influenciar a postura dos parlamentares na defesa de determinados projetos pelos parlamentares. As manifestações públicas e as declarações de apoio e aliança desempenham um papel significativo nas disputas por apoio entre os diferentes grupos políticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antropologia enfrentou o desafio histórico de analisar as práticas sociais de poder, reconhecendo que a cultura está intrinsecamente ligada às relações de poder. Os aspectos semióticos da política, como cerimônias e discursos, constituem a própria realidade política. A atuação dos parlamentares visa transformar os interesses da população em realizações concretas, visando à reeleição e ao serviço à cidade. A estratégia ideal é o conhecimento incorporado aos sujeitos e a capacidade de participar das atividades sociais respeitando valores e princípios políticos. A disputa pelos espaços institucionais pode ocorrer por motivos particularizados, sem representar divergências concretas ou projetos diferentes de sociedade. As disputas individuais têm se concentrado em interesses específicos, relegando as discussões relevantes da grande política a segundo plano.

Para Velho e Kuschnir (2001, p. 85), "O vereador é personagem central de uma ampla e diferenciada rede de relações, constituída por diversos grupos e numerosos indivíduos". Seu papel social implica no desempenho potencial de mediação e metamorfose, ambos vividos com particular intensidade, pois interagir diariamente com universos sociais regidos por lógicas e visões de mundo tão diferentes obriga, inclusive por questão de sobrevivência neste espaço, ao estabelecimento de pontes. "O político não é apenas um canal inofensivo, mas um processador das diversas lógicas envolvidas, que sintetiza e elabora pontos de vista, criando soluções e projetando-as em ações eficazes" (Velho e Kuschnir, 2001, p. 88). Esse exercício exigirá dele, naturalmente, que assuma posições.

Palmeira e Heredia (2010) conduziram pesquisas com vereadores e deputados no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, visando compreender a percepção dos próprios políticos em relação à política. Eles identificaram diferenças na maneira como o tempo político é percebido pela população em geral e pelos políticos. As disputas eleitorais envolvem conflitos, especialmente entre parlamentares aliados que competem pelos votos do mesmo campo eleitoral.

As críticas e acusações entre candidatos da mesma facção que disputam o mesmo cargo na mesma região são mais agressivas e persistem além do período eleitoral, ao contrário das críticas feitas a candidatos de outras facções, que geralmente são públicas e limitadas à época da disputa, conforme pudemos ver no caso das falas entre Braga Cortes, Pier e o Professor Euler. Essas críticas internas

ocorrem de forma anônima e afetam a honra dos políticos. O grupo político é um espaço onde a política se desenrola mesmo fora do "tempo da política", tornando-se um lugar de confronto, uma vez que vencer uma eleição confere poder e diferenciação em relação aos adversários, o que pode ser encarado como uma questão de honra em determinadas circunstâncias.

A movimentação política exige que os candidatos estreitem suas relações com os eleitores, o que implica estar presente fisicamente nas localidades ou regiões e estabelecer canais diretos de comunicação, como participar de programas de rádio, distribuir boletins informativos, receber visitas nos gabinetes e responder ao envio de cartas. Além disso, é importante demonstrar proximidade com os eleitores por meio de gestos personalizados, como enviar felicitações de aniversário e oferecer ajuda quando necessário.

As principais trocas nesse processo são culturais, não materiais, envolvendo expectativas que impulsionam tanto o eleitor quanto o parlamentar. Olhar para o momento pós-eleitoral de 2020 foi crucial para entender as dinâmicas políticas em jogo, especialmente no caso do conflito entre Braga Cortes, Pier e Euler. As alianças entre vereadores são fluidas e podem ser renovadas em diferentes momentos. No período limiar, essas alianças tendem a estar mais frágeis, pois não há uma dependência mútua tão forte entre os parlamentares.

Argumentamos que o conflito entre Braga Cortes, Pier e Euler, trazido na íntegra no item 4 desta dissertação, não teria sido adiado se não fosse durante esse período limiar. Isso se deve ao fato de que as alianças estão menos consolidadas nesse momento, e os vereadores têm menos incentivos para evitar conflitos, pois não dependem necessariamente uns dos outros para obter apoio em suas agendas políticas.

Por exemplo, Braga Cortes não estaria buscando apoio para sua próxima magistratura, o que significa que o desgaste de um conflito político é menor. Em contrapartida, se o conflito ocorresse no início de uma legislatura, quando as alianças estão mais quentes e os vereadores dependem uns dos outros para garantir votos, é improvável que a briga tivesse acontecido da mesma forma.

Portanto, olhar para esse momento limiar foi importante para compreender as dinâmicas políticas específicas que influenciaram o conflito entre os vereadores e como essas dinâmicas podem variar em diferentes contextos políticos e temporais.

O esforço da pesquisa foi identificar como atores "empoderados ou desempoderados" jogam os jogos culturais e as ideologias associadas, compreendendo que essa dinâmica os reproduz e transforma, impactando os eleitores e toda a sociedade envolvida.

A análise pós-eleitoral da Câmara Municipal de Curitiba revelou o comportamento de diferentes grupos de vereadores e como suas ações foram influenciadas por fatores como vínculos políticos, agradecimentos, mobilização, mudanças nas regras partidárias e companheiros de chapa. Observou-se que os vereadores reeleitos se manifestaram mais publicamente do que os não-reeleitos. Essa eleição também refletiu a consolidação de uma aliança política iniciada em 2016 entre o governador do estado e o prefeito, indicando a importância das relações políticas transversais.

Os indivíduos estão constantemente inseridos em complexas teias de relações, que envolvem afeto, solidariedade, poder e rivalidade, negociadas interativamente. Esse aspecto fica evidente no embate entre o líder do governo municipal e um vereador não-reeleito que estava se afastando para trabalhar no governo do estado, indicando as tensões e conexões entre diferentes esferas políticas. A análise desses momentos pós-eleitorais é fundamental para compreender o início das carreiras políticas dos vereadores e a construção de suas relações políticas.

Na arena política, mesmo que aparentemente em lados opostos, os parlamentares estudados não apresentaram uma real discordância em relação ao conteúdo do debate, pois ambos defendiam a mesma proposta, apenas com formatos diferentes. Além disso, havia uma aliança política entre os governos municipal e estadual, favorecendo o setor comercial independente do vencedor. Os agentes políticos estão condicionados a atuar dentro de várias relações sociais, e não têm total controle sobre essas relações para atingir seus próprios objetivos.

Entre os candidatos reeleitos, houve pouca divergência em relação às propostas, e as eventuais discordâncias foram mais influenciadas pela posição política (situação ou oposição) do que por questões ideológicas ou classistas. As propostas foram aprovadas, e os vereadores mostraram abertura para dialogar e representar demandas tanto do setor comercial quanto do setor público, como evidenciado pelos agradecimentos após a reeleição, direcionados à população de

forma geral. A questão política e ideológica entre o setor empresarial e os serviços públicos não foi destacada na análise.

Dos nove candidatos que tentaram a reeleição e foram derrotados, dois deles, Katia Dittrich e Paulo Rink, não utilizaram as redes sociais para agradecimentos após o resultado. No entanto, a internet desempenhou um papel fundamental durante a campanha eleitoral. Portanto, mesmo que a atuação nas redes sociais possa ter sido decisiva para o resultado eleitoral, o agradecimento formal nas redes teria valor para aqueles candidatos que não desistiram da carreira política.

Dos sete candidatos que se manifestaram agradecendo aos seus eleitores, a maioria o fez de forma genérica, mencionando apenas o número de votos obtidos. Alguns destacaram o seu bom trabalho durante o mandato, reafirmaram sua disposição para seguir seus princípios ideológicos e morais, e demonstraram apoio da família diante da derrota. Essas manifestações podem dialogar com parcelas significativas do eleitorado e mostrar que os candidatos continuam comprometidos com suas causas, mesmo fora do espaço institucional.

A competição política entre os vereadores Píer, Braga Cortes e Euler transcende uma simples rivalidade eleitoral, revelando-se como um reflexo de dinâmicas sociais mais amplas, que englobam tanto históricos quanto estratégias eleitorais específicas. A análise dos dados eleitorais, conforme exposto nos anexos, indica que esses vereadores concentram significativamente seus votos em áreas consideradas elitizadas da cidade, sugerindo uma afiliação com segmentos socioeconômicos mais elevados. Esta observação nos leva a compreender a disputa eleitoral não apenas em termos de táticas partidárias internas, em virtude do sistema de lista aberta, mas também como uma competição por votos em segmentos demográficos específicos, particularmente entre o eleitorado empresarial.

Além disso, o histórico político desses vereadores, incluindo alianças e oposições anteriores, como o apoio a Gustavo Fruet, Ney Leprevost e as distintas posições em relação a Rafael Greca nas eleições subsequentes, desempenha um papel crucial na configuração atual das forças políticas. Mesmo que os partidos atualmente façam parte da base de apoio ao prefeito Rafael Greca, as divergências passadas e as estratégias de voto em momentos críticos revelam uma complexidade nas relações políticas que transcende a simples dicotomia base-oposição.

A análise desse contexto evidencia que o conflito entre esses vereadores não é meramente uma disputa por posições no espectro político local, mas reflete um embate por influência dentro de territórios específicos e entre grupos socioeconômicos distintos, além de ressonâncias de alianças e rivalidades anteriores. A compreensão dessa dinâmica é essencial para desvendar tanto o comportamento eleitoral quanto as ações políticas desses atores no cenário atual.

O caso que destaquei nesse trabalho, centrado na disputa pós-eleitoral entre os três vereadores na Câmara, não apenas sublinha elementos significativos no âmbito político local, mas também ressalta a importância de uma abordagem interdisciplinar na análise política. A compreensão da rivalidade entre esses parlamentares exigiu um entendimento não só do local e do modo como eles angariam votos, mas também do contexto histórico, demográfico e sociológico que moldou suas trajetórias. Foi crucial entender como a adesão política ocorre em diferentes momentos e como os grupos ou "times" são formados.

Pensando na Teoria dos Rituais, enxergo os três atos no momento deste período limiar. O primeiro é a primeira sessão logo após a eleição, que mostra quem eles agradecem, quem mobilizam, como estão os sentimentos etc. O segundo, que seria o "entreatos", ocorre quando acontecem os conflitos de desarranjo e rearranjo e o terceiro ato ocorre na última sessão, quando os que vão saindo se despedem e os novos vão chegar, o futuro colando no passado, fluidez de categorias, teoria dos rituais

Este estudo revela a crescente necessidade de métodos integrados para uma análise política mais profunda, especialmente considerando os desdobramentos e polarização que vem crescendo desde as eleições de 2020, onde certas dinâmicas se intensificaram. A antropologia, com seu foco holista, oferece contribuições valiosas neste sentido. Métodos que ignoram a complexidade da ação humana seriam insuficientes para alcançar as compreensões e reflexões aqui apresentadas, demonstrando assim a vitalidade e relevância da integração metodológica na pesquisa antropológica aplicada ao campo político.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva. 2005.

CHAVES, Christine de Alencar. Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Antropologia Política/UFRJ. 2003.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas - I.ed., IS. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GÓES FILHO, P.. As Nações Vão às Urnas: As eleições na Assembléia Geral da ONU. In: Mariza Peirano. (Org.). O Dito e o Feito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

GOLDMAN, Marcio. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. In: Política no Brasil: visões de antropólogos/ PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (org.) – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

KUSCHNIR, Karina. Eleições e representação no Rio de Janeiro - Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da política; 8), 1999.

KUSHNIR, Karina. Eleições e Representação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política. 2000.

LAGÜÉNS, João Vicente Marques. Política dentro de casa. In Questões e dimensões da política: anais do Encontro dos 20 anos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) / Org. COMERFORD, John et al. Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2017.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: Ubu Editora. 2017.

NADER, Laura. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. Revista Antropolítica, n. 49, Niterói, 2. quadr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/44427>. Acesso em: 20/08/2022.

NuAP. Por uma antropologia da política: rituais, representações e violência. Cadernos NuAP, 1. Rio de Janeiro: NAU editora, 1998.

ORTNER, Sherry B. A Resistência e o Problema da Recusa Etnográfica. Comparative Studies in Society and History, Vol. 37, No. 1, pp. 173-193, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/179382?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em 15/09/22.

PALMEIRA, Moacir. Aula Inaugural 'Etnografias: reflexões sobre o trabalho de antropólogos', no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).

PALMEIRA, Moacir; e HEREDIA, Beatriz M. de. Política ambígua – Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP – (Coleção Antropologia da política; 32), 2010.

PEIRANO, Mariza. “Uma antropologia da política: rituais, representações e violência”. In: Cadernos do NuAP 1: Rio de Janeiro, 1998.

PEIRANO, Mariza. Três ensaios breves. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1998.

PEIRANO, Mariza. Apontamentos sobre rituais, eventos e política. In: ANPOCS, 2002.

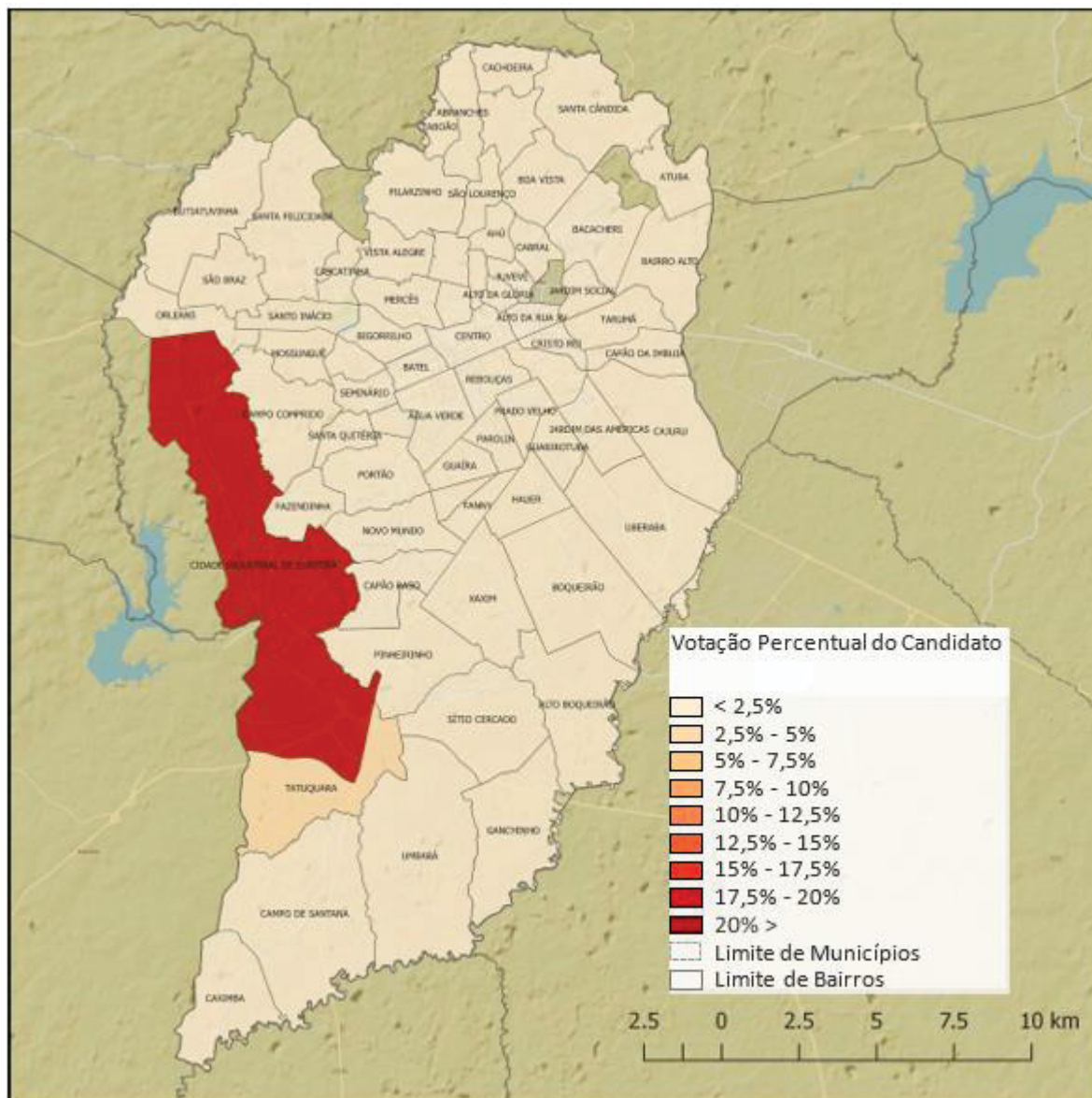
PEIRANO, Mariza. O dito e o feito: Ensaio de antropologia dos rituais. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

TEIXEIRA, Carla Costa. Decoro parlamentar: entre agressões morais e indisciplinas estratégicas. In: TEIXEIRA, Carla et al (org..). Espaços e tempos da política. Rio de Janeiro: NUAP/Relume Dumará. p.123-142, 2004. Disponível em: http://nuap.etc.br/wpcontent/uploads/2020/05/espacos_e_tempos_da_politica.pdf. Acesso em: 12/08/2022.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Coimbra: Edições 70. 2022.

APÊNDICE 1 – DESEMPENHO ELEITORAL DE CANDIDATOS ELEITOS EM 2016

Zezinho Sabará (PDT) Desempenho Eleitoral em 2016



(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	JOSE ORTIZ LINS
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
Ocupação	OUTROS
IDADE	53 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	RONCADOR

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	8.473
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,634
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO ALTA
BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	7.382
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	87,12%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	10,41%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.1: Zezinho Sabará (PDT), Curitiba, 2016

Marcos Vieira (PDT)

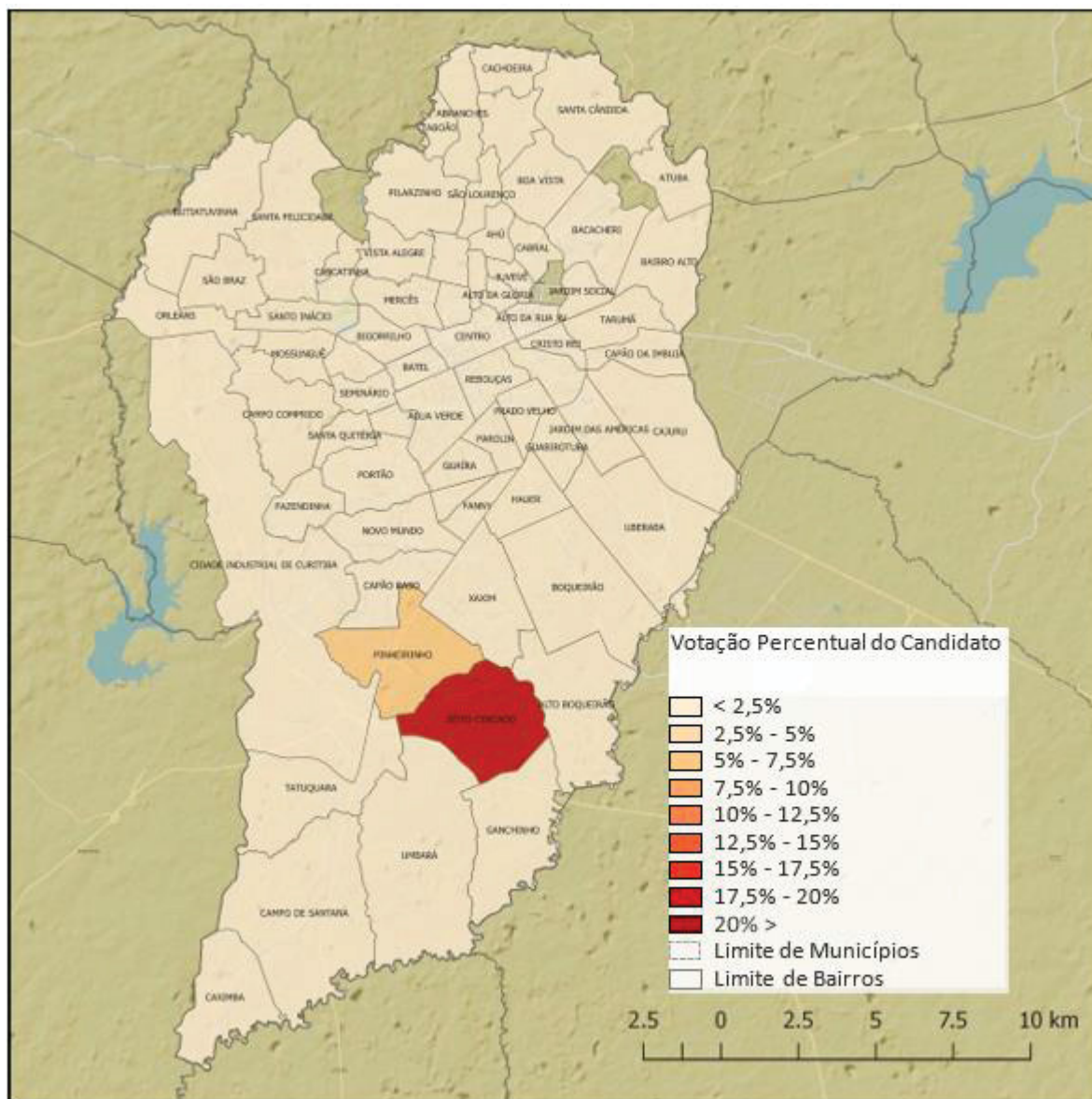


Figura 5.2: Marcos Vieira (PDT), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	MARCOS ANTONIO VIEIRA
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	OUTROS
IDADE	42 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	SIQUEIRA CAMPOS

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	5.980
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,517
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO ALTA
BAIRRO PRINCIPAL	SITIO CERCARDO
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	4.584
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	76,66%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	49.273
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	9,30%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Professor Silberto (PMDB)

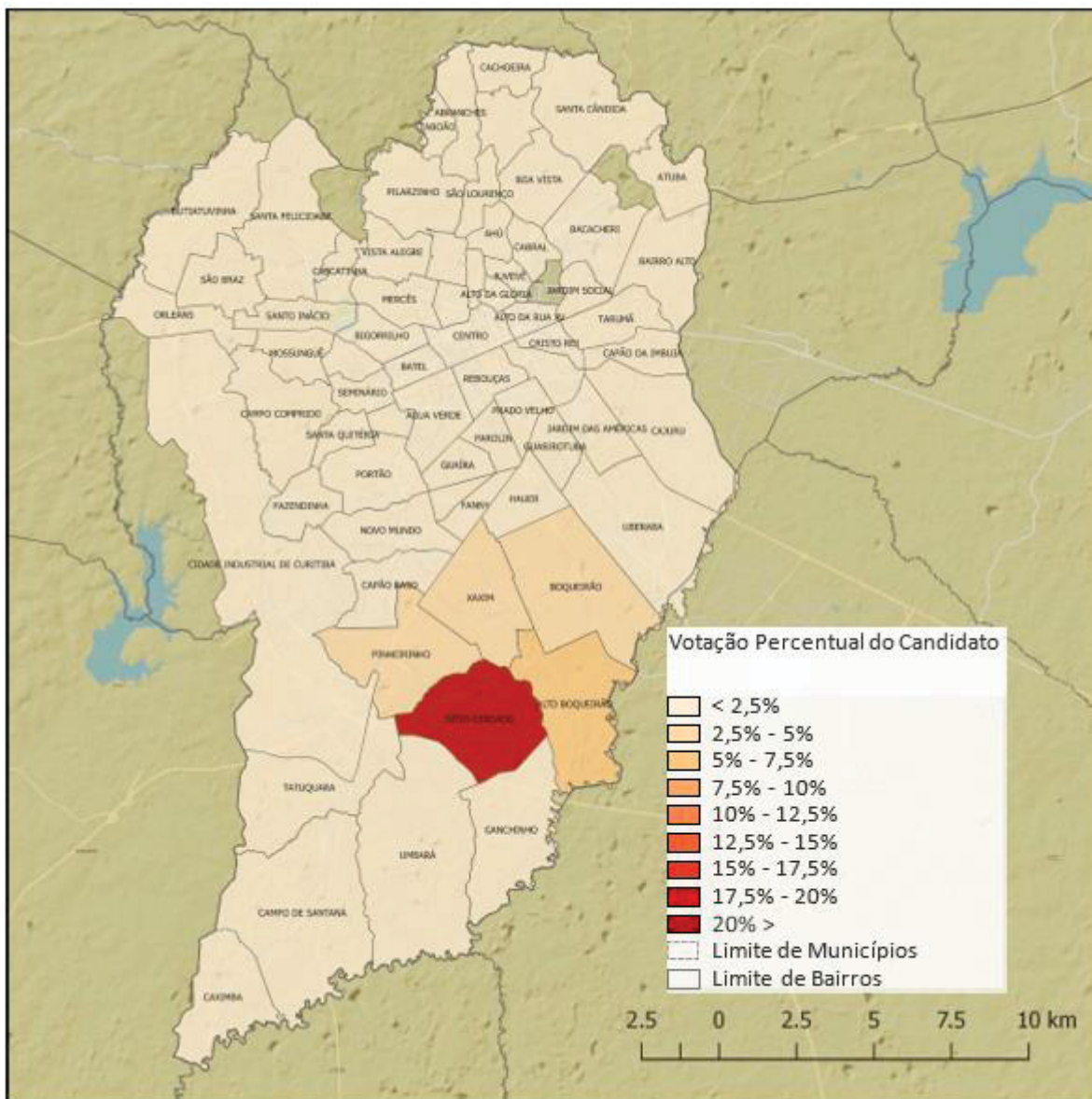


Figura 5.3: Professor Silberto (PMDB), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	SILBERTO CARDOSO
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO
IDADE	46 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	BARBOSA FERRAZ

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	3.577
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,450
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA ALTA
BAIRRO PRINCIPAL	SITIO CERCARDO
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	2.569
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	71,82%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	49.273
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	5,21%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Toninho da Farmácia (PDT)

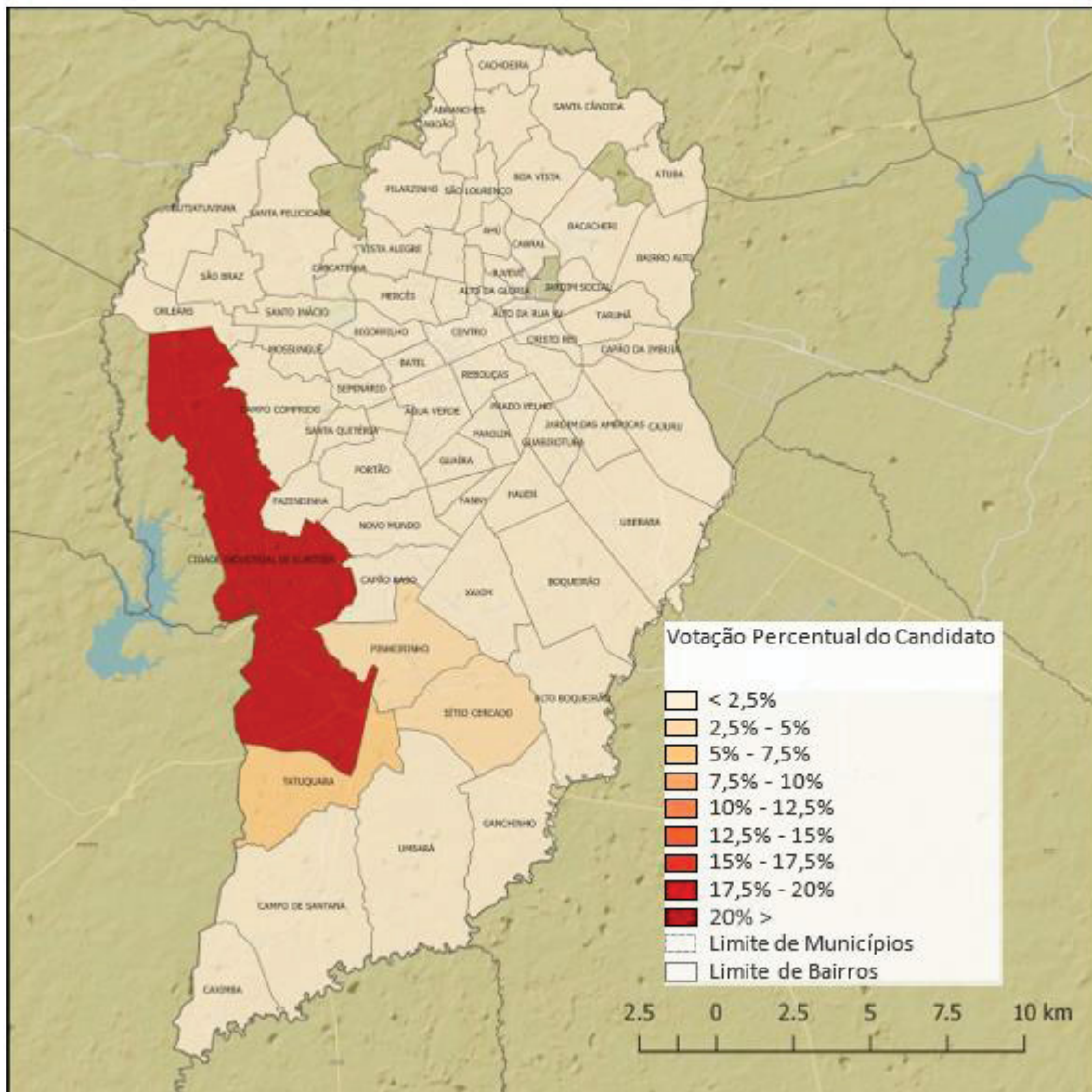


Figura 5.4: Toninho da Farmácia (PDT), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

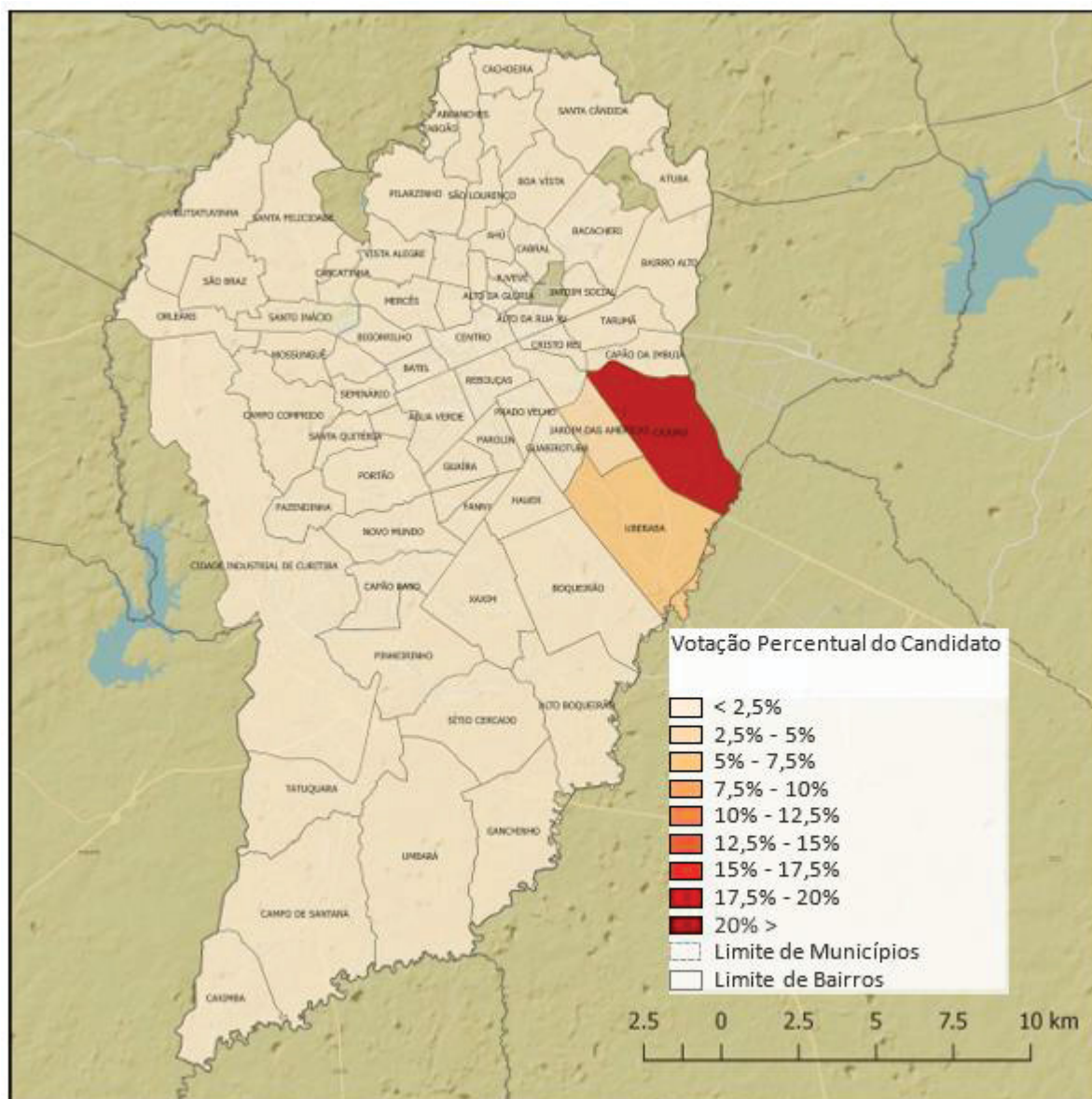
NOME DO CANDIDATO	ANTONIO CARLOS DO CARMO
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	53 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	SÃO PEDRO DO IVAÍ

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	7.549
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,422
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA ALTA
BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	5.467
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	72,42%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	7,71%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Serginho do Posto (PSDB)



(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	SERGIO RENATO BUENO BALAGUER
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	49 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	PEROLA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	11.272
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,380
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA ALTA
BAIRRO PRINCIPAL	CAJURU
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	7.321
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	64,95%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	40.468
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	18,09%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.5: Serginho do Posto (PSDB), Curitiba, 2016

Rogério Campos (PSC)

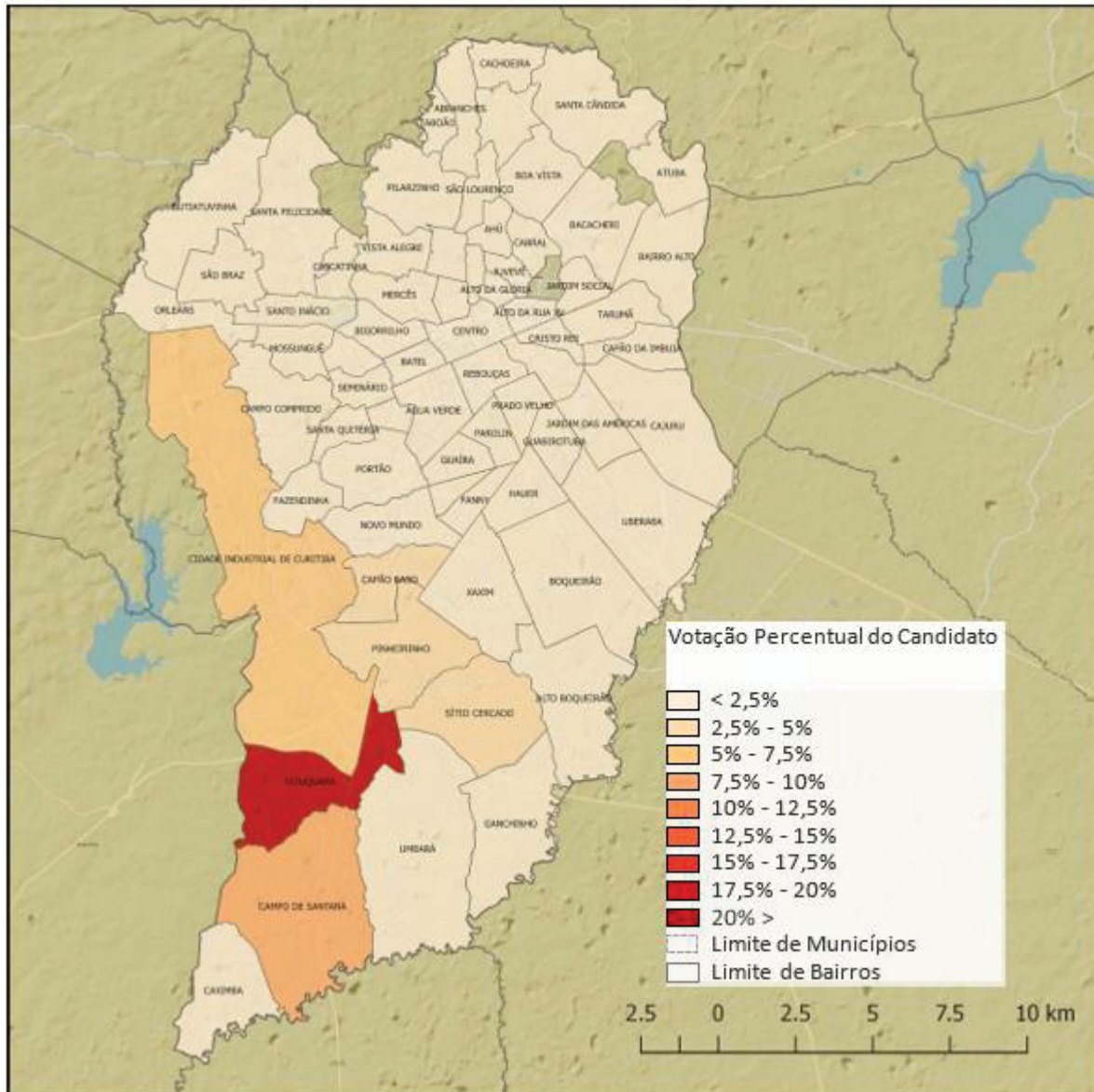


Figura 5.6: Rogério Campos (PSC), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

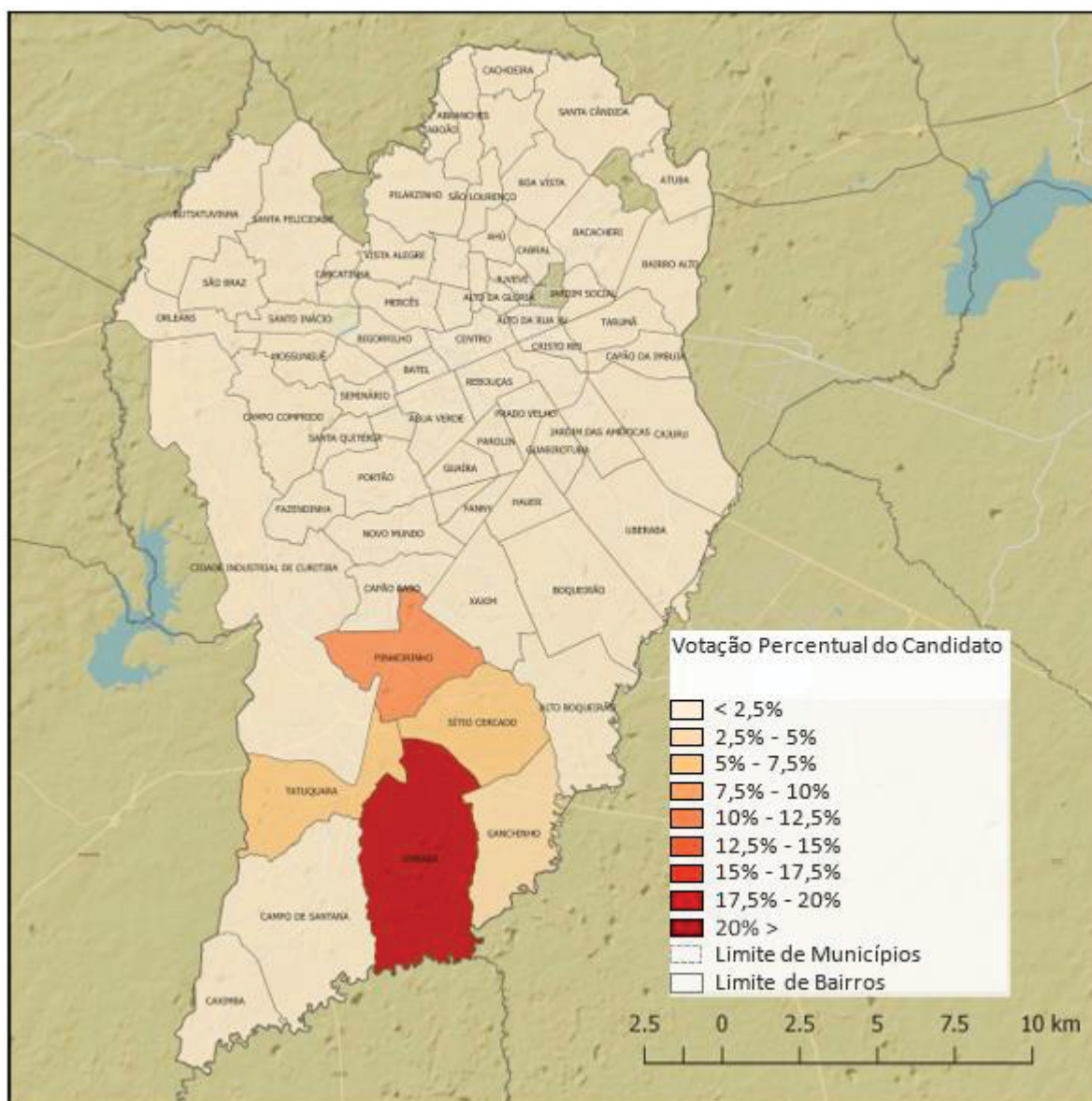
NOME DO CANDIDATO	ROGÉRIO CAMPOS
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	38 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	5.748
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,354
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA ALTA
BAIRRO PRINCIPAL	TATUQUARA
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	3.481
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	60,56%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	20.913
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	16,65%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Mauro Bobato (PTN)



(a) Mapa da Votação

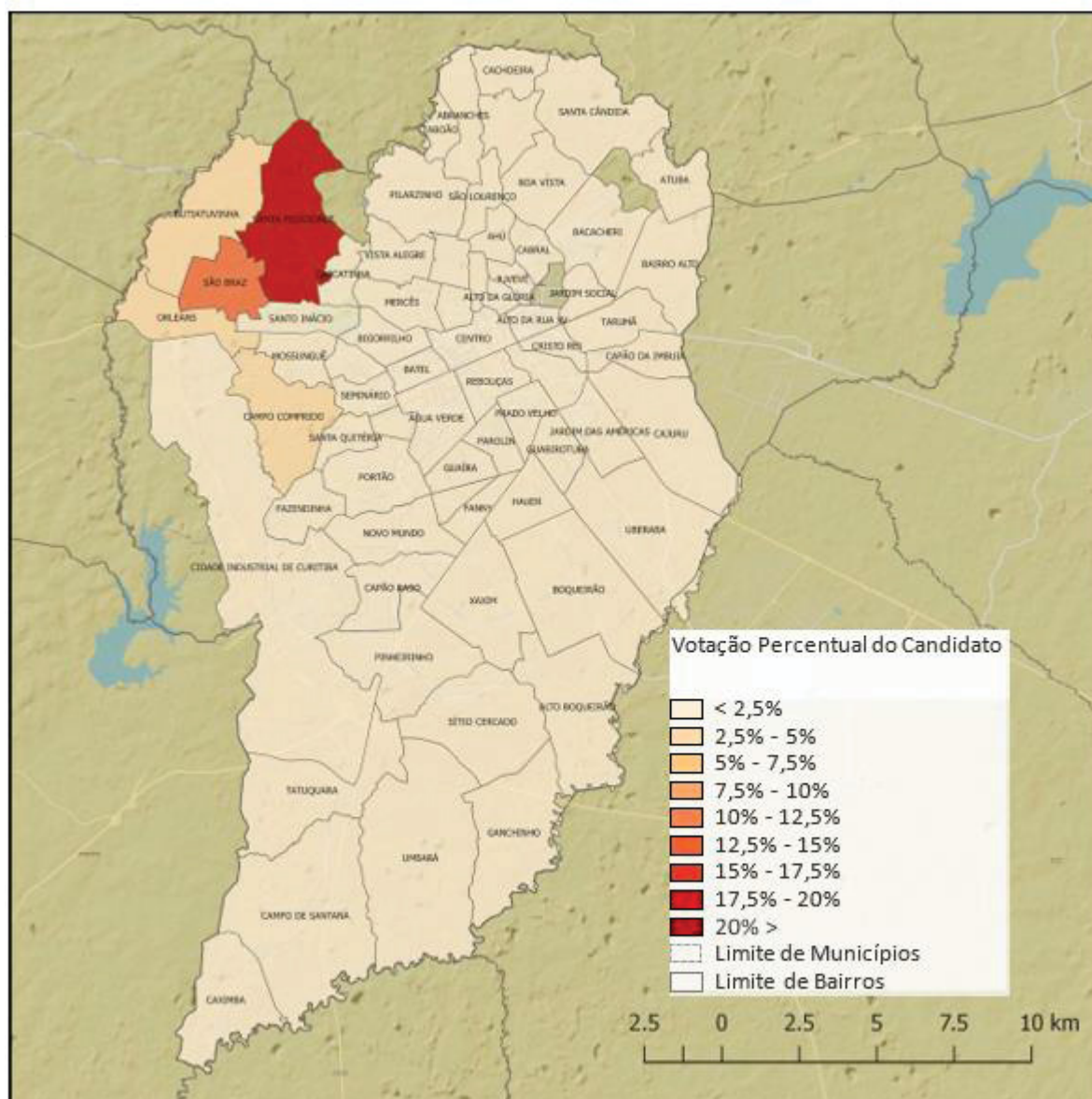
NOME DO CANDIDATO	CARLOS MAURO BOBATO
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	MOTORISTA DE CARGA
IDADE	45 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	3.580
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,289
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA ALTA
BAIRRO PRINCIPAL	UMBARA
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	1.864
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	52,07%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	7.471
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	24,95%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.7: Mauro Bobato (PTN), Curitiba, 2016



Maria Manfron (PP)

Figura 5.8: Maria Manfron (PP), Curitiba, 2016

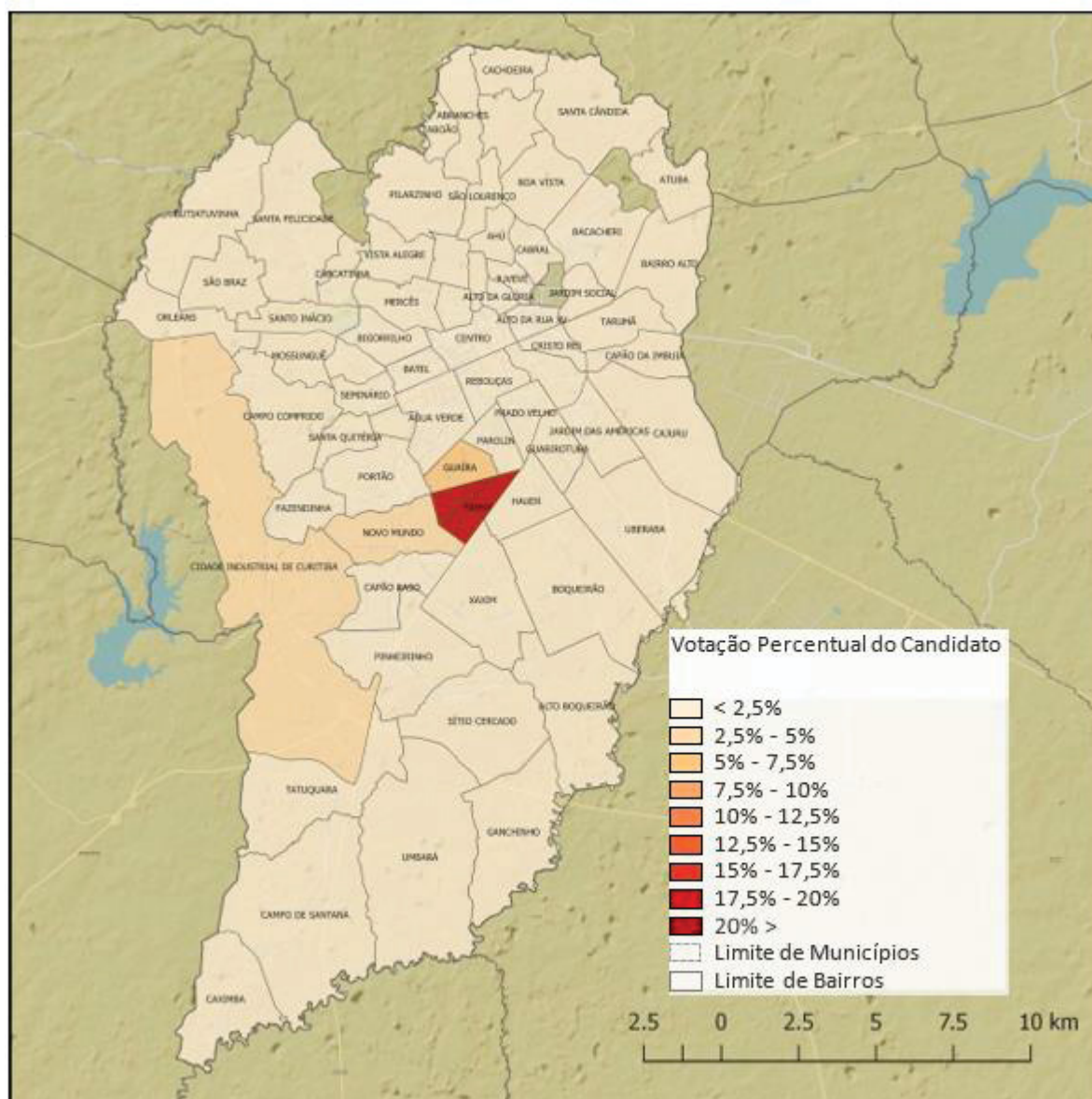
(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	MARIA FRANCISQUINI MANFRON	VOTO TOTAL NO CANDIDATO	4.633
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA	CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
OCUPAÇÃO	EMPRESÁRIO	G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,233
IDADE	62 ANOS	CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	BAIRRO PRINCIPAL	SANTA FELICIDADE
ESTADO CIVIL	CASADO(A)	VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	2.140
COR	BRANCA	% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	46,19%
UF DE NASCIMENTO	PR	VOTO TOTAL DO BAIRRO	19.275
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	Curitiba	% DOMINÂNCIA DE VOTOS	23,4%

(b) Informações do Candidato

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Oscalino do Povo (PTN)



(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	OSCALINO DE MELO
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	APOSENTADO
IDADE	66 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ESTADO CIVIL	DIVORCIADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	SIQUEIRA CAMPOS

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	3.427
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,199
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA
BAIRRO PRINCIPAL	LINDOIA
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	1.282
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	37,41%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	5.371
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	23,87%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.9: Oscalino Do Povo (PTN), Curitiba, 2016

Mauro Ignácio (PSB)

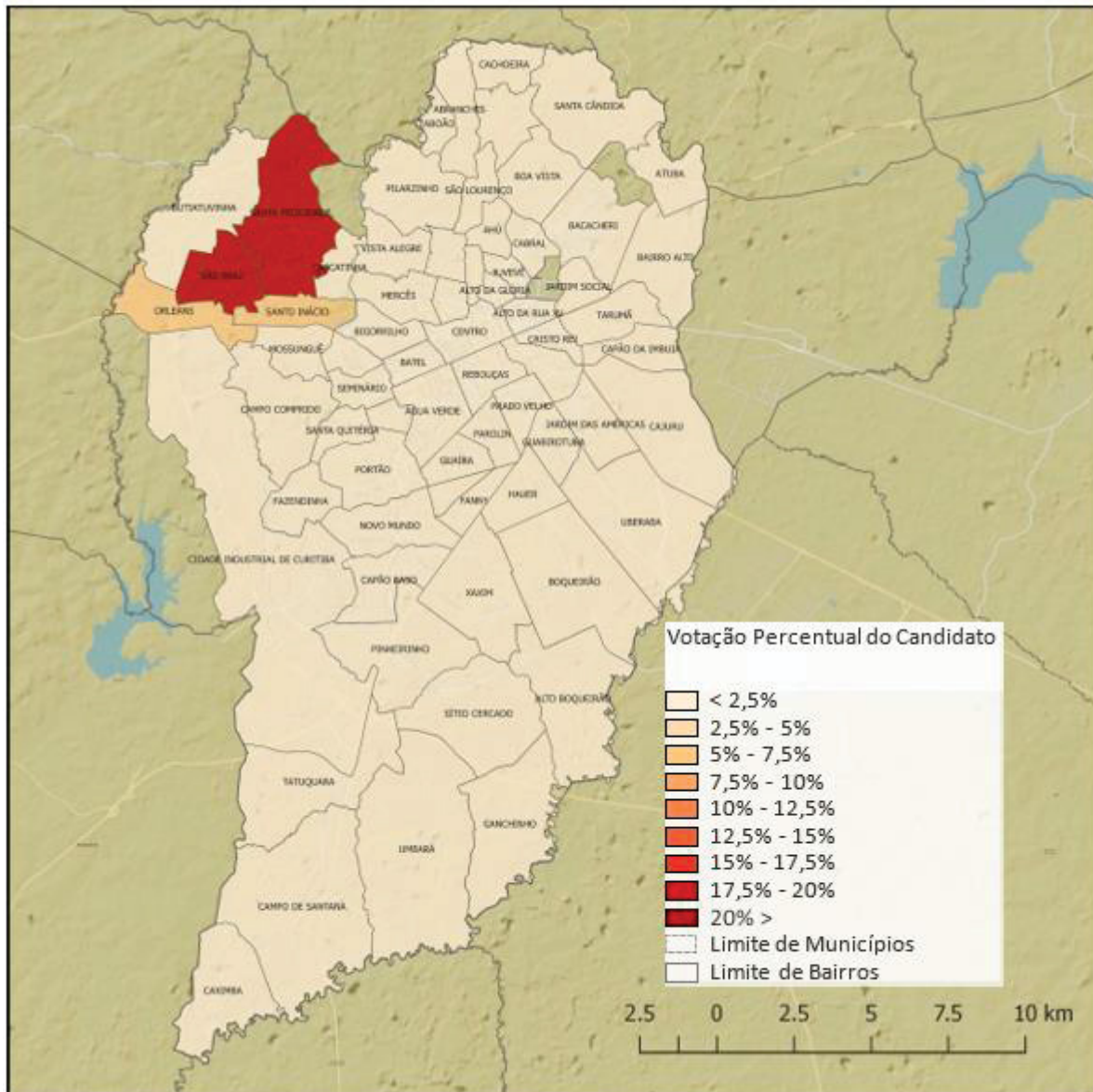


Figura 5.10: Mauro Ignácio (PSB), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	MAURO JOSÉ IGNÁCIO
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	52 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	SC
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	BLUMENAU

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	7.721
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,181
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA
BAIRRO PRINCIPAL	SANTA FELICIDADE
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	2.519
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	32,63%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	19.275
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	13,07%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Geovane Fernandes (PTB)

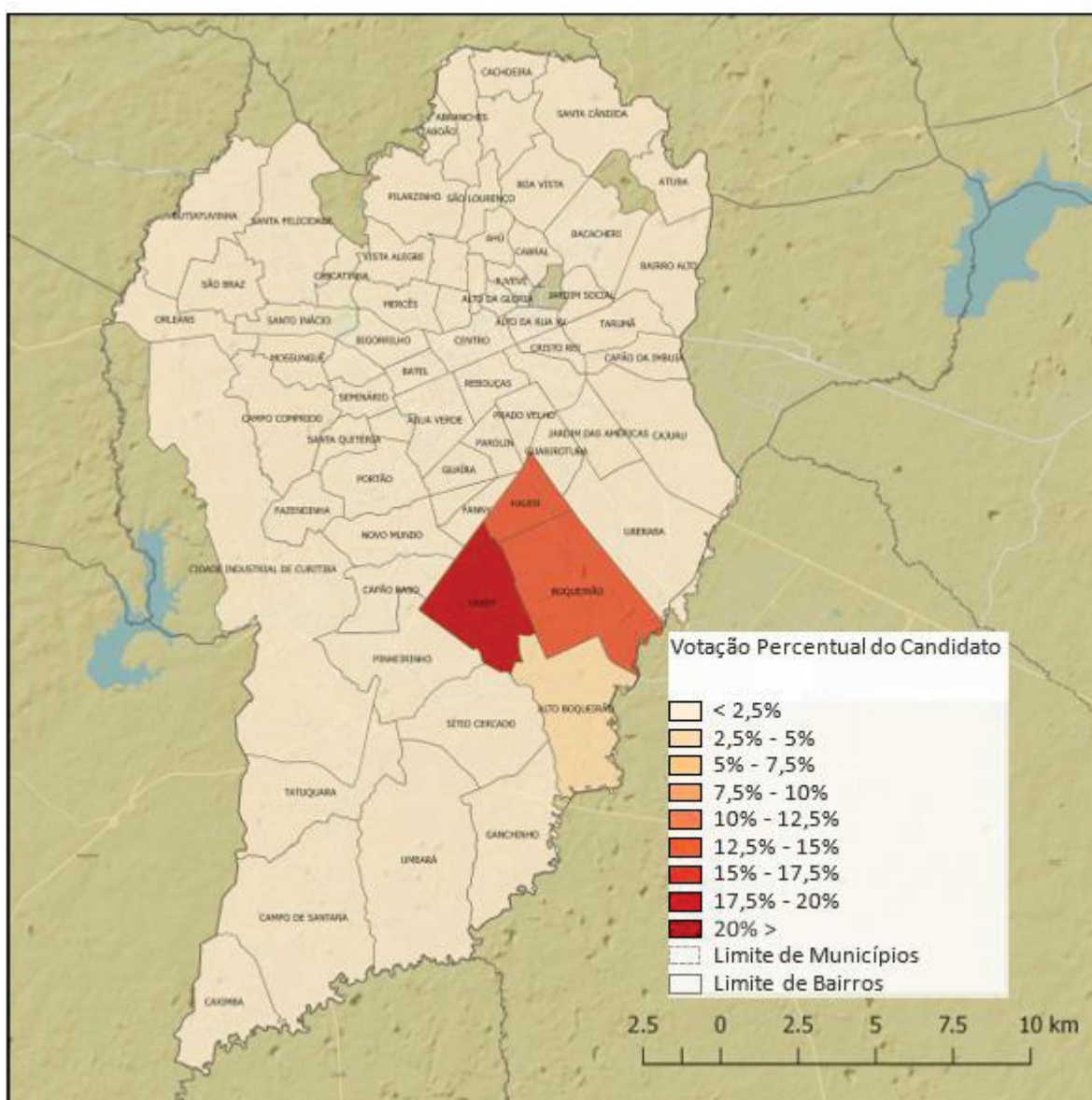


Figura 5.11: Geovane Fernandes (PTB), Curitiba, 2016

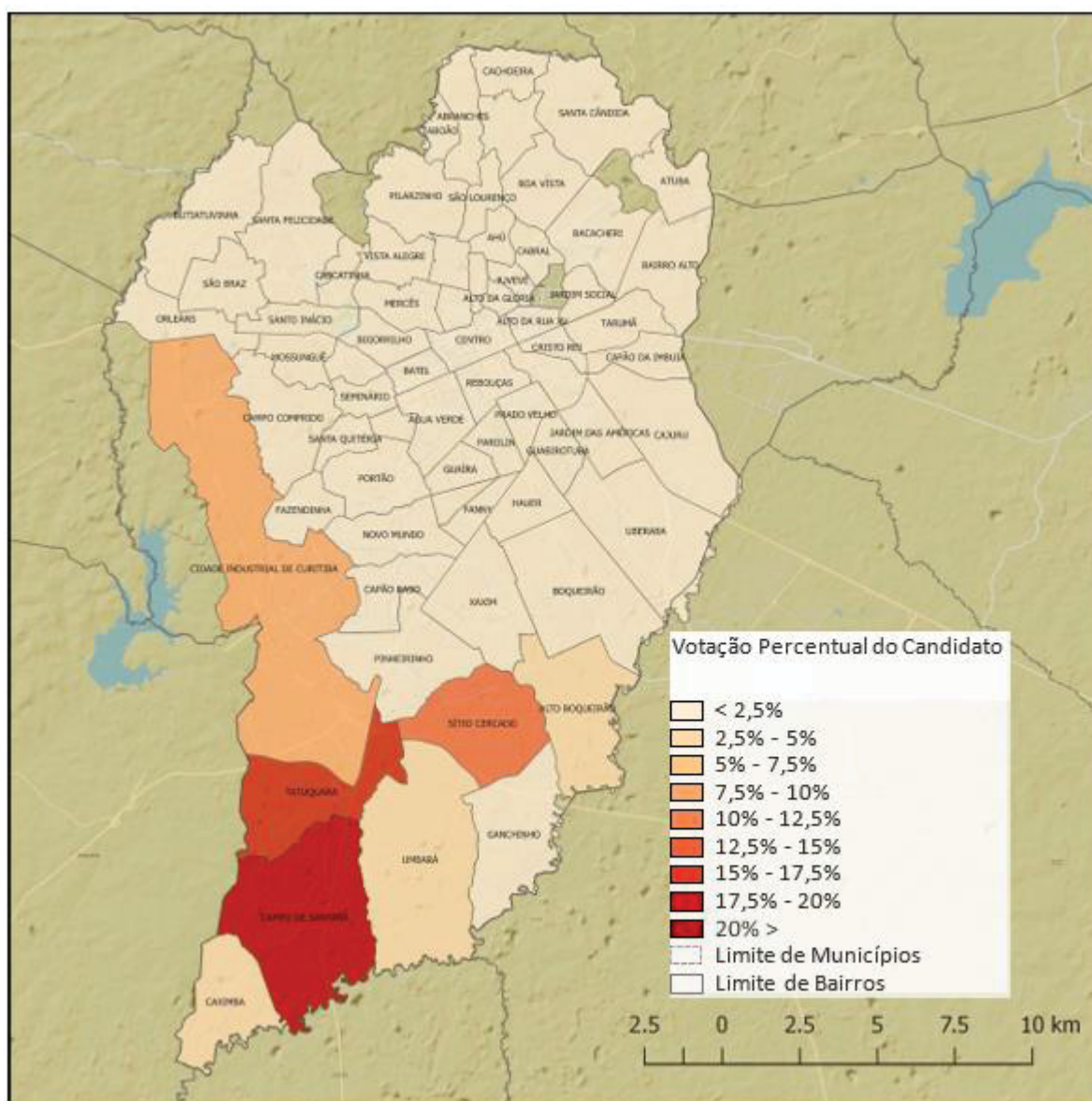
(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	GEOVANE ALVES FERNANDES
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	52 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	5.434
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,167
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA
BAIRRO PRINCIPAL	XAXIM
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	2.017
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	37,12%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	30.548
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	6,60%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral



Mestre Pop (PSC)

Figura 5.12: Mestre Pop (PSC), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	ADILSON ALVES LEANDRO	VOTO TOTAL NO CANDIDATO	8.210
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP	CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
OCUPAÇÃO	VEREADOR	G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,157
IDADE	48 ANOS	CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	BAIRRO PRINCIPAL	CAMPO DE SANTANA
ESTADO CIVIL	CASADO(A)	VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	2.842
COR	PRETA	% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	34,62%
UF DE NASCIMENTO	MG	VOTO TOTAL DO BAIRRO	10.148
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	Curitiba	% DOMINÂNCIA DE VOTOS	27,9%

(b) Informações do Candidato

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Cacá Pereira (PSDC)

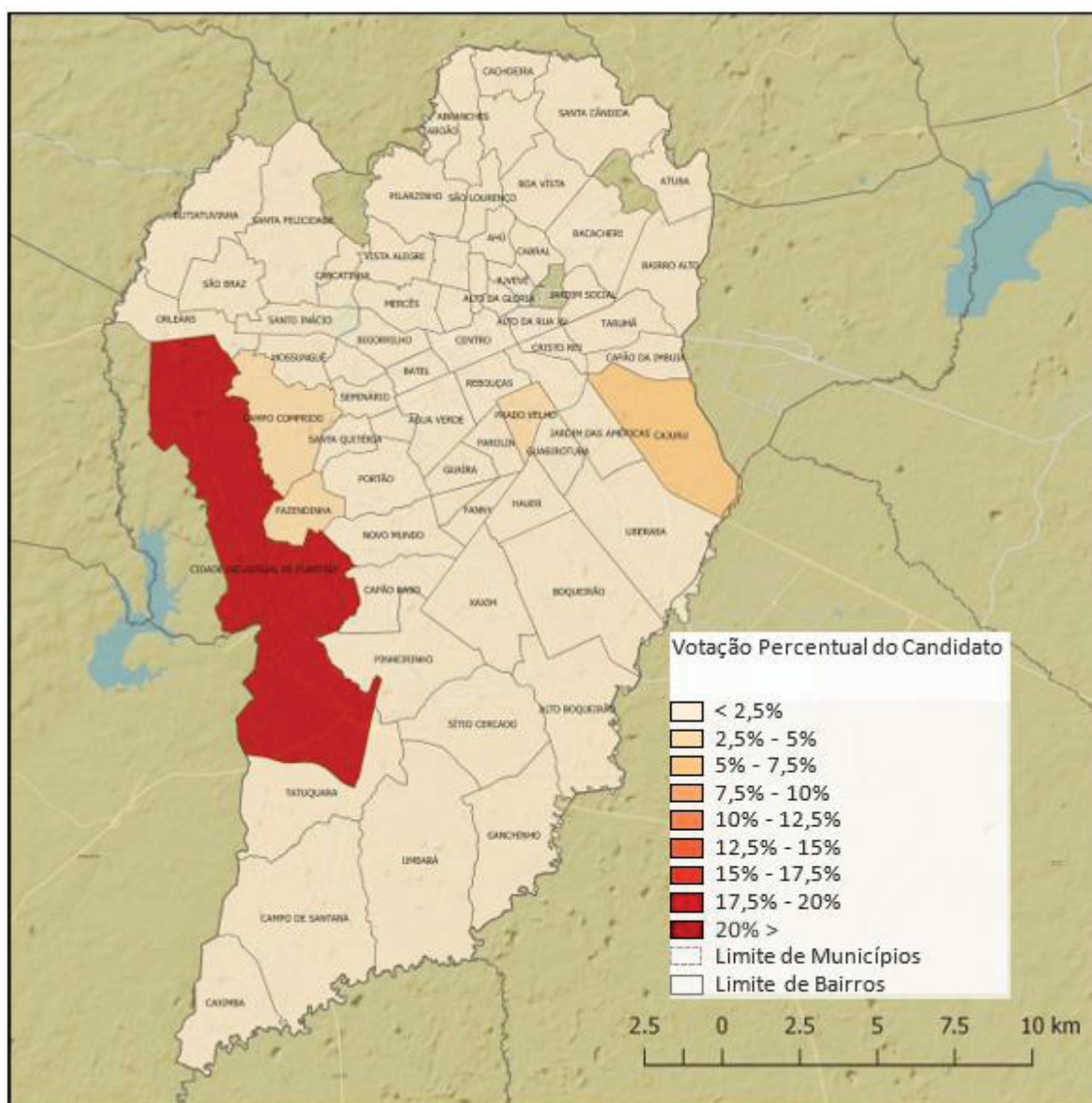


Figura 5.13: Cacá Pereira (PSDC), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

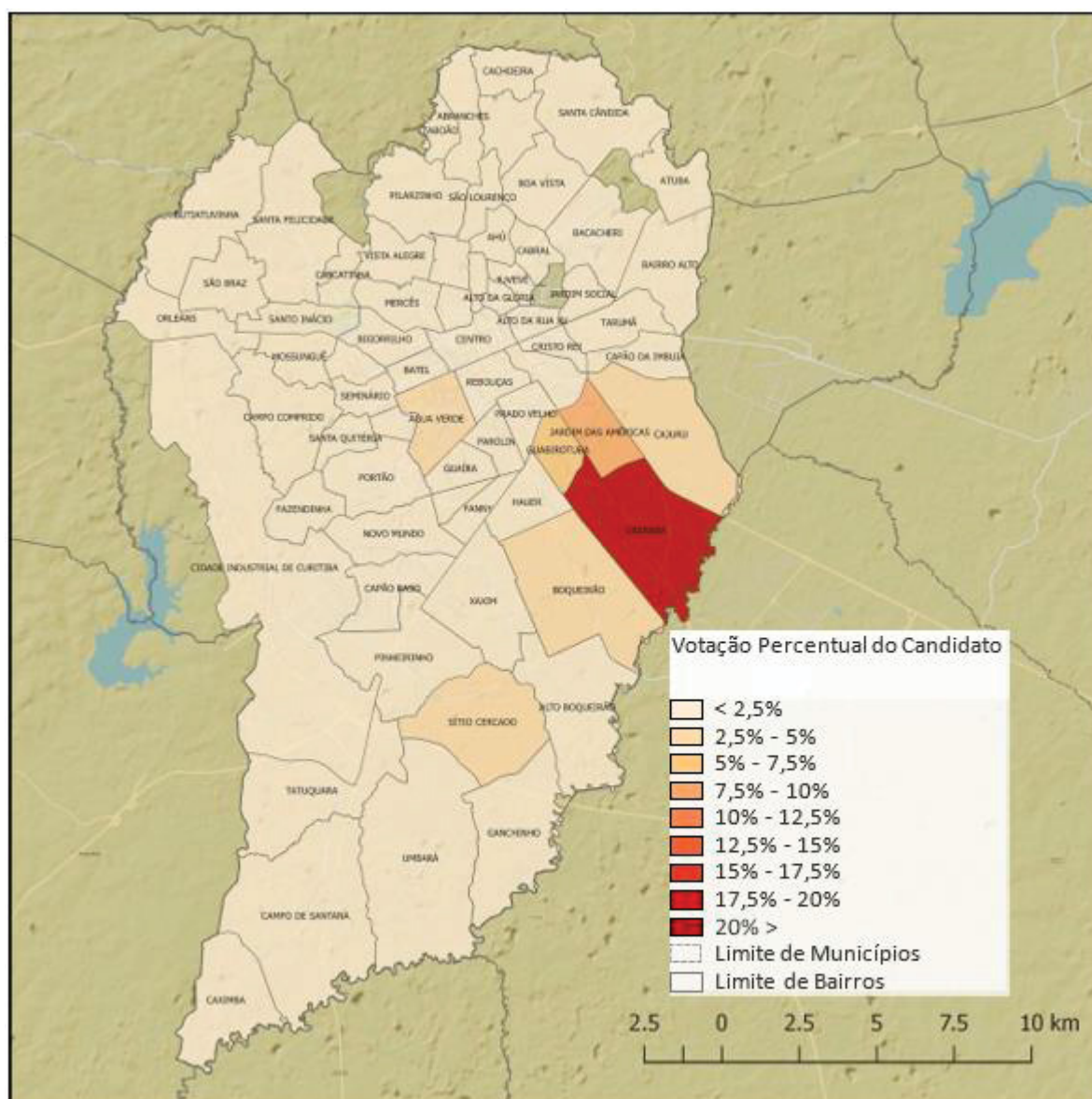
NOME DO CANDIDATO	AGENOR DA SILVA PEREIRA
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	41 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	3.728
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,155
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA
BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	1.738
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	46,62%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	2,45%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Helio Wirbiski (PPS)



(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	HELIO RENATO WIRBISKI
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	OUTROS
IDADE	59 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	DIVORCIADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	7.618
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,118
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	UBERABA
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	2.674
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	35,10%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	30.096
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	8,88%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.14: Helio Wirbiski (PPS), Curitiba, 2016

Tico Kuzma (PROS)

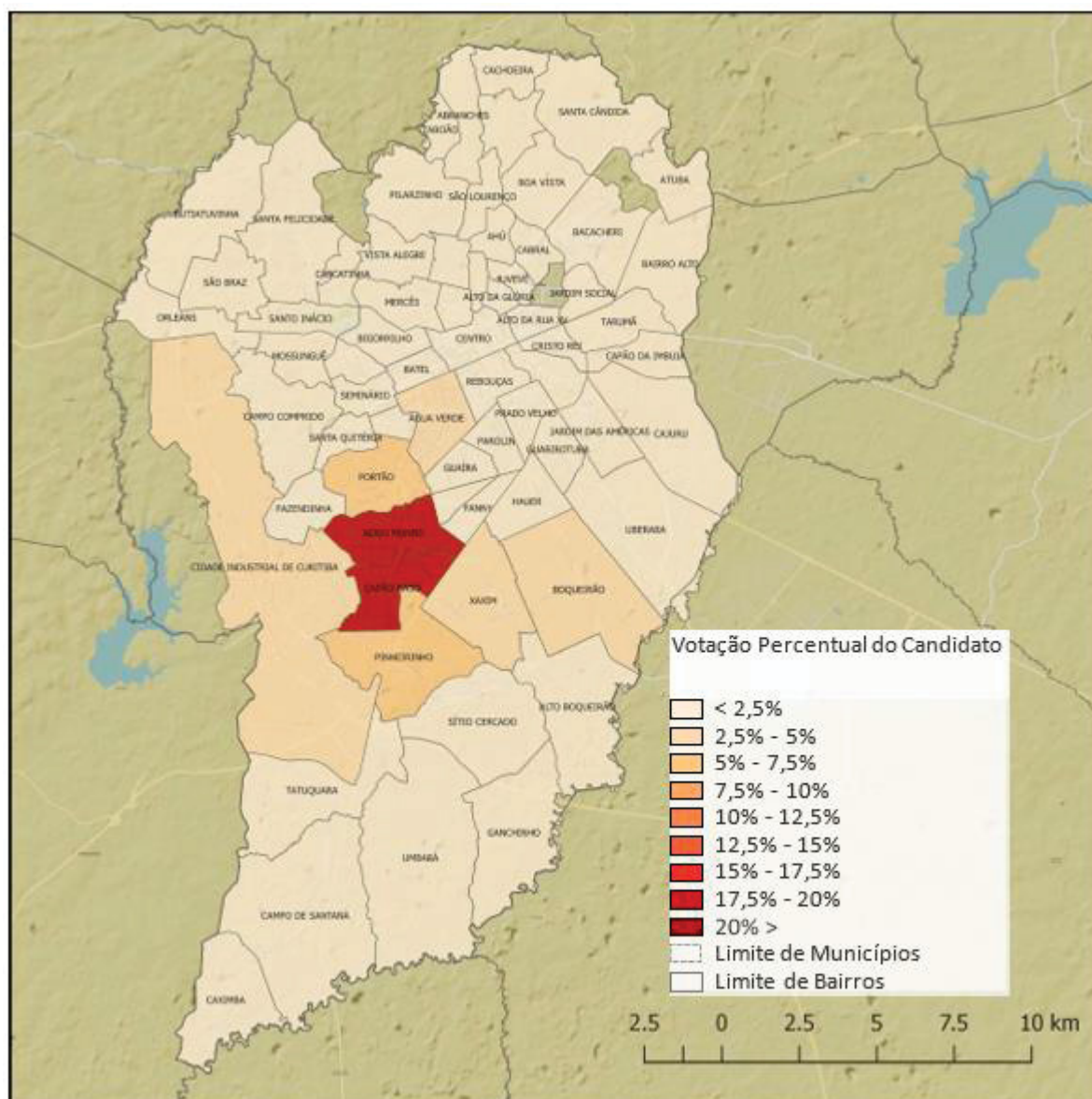


Figura 5.15: Tico Kuzma (PROS), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	LEÔNIDAS EDSON KUZMA
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	ADMINISTRADOR
IDADE	45 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	6.113
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,098
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CAPAO RASO
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	1.535
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	25,11%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	17.282
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	8,88%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Beto Moraes (PSDB)

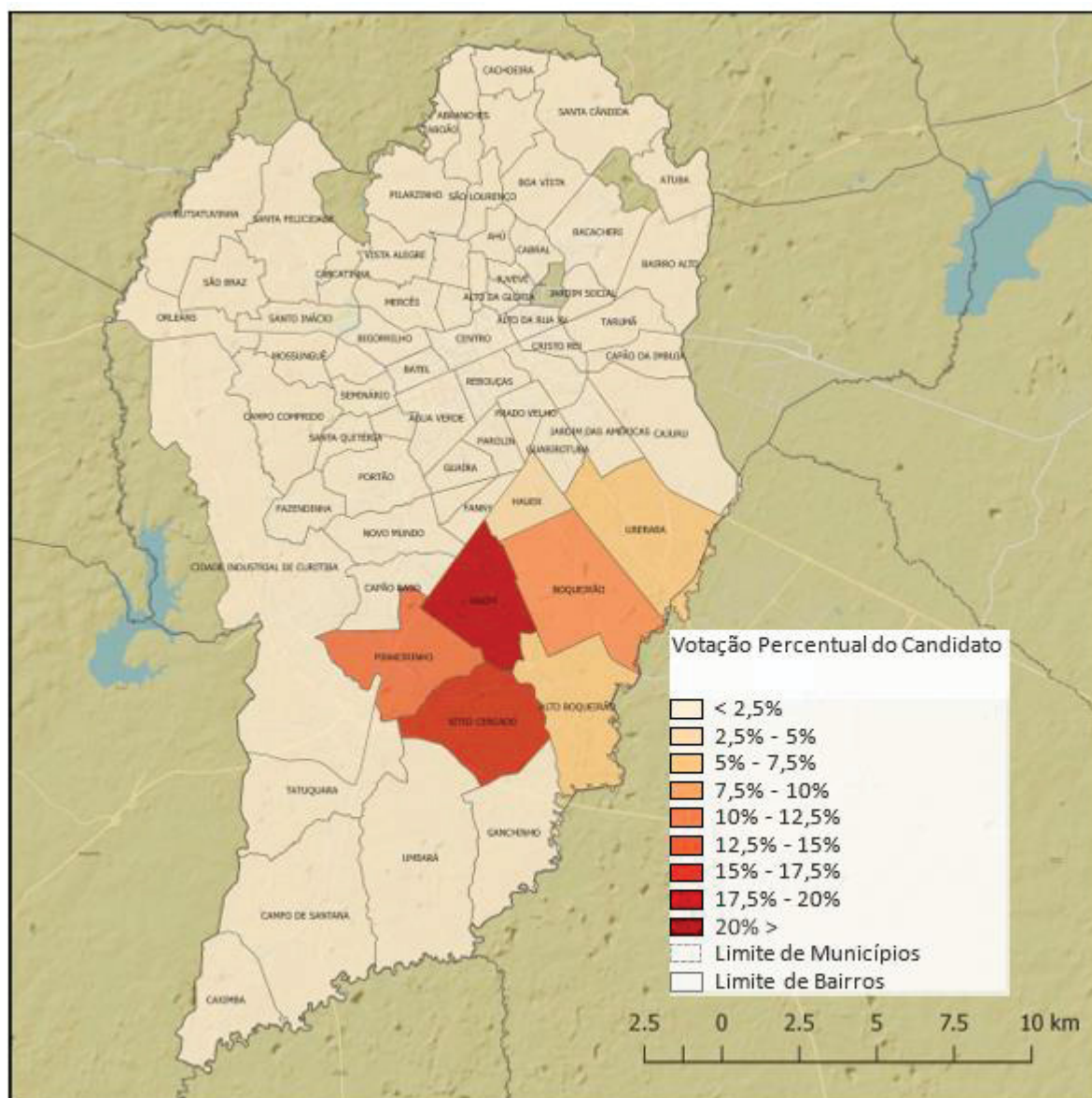


Figura 5.16: Beto Moraes (PSDB), Curitiba, 2016

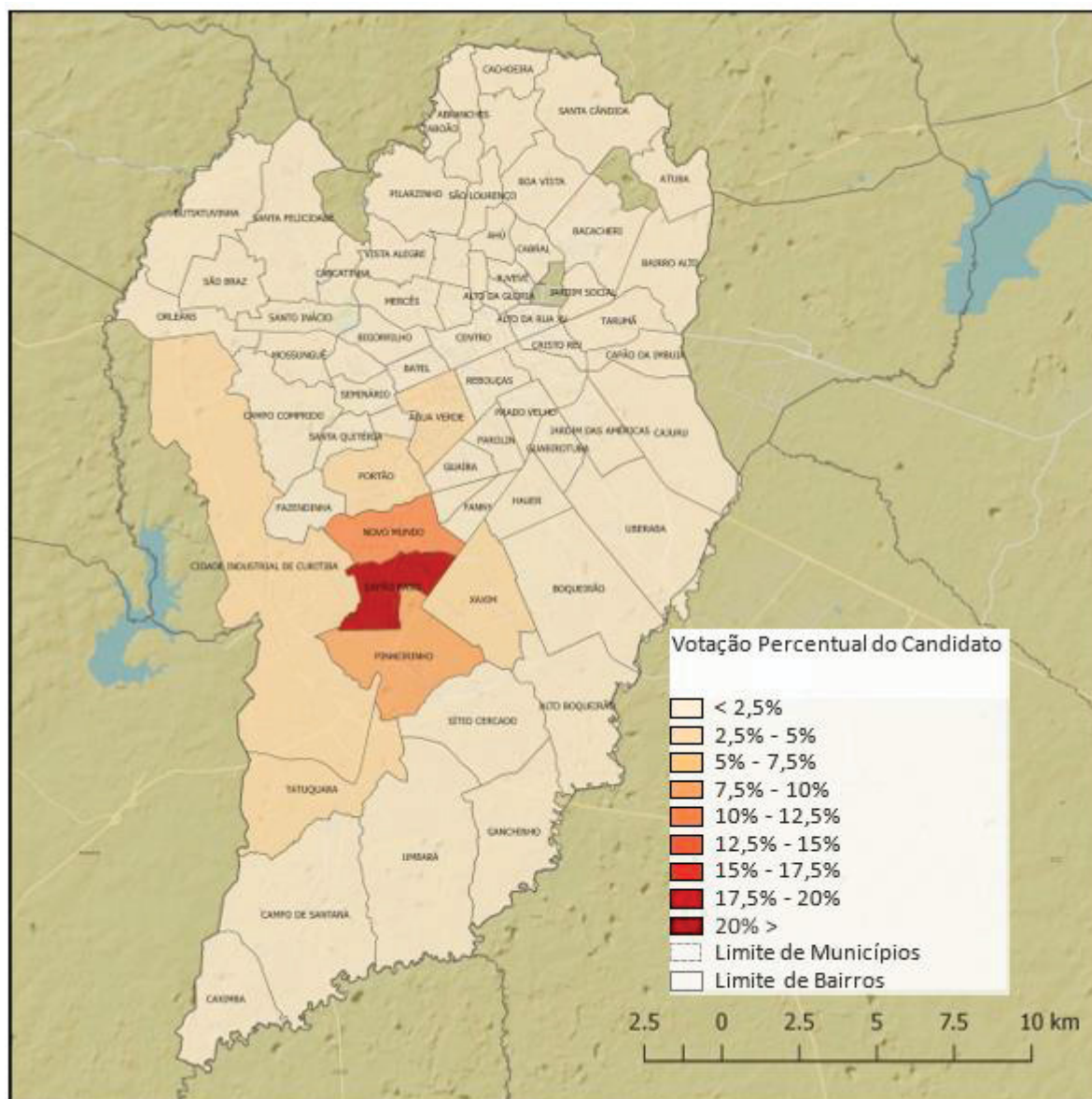
(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	GILBERTO PIRES DOS SANTOS
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	42 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR INCOMPLETO
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	ASSIS CHATEAUBRIAND

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	10.097
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,093
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	XAXIM
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	2.558
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	25,33%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	30.548
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	8,37%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral



Tito Zeglin (PDT)

Figura 5.17: Tito Zeglin (PDT), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	TITO ZEGLIN
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	62 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	Curitiba

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	7.447
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,086
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO MÉDIA BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CAPAÇO RASO
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	2.002
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	26,88%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	17.282
% DOMINÂNCIA DO BAIRRO	43,1%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Dona Lourdes (PSB)

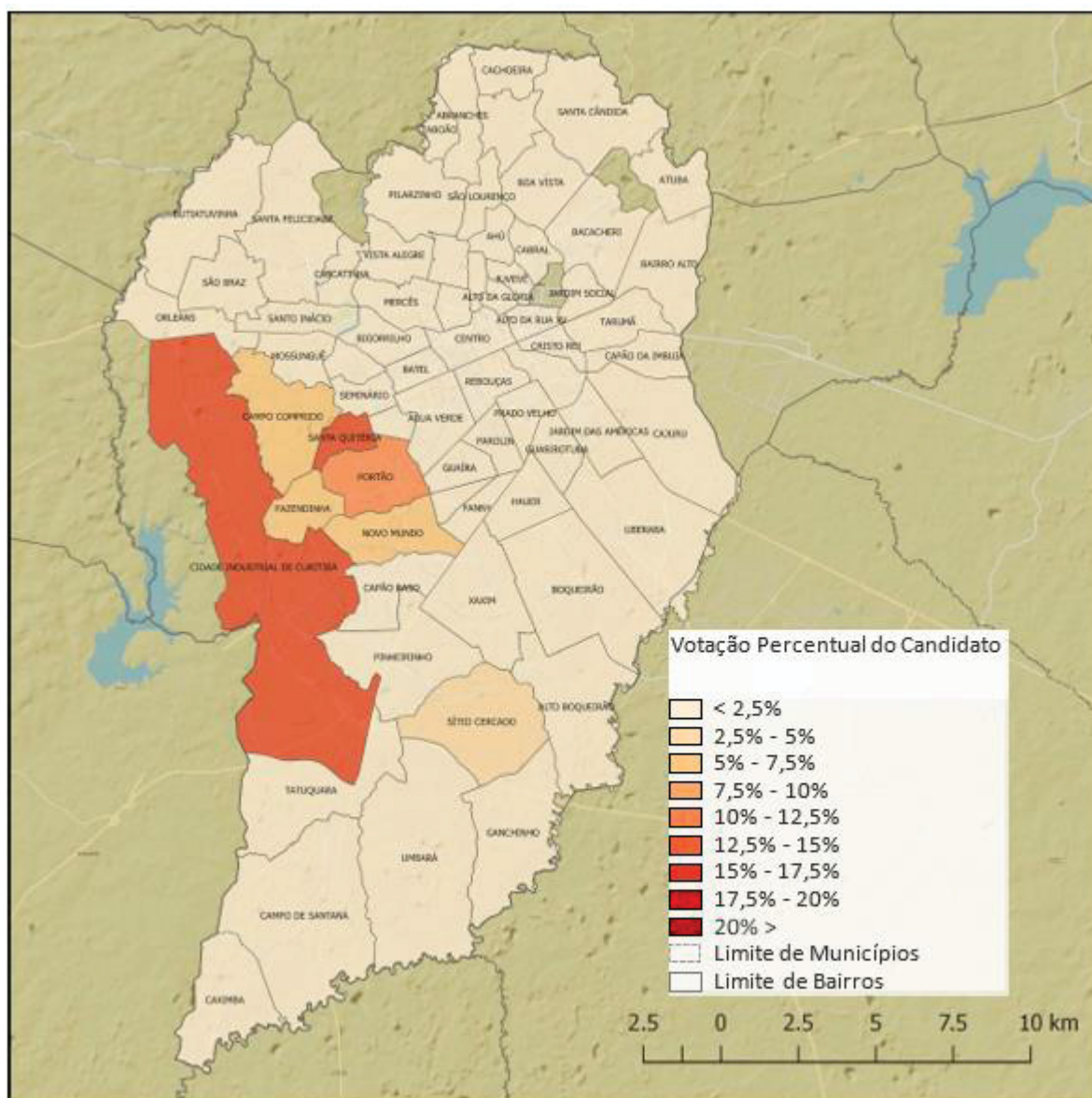


Figura 5.18: Dona Lourdes (PSB), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	MARIA DE LOURDES B. DE SOUZA
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	88 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
ESTADO CIVIL	VIÚVO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	SC
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	ITUPORANGA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	7.142
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,049
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	SANTA QUITERIA
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	1.166
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	16,33%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	10.836
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	10,76%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Jairo Marcelino (PSD)

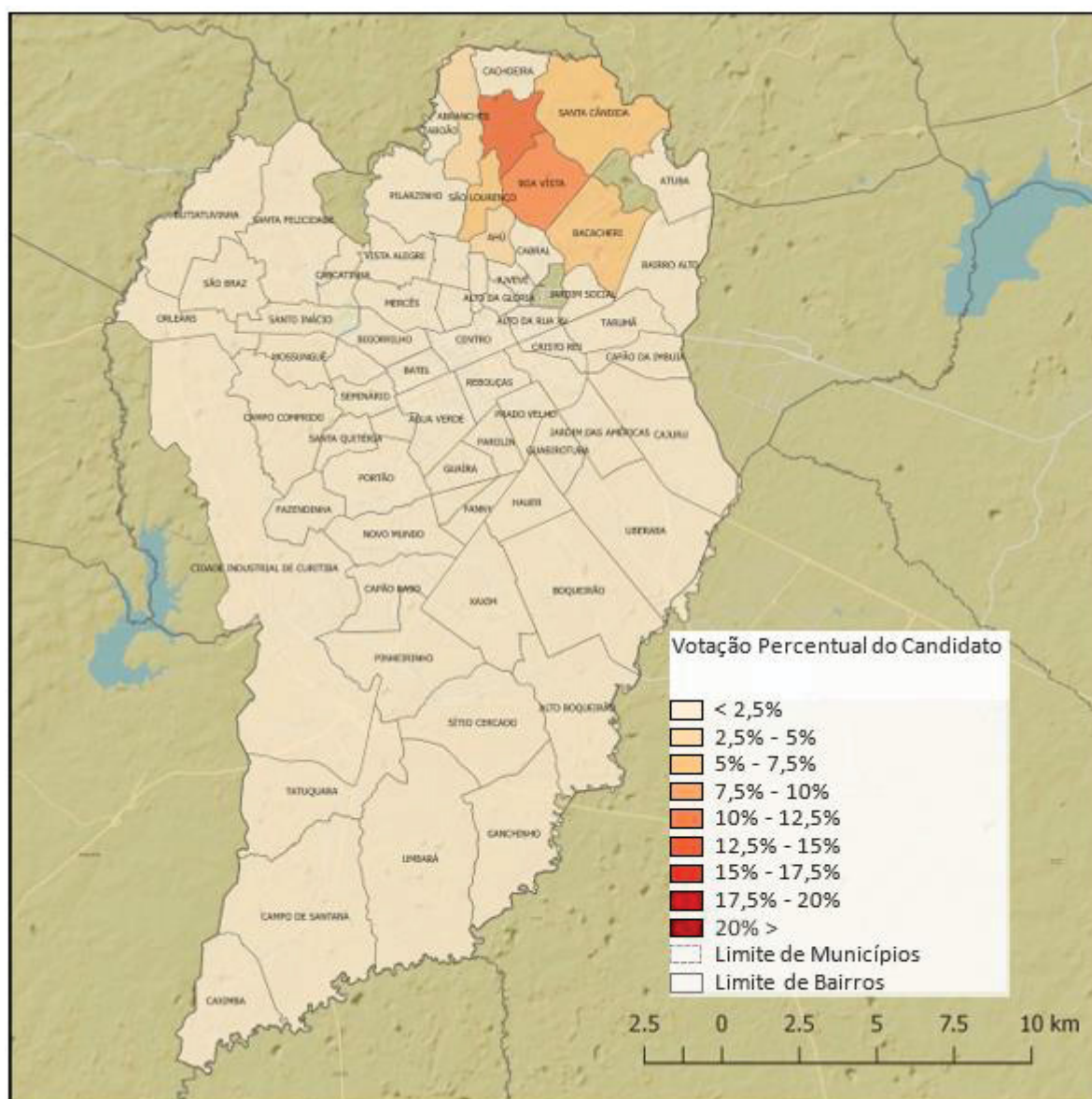


Figura 5.19: Jairo Marcelino (PSD), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	JAIRO MARCELINO DA SILVA
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	73 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	8.865
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,047
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	BARREIRINHA
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	1.323
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	14,92%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	11.396
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	11,61%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Ezequias Barros (PRP)

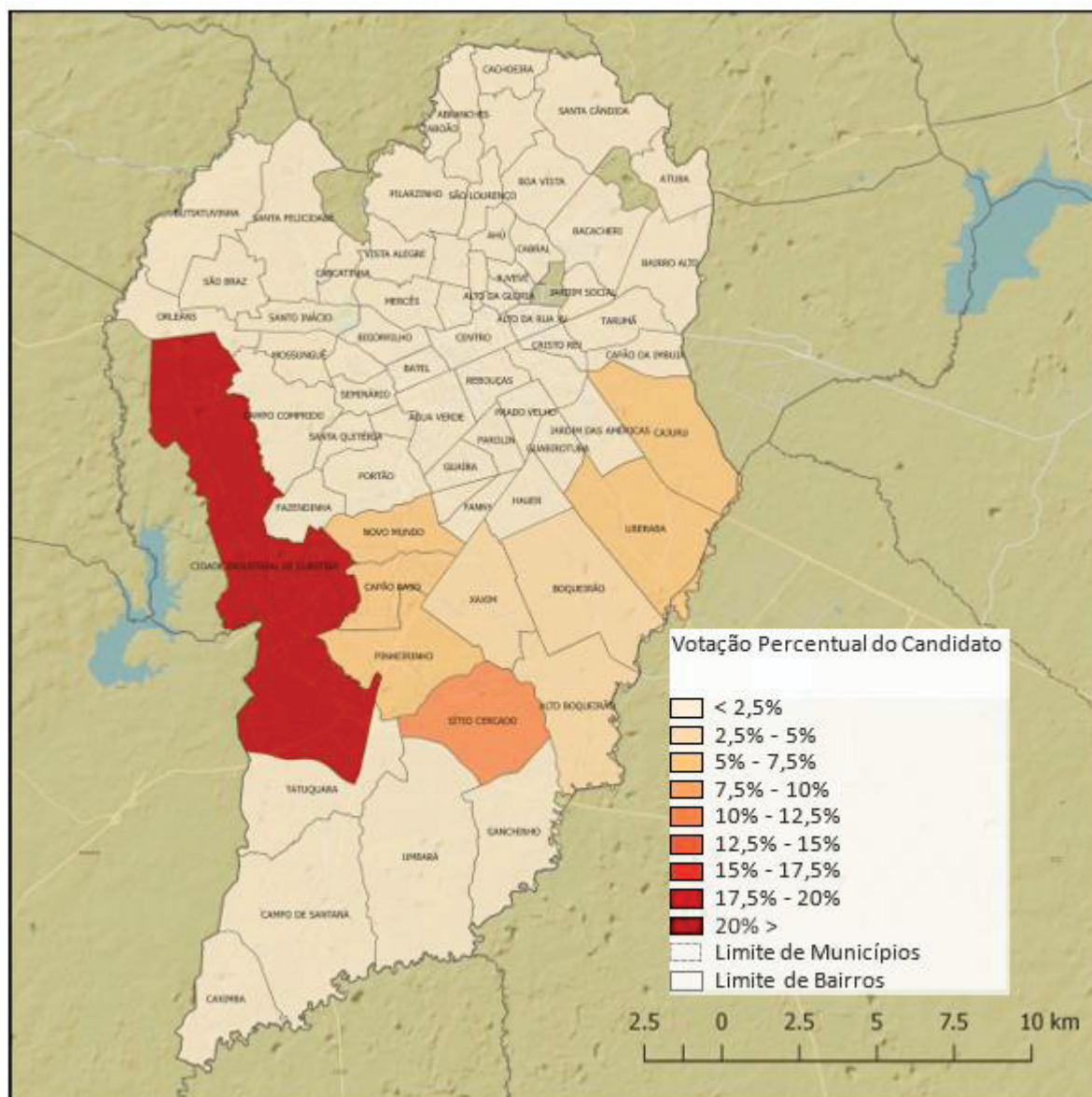


Figura 5.20: Ezequias Barros (PRP), Curitiba, 2016

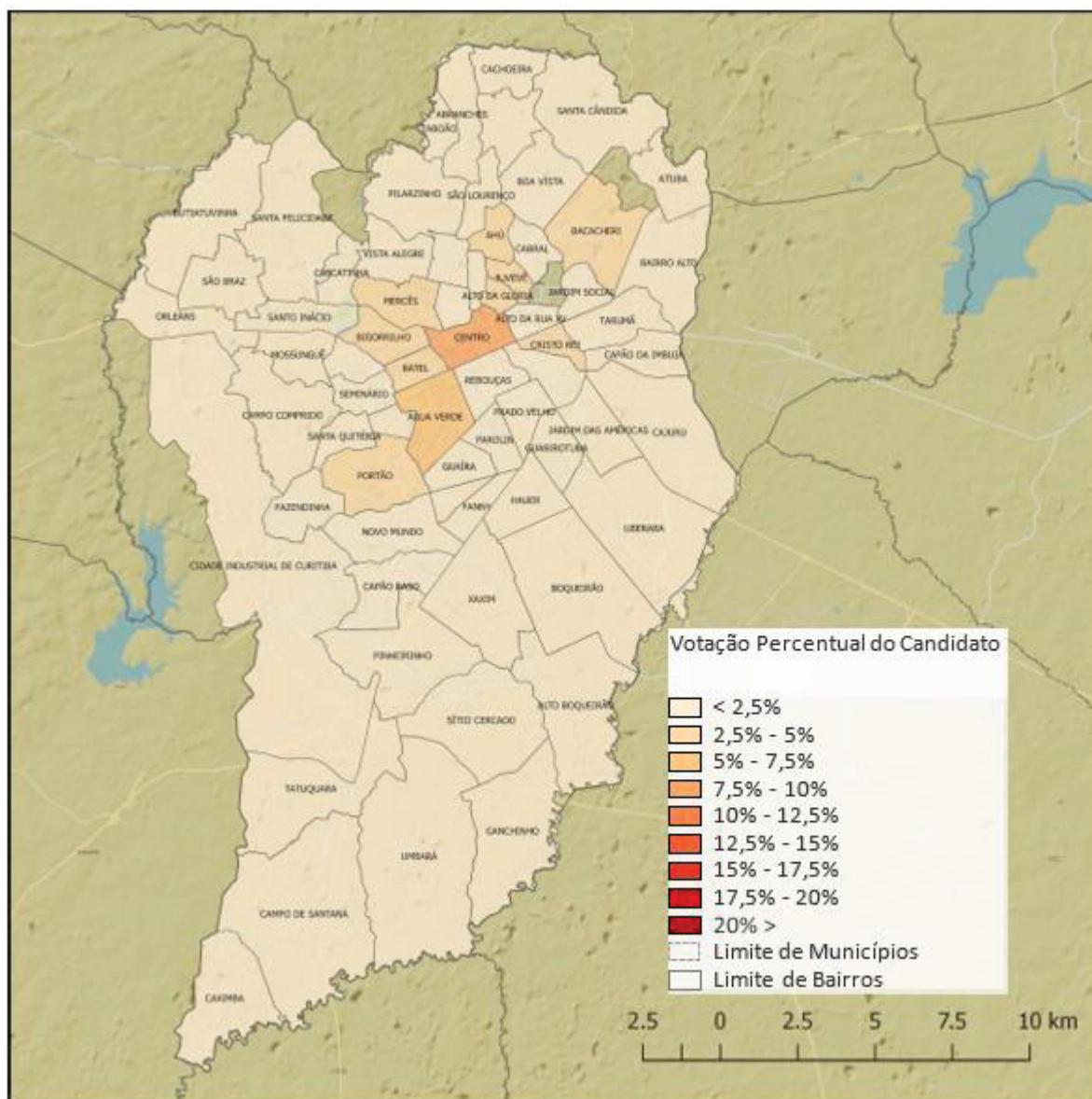
(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	EZEQUIAS DE SOUZA BARROS
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	OUTROS
IDADE	53 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	UMUARAMA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	3.006
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,028
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	618
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	20,56%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	0,87%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral



Gourea (PDT)

Figura 5.21: Gourea (PDT), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

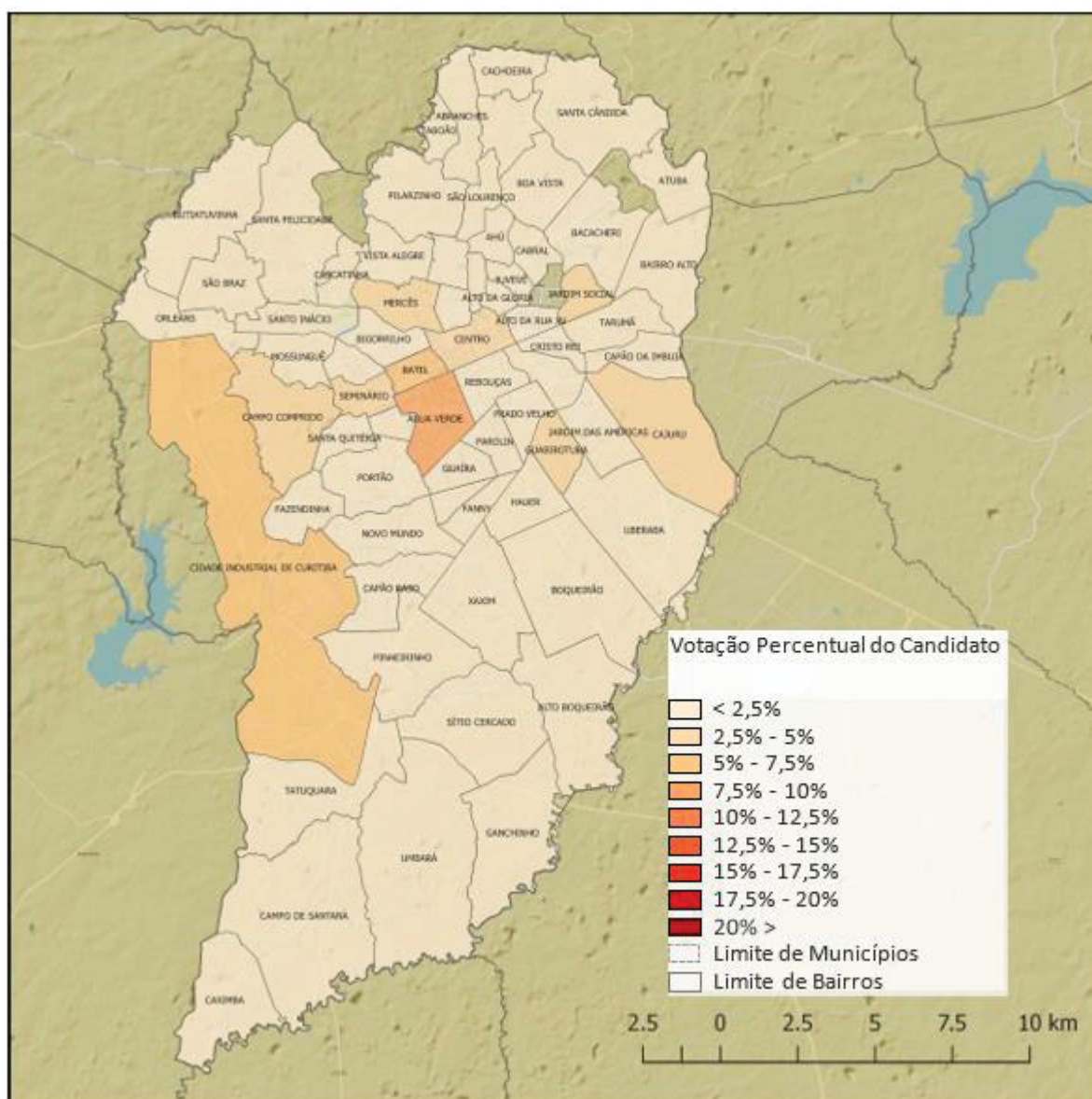
NOME DO CANDIDATO	JORGE GOMES DE OLIVEIRA BRAND
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	OUTROS
IDADE	36 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	Curitiba

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	6.573
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,024
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CENTRO
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	536
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	8,15%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	17.475
% DOMINÂNCIA DE VOTOS	9,1%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Felipe Braga Côrtes (PSD)



(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	LUIZ FELIPE GUBERT BRAGA CORTES
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
Ocupação	VEREADOR
IDADE	50 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	7.708
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,018
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	ÁGUA VERDE
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	644
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	8,35%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	23.774
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	2,71%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.22: Felipe Braga Côrtes (PSD), Curitiba, 2016

Professor Euler (PSD)

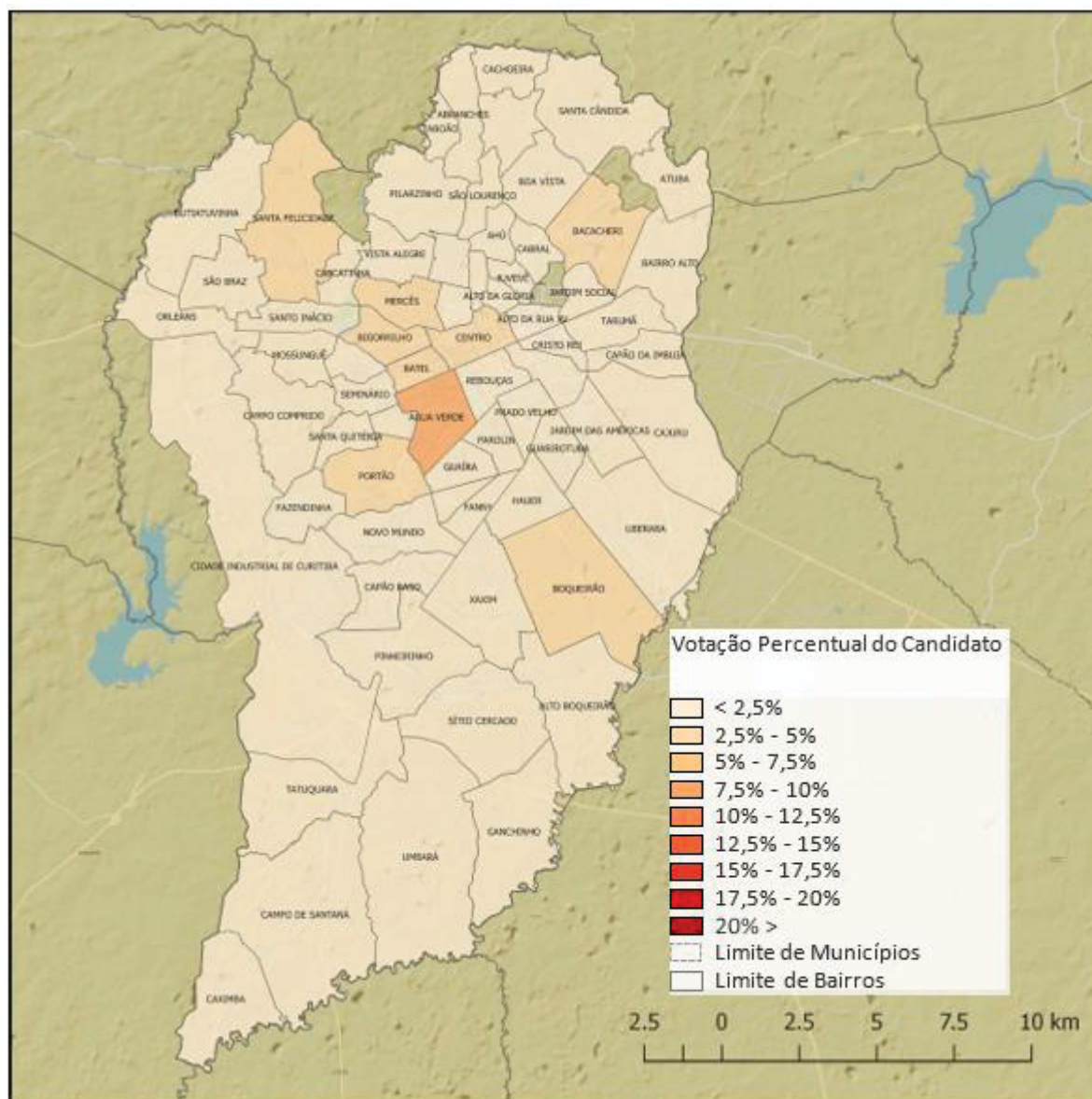


Figura 5.23: Professor Euler (PSD), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	EULER DE FREITAS SILVA JUNIOR
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	ADMINISTRADOR
IDADE	42 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	SP
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	SAO PAULO

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	7.188
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,017
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	AGUA VERDE
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	572
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	7,96%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	23.774
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	2,41%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Dr^a Maria Leticia Fagundes (PV)

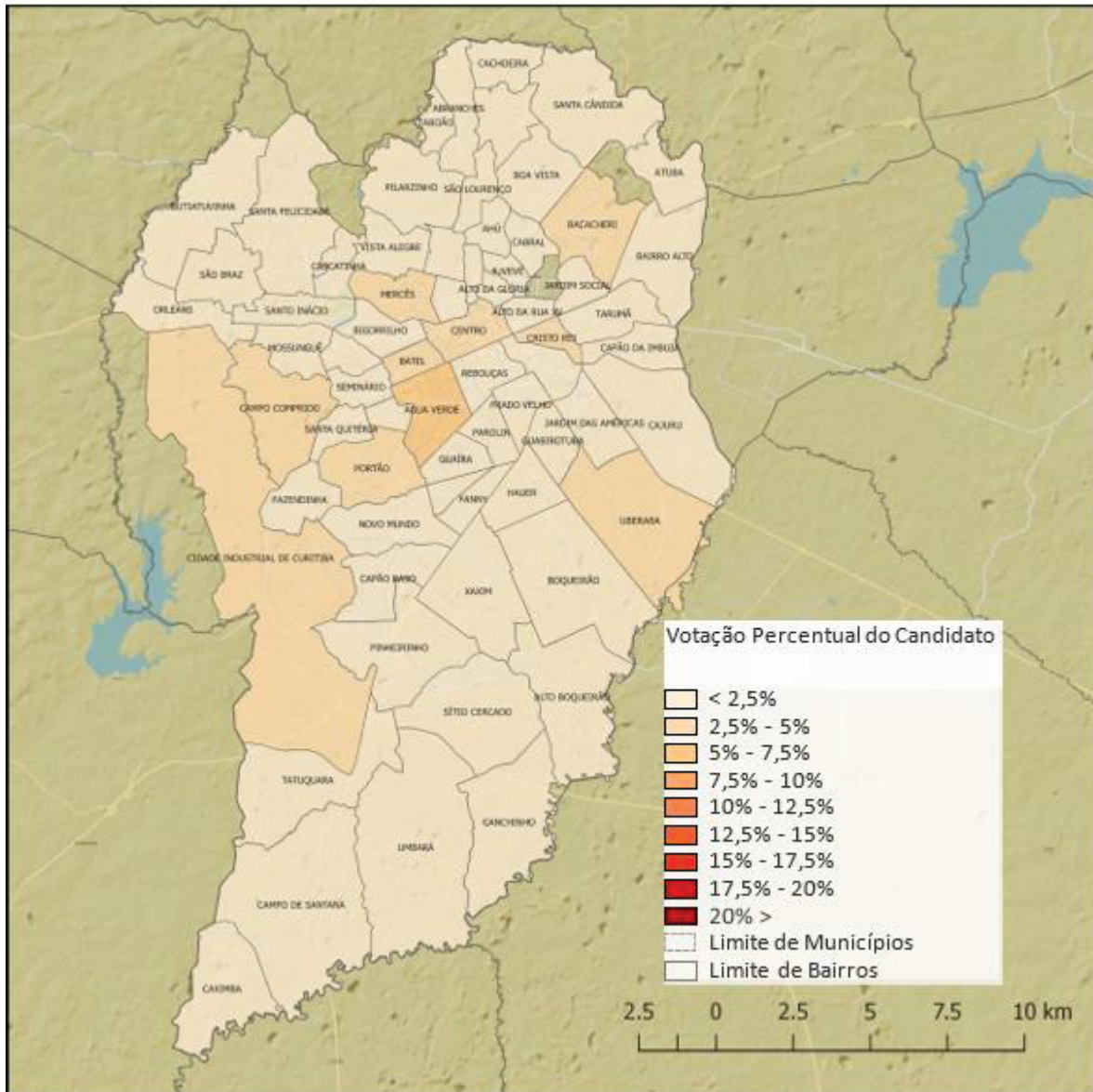


Figura 5.24: Dr^a Maria Leticia Fagundes (PV), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

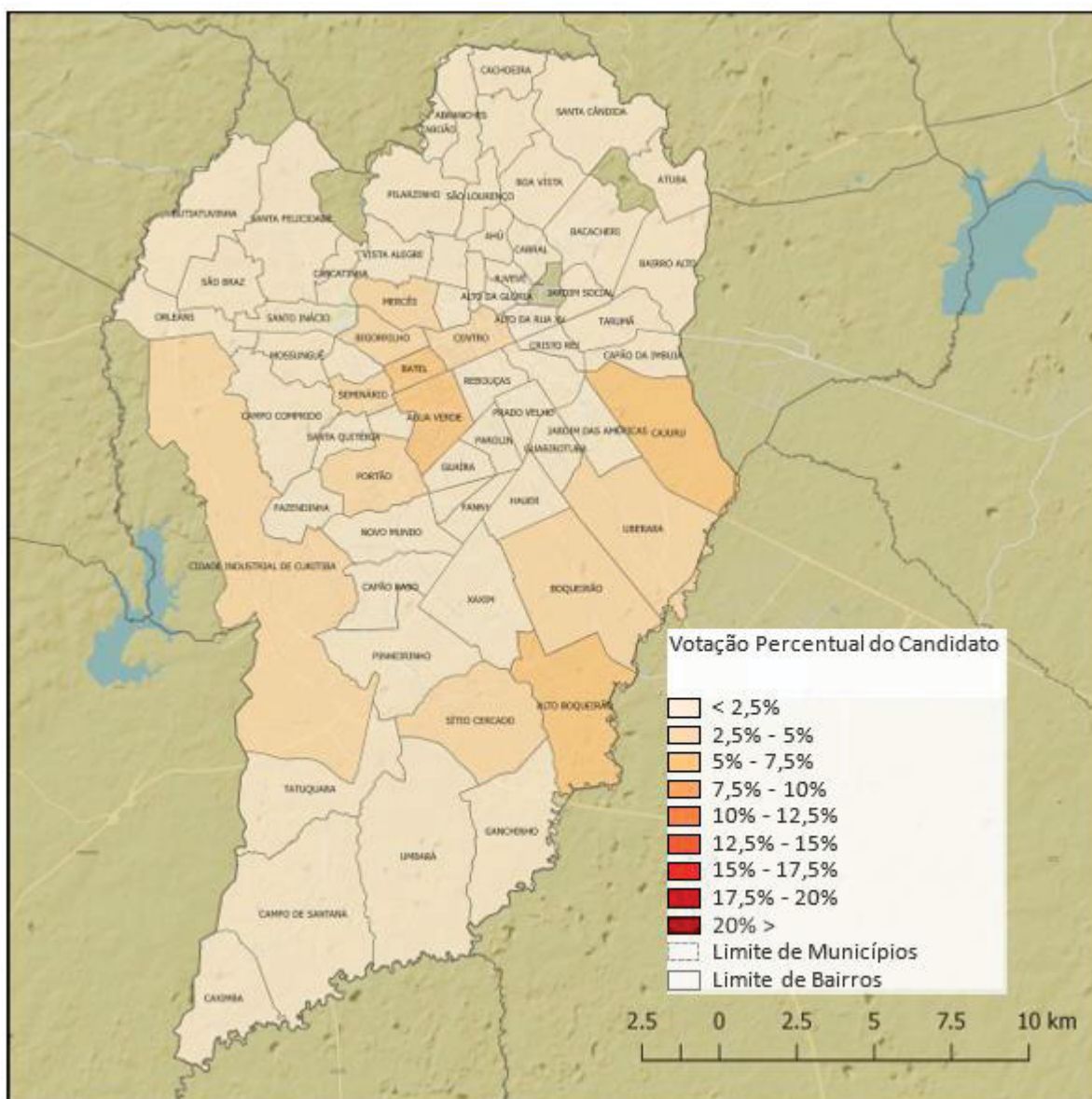
NOME DO CANDIDATO	MARIA LETICIA FAGUNDES
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
IDADE	56 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	DIVORCIADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	GUARATUBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	3.311
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,015
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	AGUA VERDE
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	219
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	6,61%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	23.774
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	0,92%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Pier (PTB)



(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	PIERPAOLO PETRUZZIELLO
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	34 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	7.868
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,014
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	BATEL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	572
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	7,27%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	12.375
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	4,62%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.25: Pier (PTB), Curitiba, 2016

Julieta Reis (DEM)

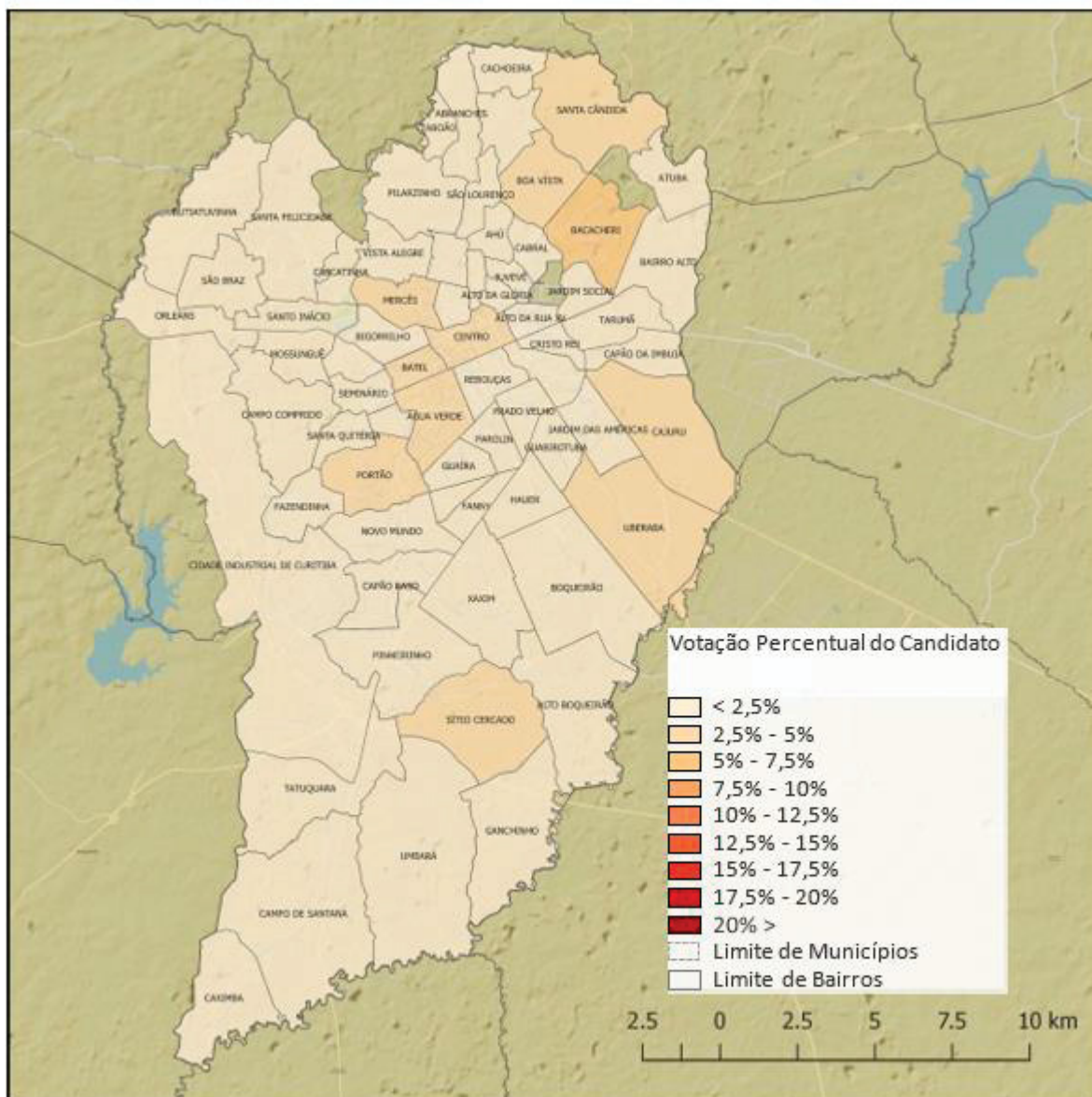


Figura 5.26: Julieta Reis (DEM), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	JULIETA M. B. C. FIALHO DOS REIS
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	69 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	VIÚVO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	6.821
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,011
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	BACACHERI
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	399
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	5,85%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	20.518
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	1,94%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Sabino Pico (DEM)

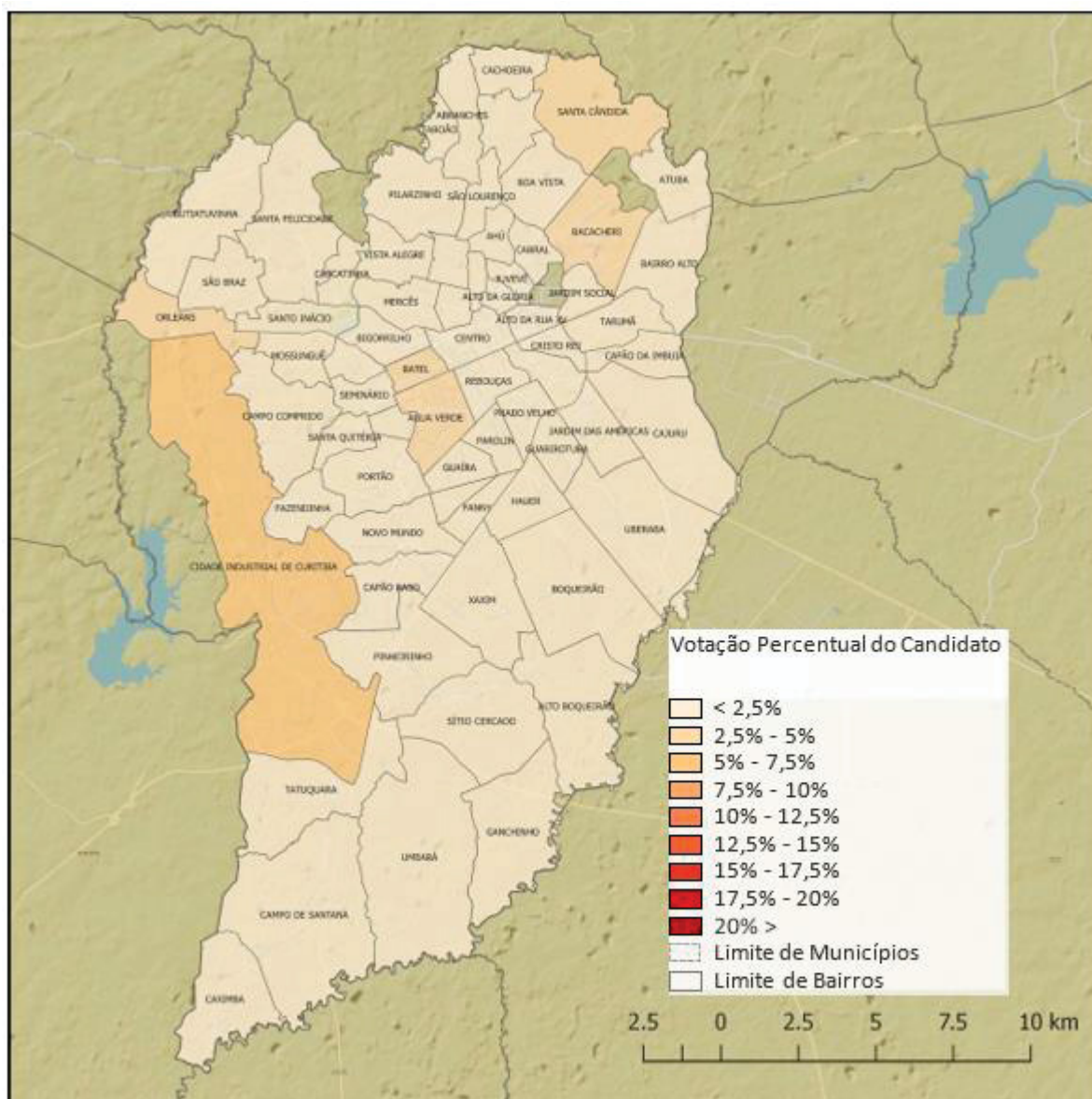


Figura 5.27: Sabino Picolo (DEM), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	SABINO PIÇOLO
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	65 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	FRANCISCO BELTRAO

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	6.565
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,010
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	479
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	7,30%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	0,68%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Katia dos Animais de Rua (SD)

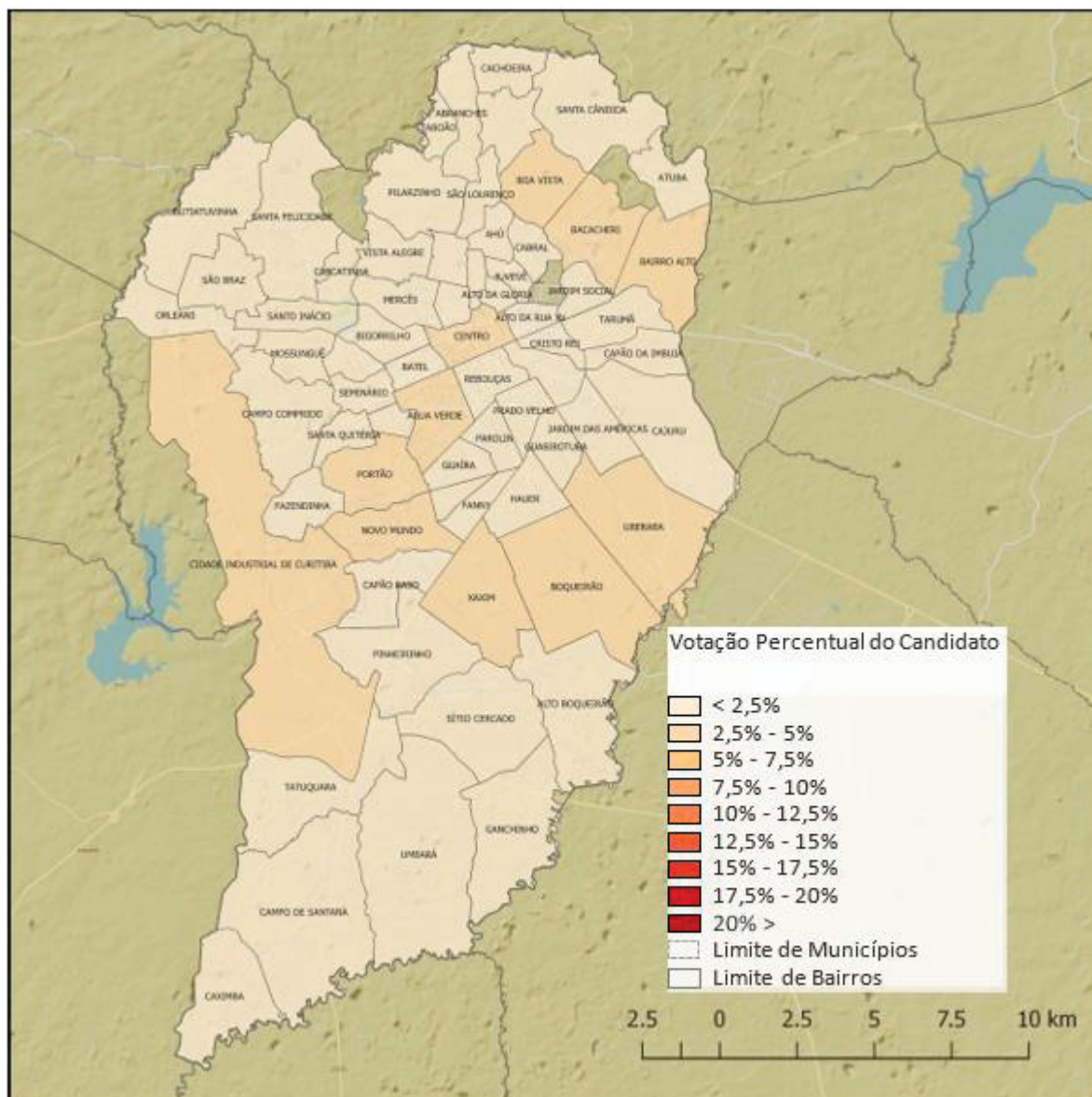


Figura 5.28: Katia dos Animais de Rua (SD), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	KATIA DITTRICH
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	OUTROS
IDADE	47 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	SP
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	SAO PAULO

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	4.068
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,009
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	AGUA VERDE
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	180
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	4,42%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	23.774
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	0,76%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Cristiano Santos (PV)

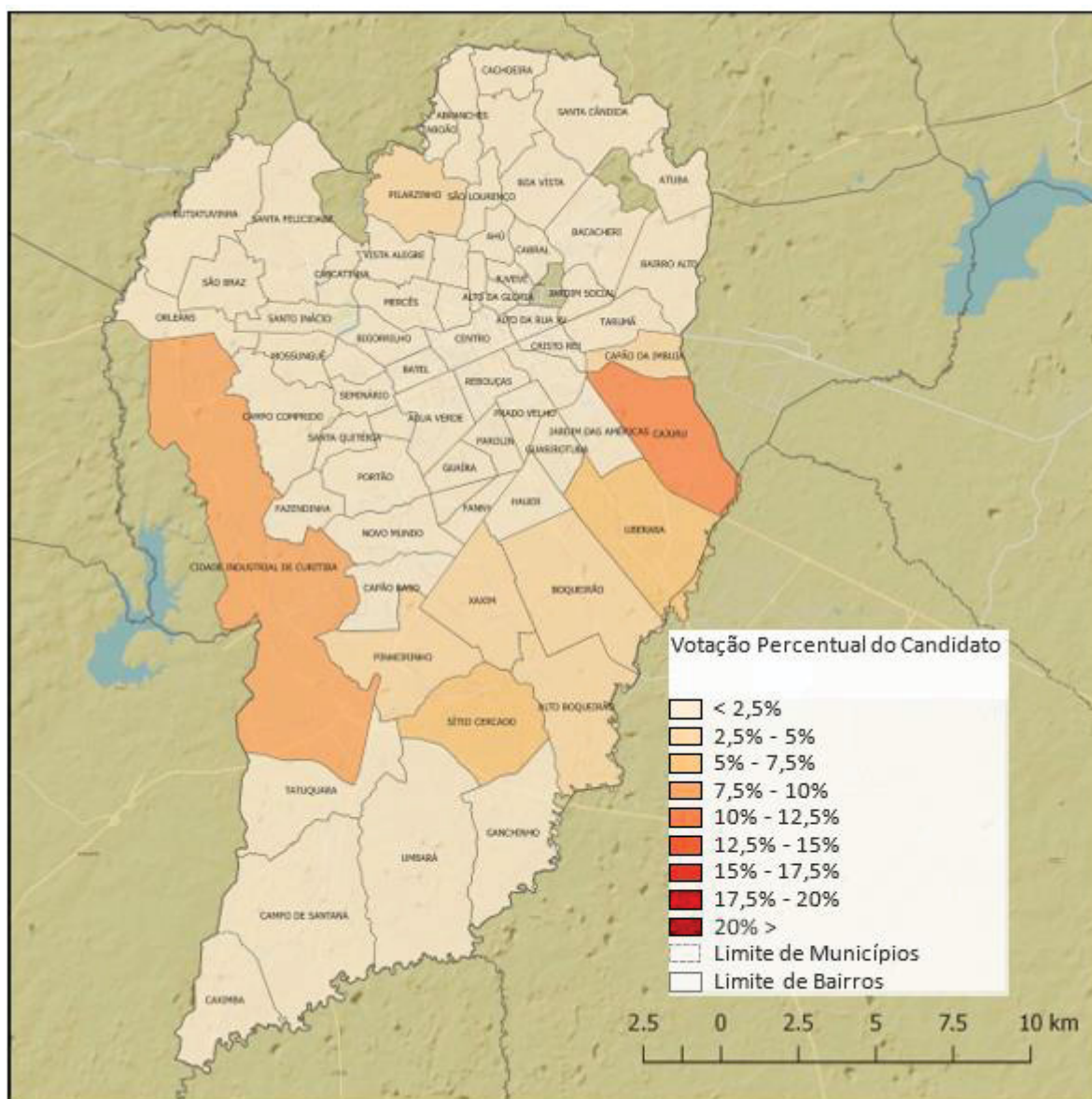


Figura 5.29: Cristiano Santos (PV), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	CRISTIANO PEREIRA DOS SANTOS
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	JORNALISTA E REDATOR
IDADE	36 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	6.151
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,008
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CAJURU
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	767
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	12,47%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	40.468
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	1,90%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Bruno Pessuti (PSD)

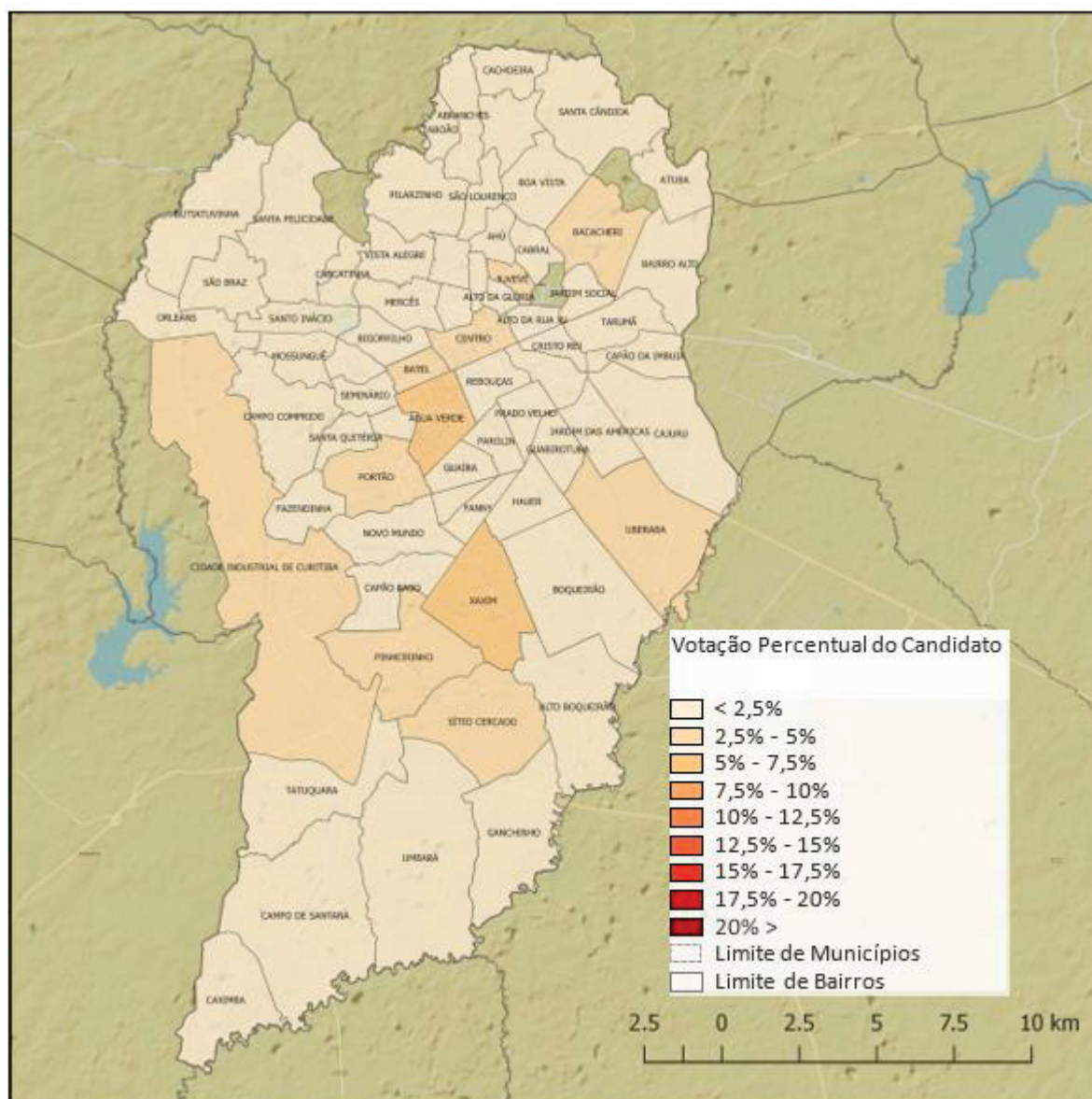


Figura 5.30: Bruno Pessuti (PSD), Curitiba, 2016

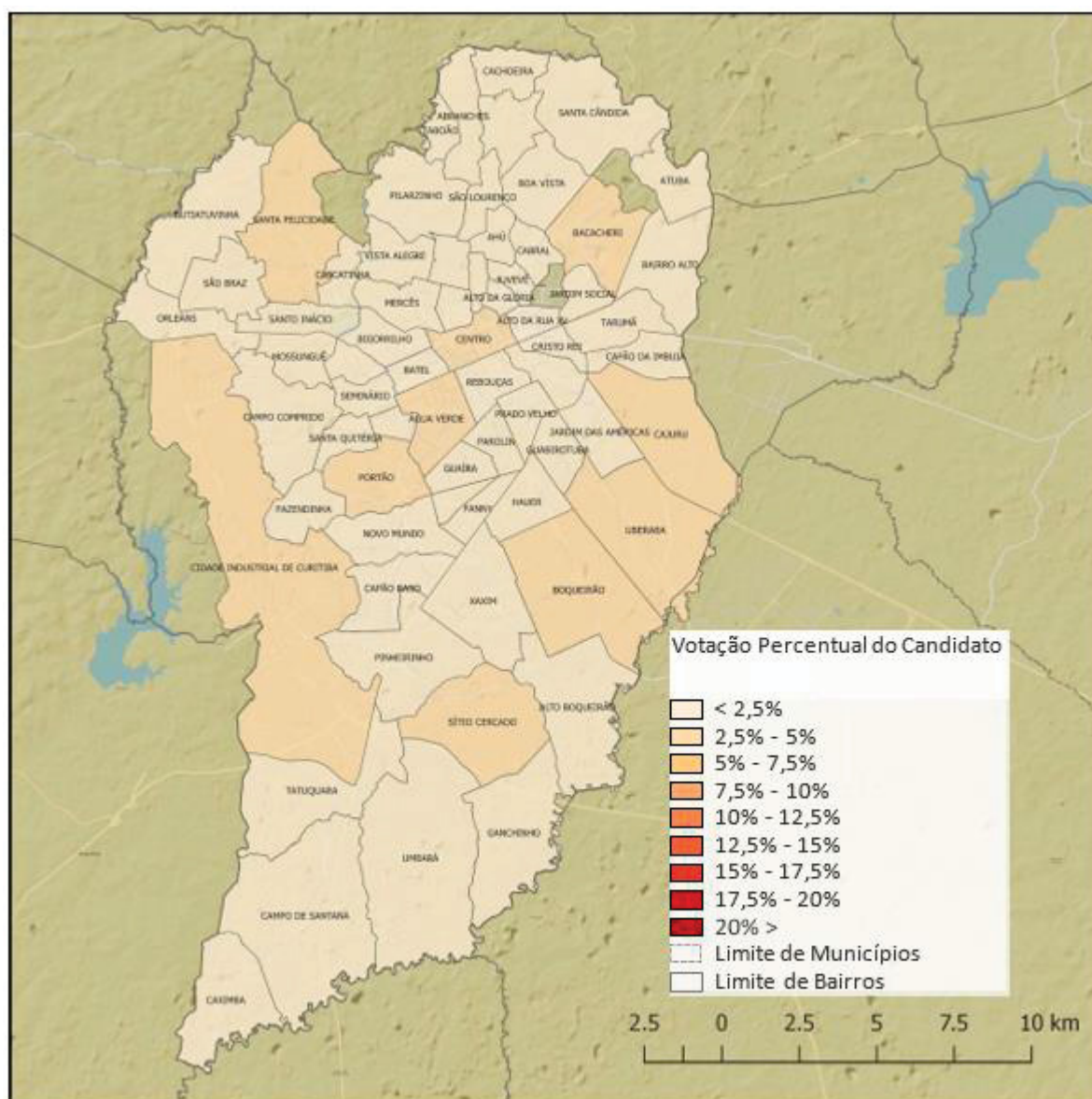
(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	BRUNO EDUARDO FISCHER PESSUTI
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	32 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	4.562
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,008
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	XAXIM
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	251
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	5,50%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	30.548
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	0,82%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral



Fabiane Rosa (PSDC)

Figura 5.31: Fabiane Rosa (PSDC), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	FABIANE DELISIE CABRAL DA ROSA
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	PROFESSOR DE ENS. FUND.
IDADE	43 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	DIVORCIADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	Curitiba

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	7.328
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,007
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	AGUA VERDE
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	314
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	4,28%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	23.774
% DOMINÂNCIA DO BAIRRO	29,5%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Professora Josete (PT)

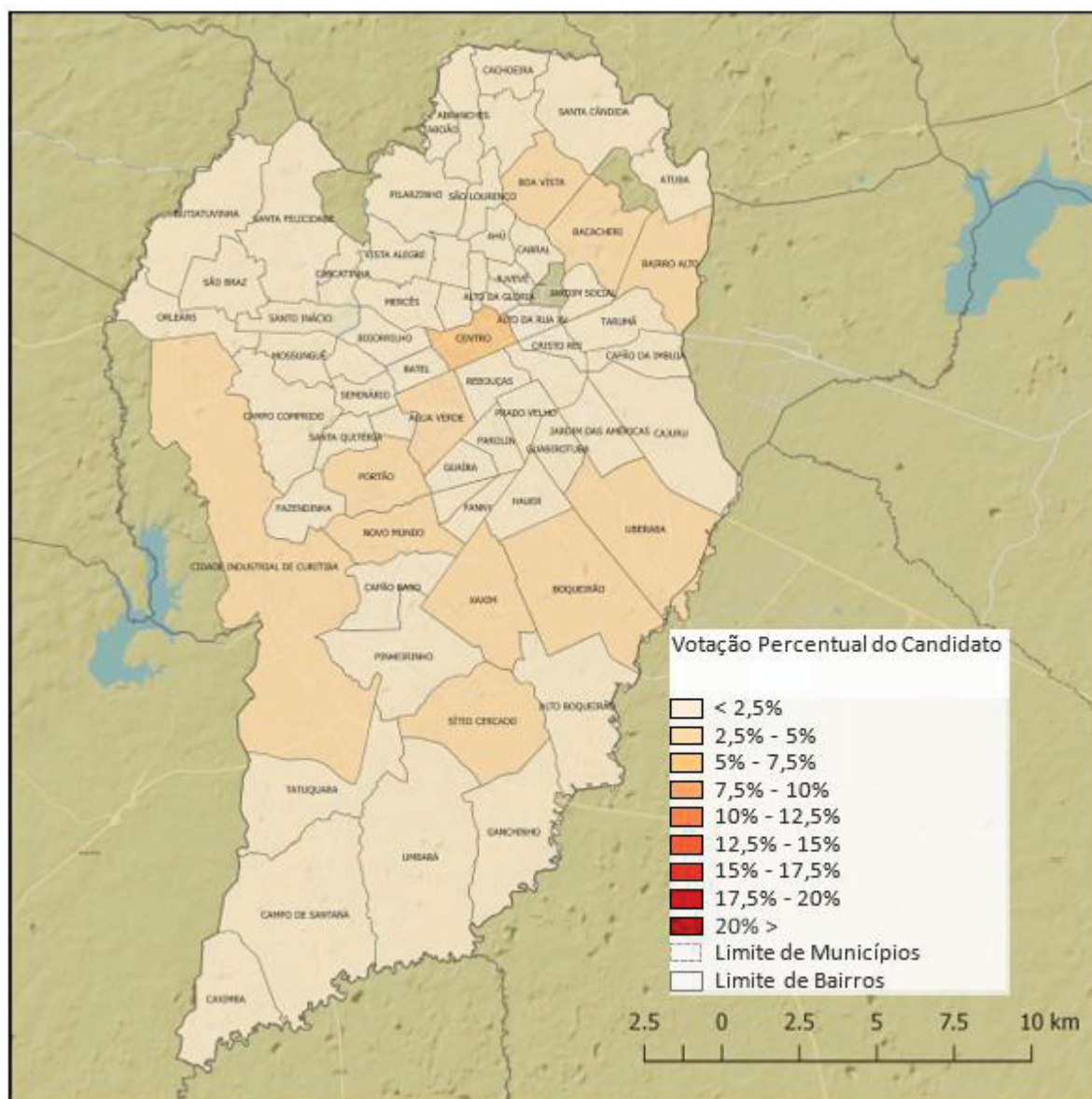


Figura 5.32: Professora Josete (PT), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	JOSETE DUBIASKI DA SILVA
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	52 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	4.432
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,007
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CENTRO
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	256
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	5,78%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	17.475
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	1,46%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Thiago Ferro (PSDB)

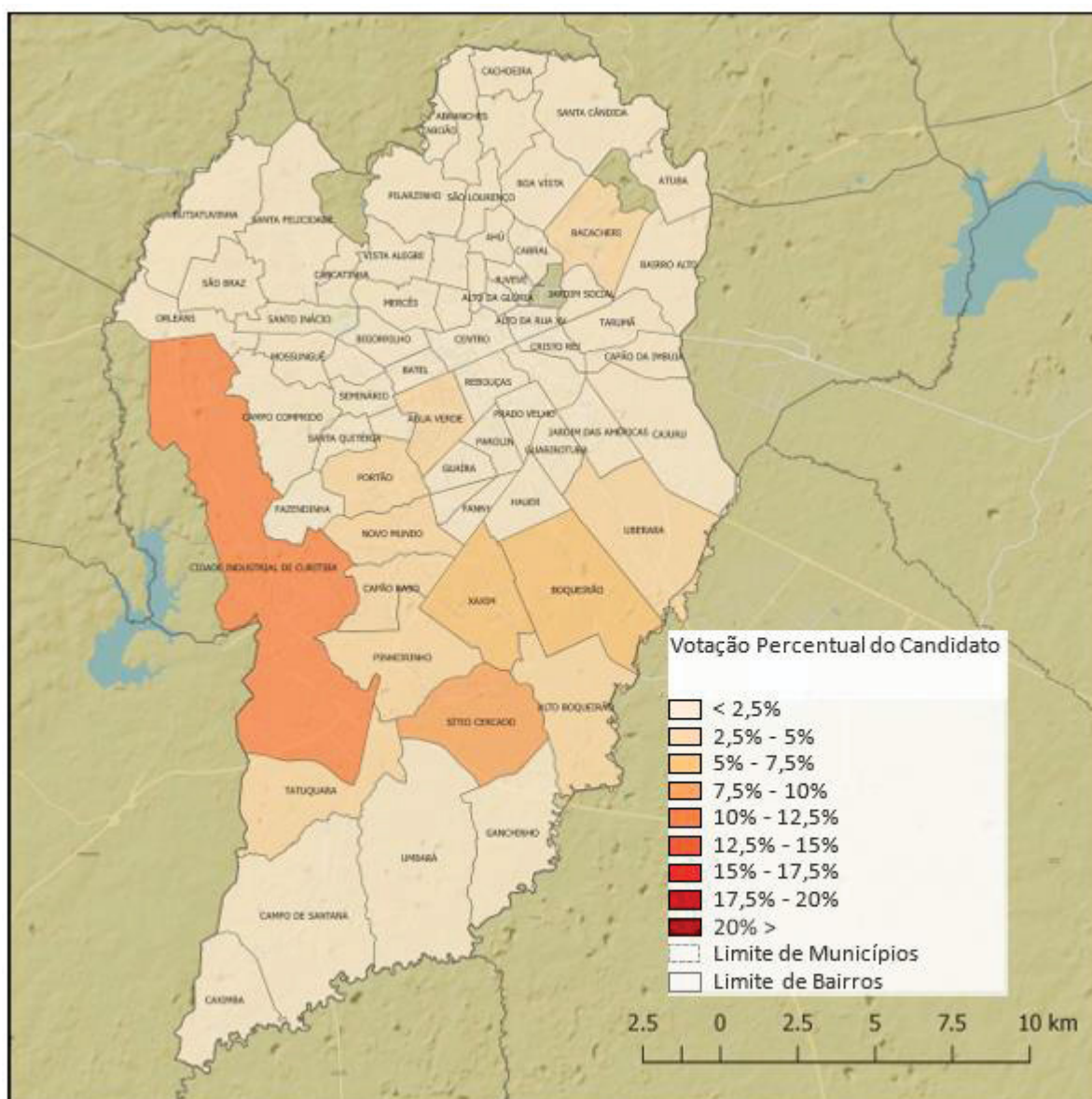


Figura 5.33: Thiago Ferro (PSDB), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

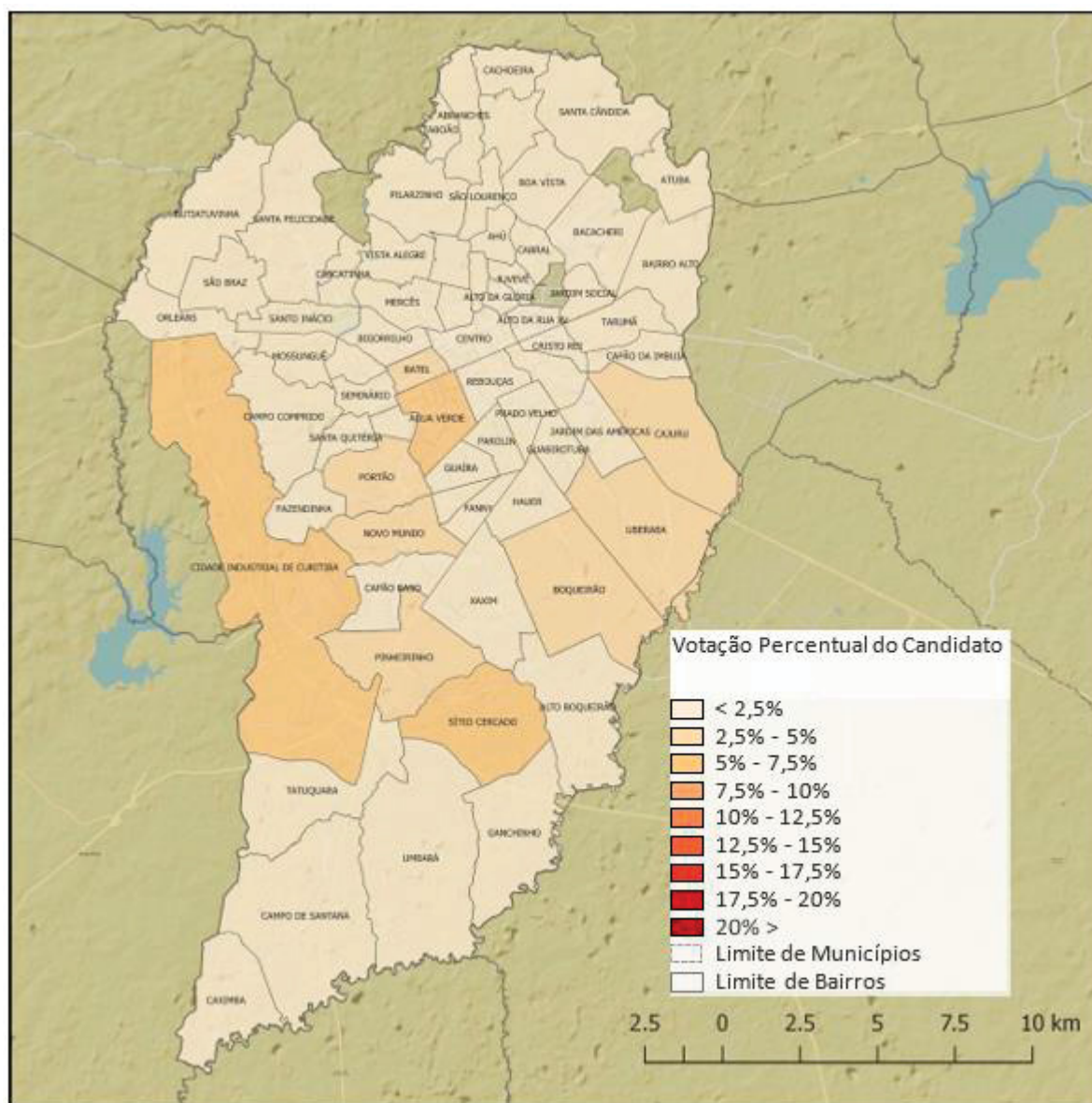
NOME DO CANDIDATO	THIAGO KRONIT FERRO
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	JORNALISTA E REDATOR
IDADE	38 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR INCOMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	GO
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	GOIÂNIA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	6.298
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,006
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	729
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	11,58%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	1,03%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Paulo Rink (PR)



(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	PAULO ROBERTO RINK
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
Ocupação	VEREADOR
IDADE	43 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

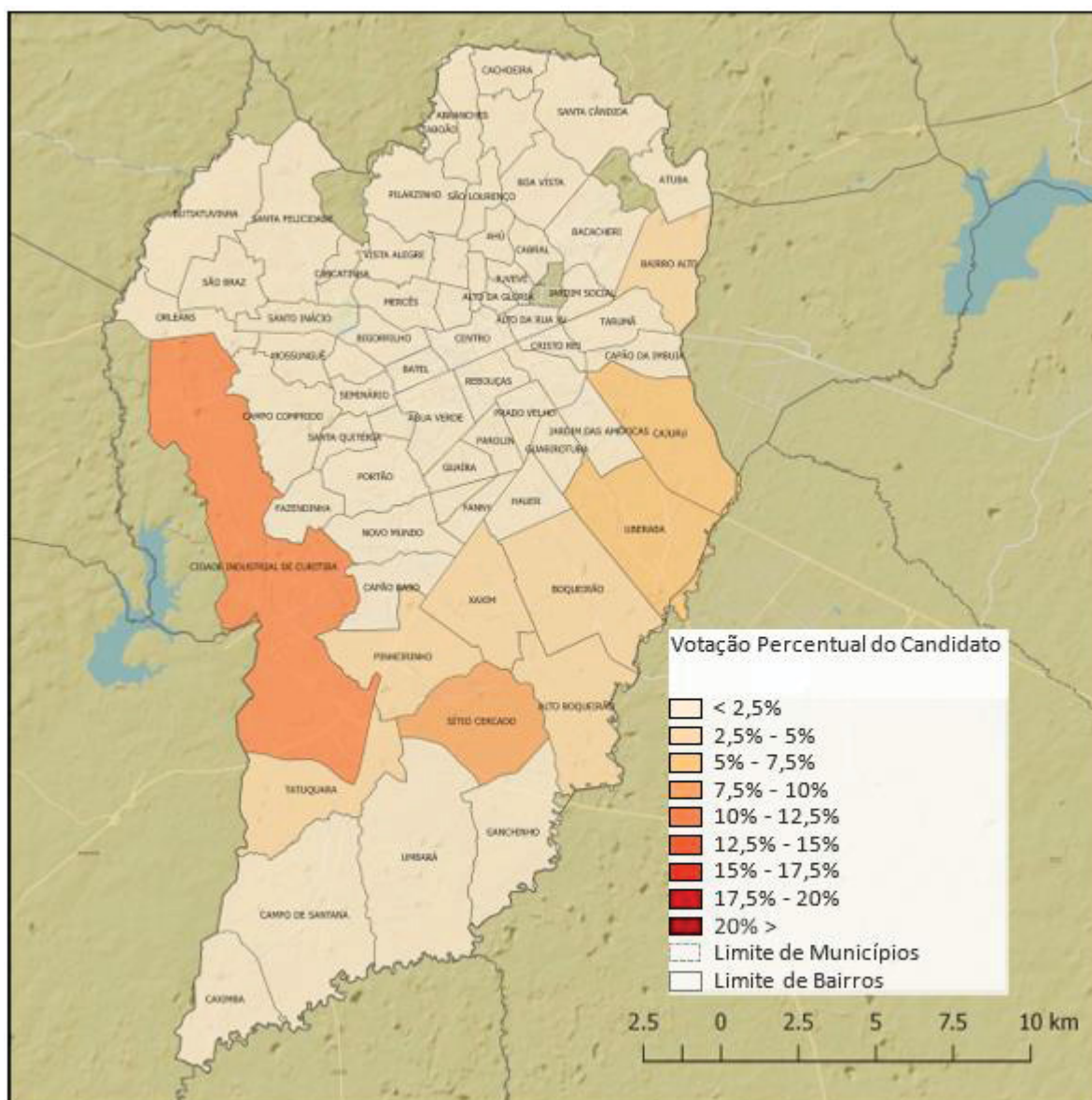
(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	5.607
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,005
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	344
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	6,14%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	0,49%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.34: Paulo Rink (PR), Curitiba, 2016

Noemia Rocha (PMDB)



(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	NOEMIA DE S. E S. ALVES ROCHA
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	VEREADOR
IDADE	55 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	LONDRINA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	4.615
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,004
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	507
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	10,99%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	0,71%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.35: Noemia Rocha (PMDB), Curitiba, 2016

Dr. Wolmir (PSC)

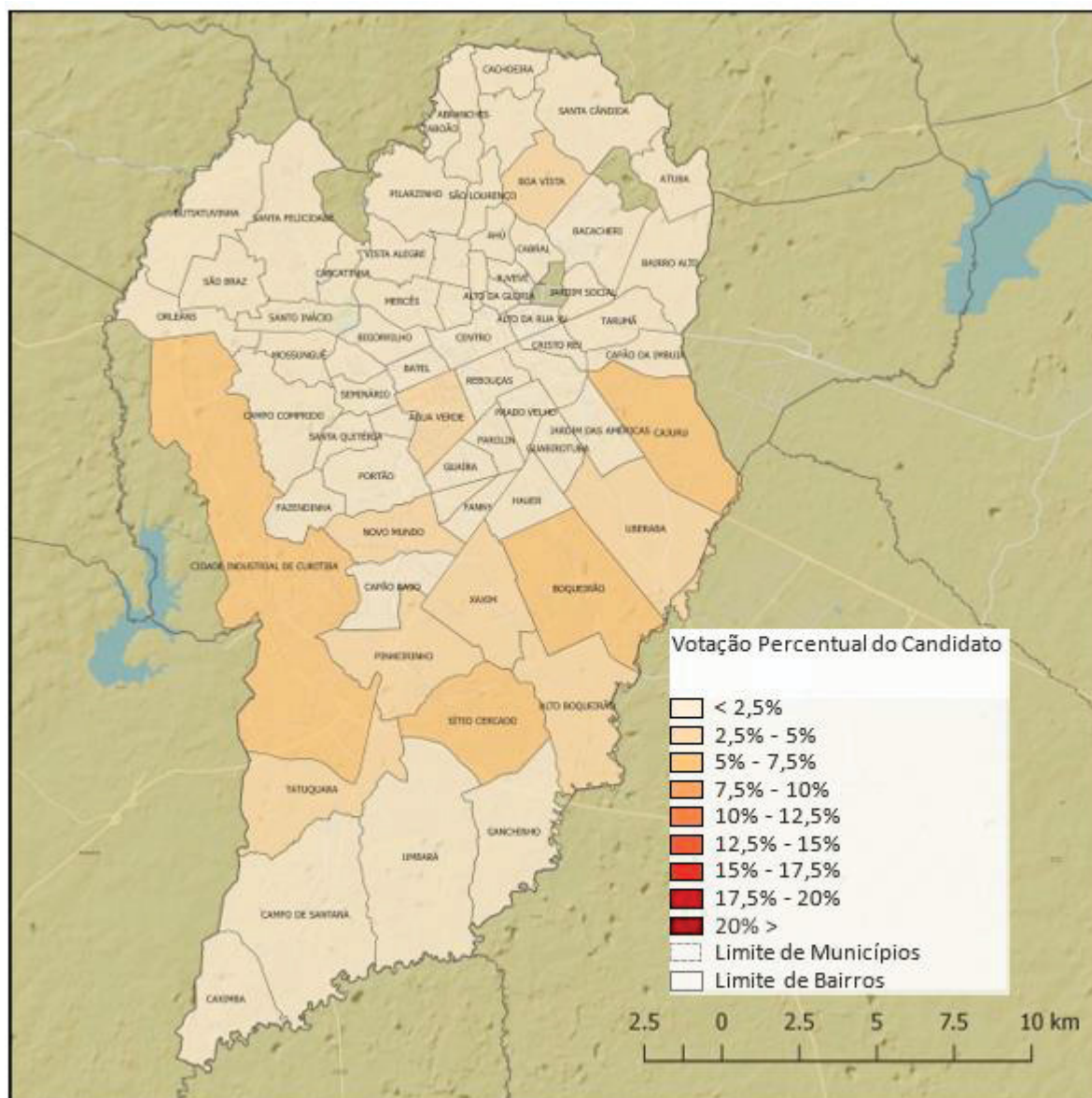


Figura 5.36: Dr. Wolmir (PSC), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

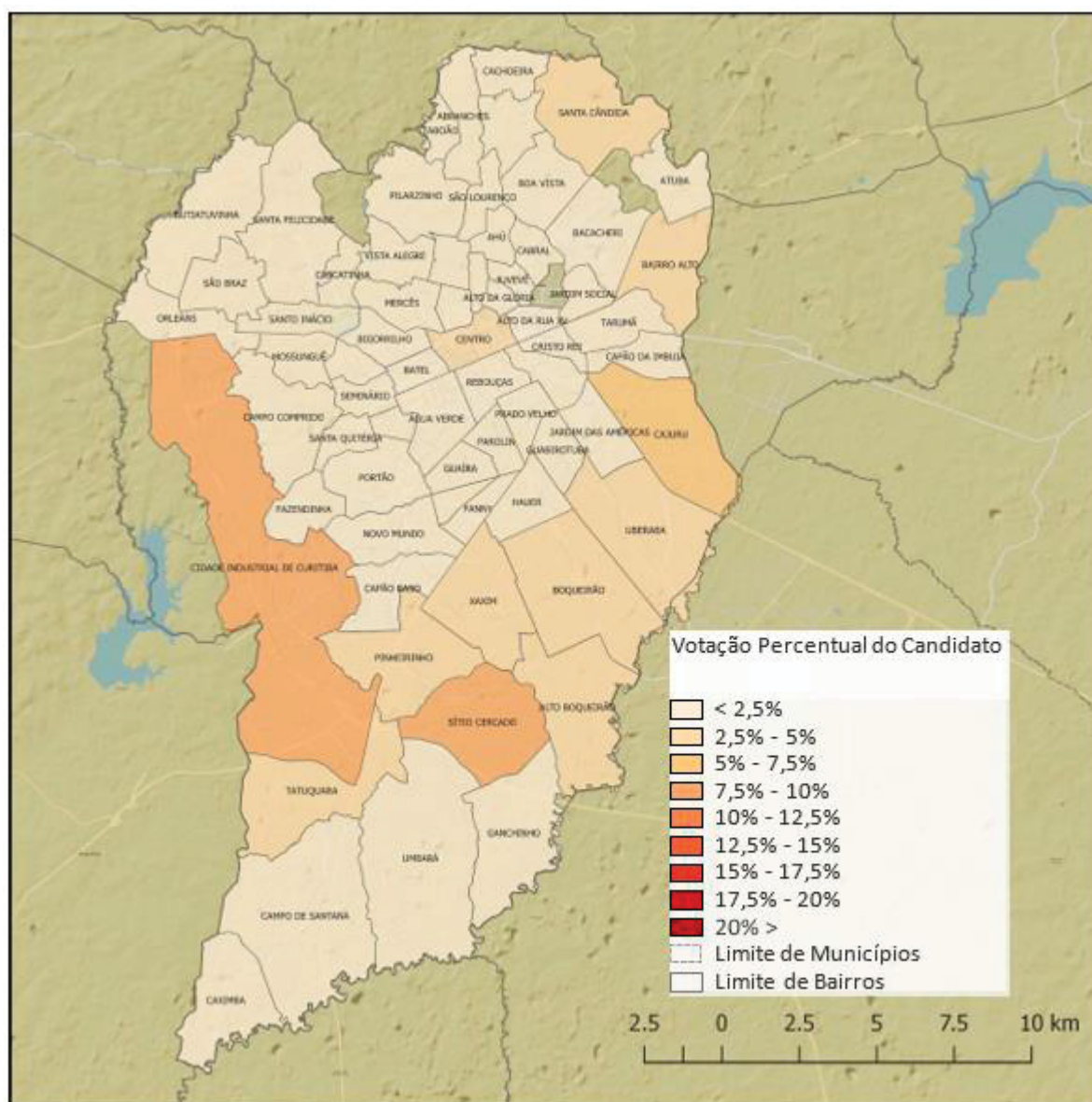
NOME DO CANDIDATO	WOLMIR CARDOSO DE AGUIAR
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA
OCUPAÇÃO	ADVOGADO
IDADE	43 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	SUPERIOR COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	BRANCA
UF DE NASCIMENTO	PR
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	CURITIBA

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	5.182
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,004
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	SITIO CERCARDO
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	372
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	7,18%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	49.273
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	0,75%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Osias Moraes (PRB)



(a) Mapa da Votação

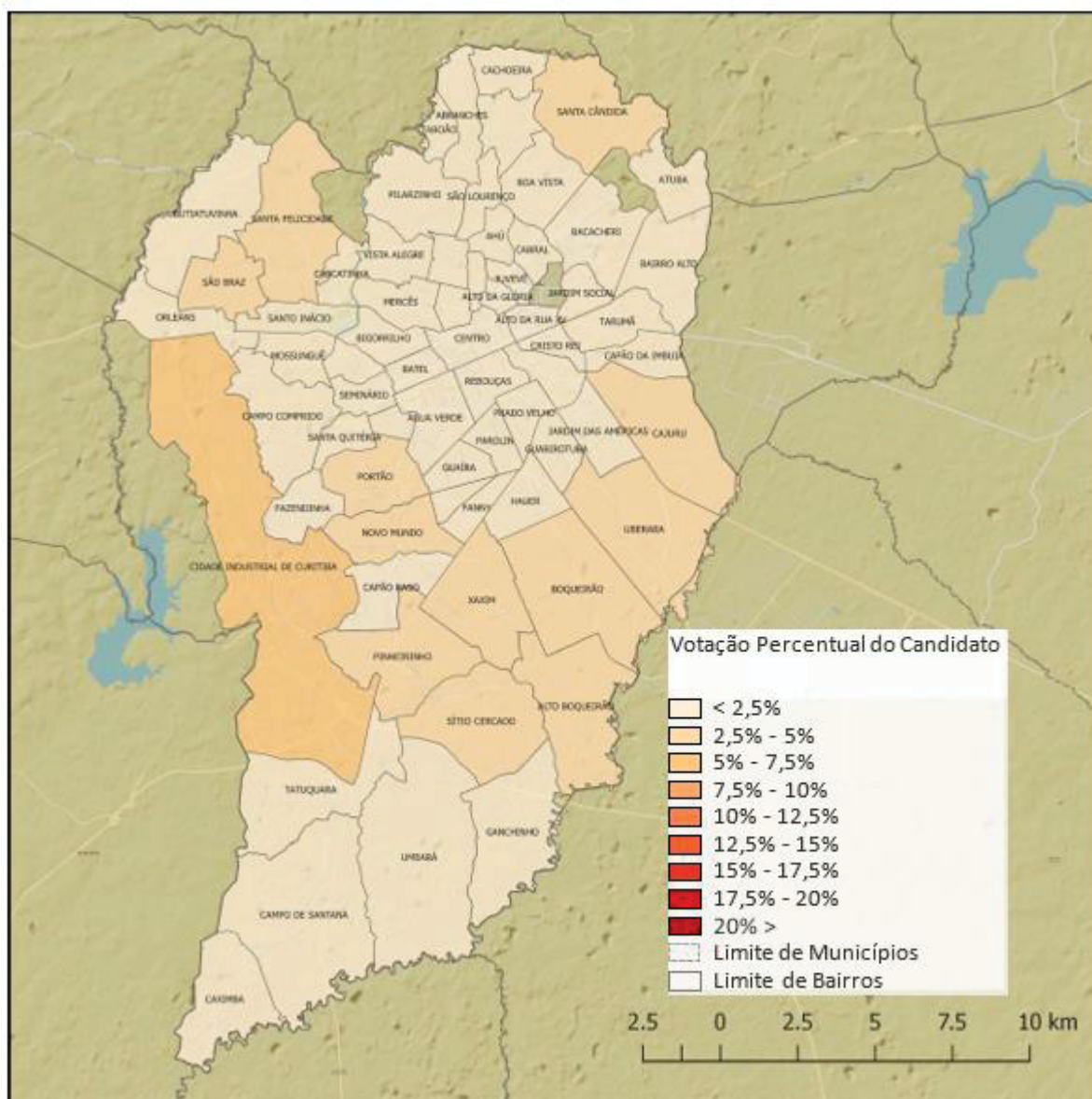
NOME DO CANDIDATO	OSIAS MORAES DE SOUZA
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR QP
OCUPAÇÃO	LOCUTOR DE RÁDIO/TV
IDADE	41 ANOS
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ESTADO CIVIL	CASADO(A)
COR	PARDA
UF DE NASCIMENTO	AM
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	MANAUS

(b) Informações do Candidato

VOTO TOTAL NO CANDIDATO	8.239
CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,003
CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	806
% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	9,78%
VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
% DOMINÂNCIA NO BAIRRO PRINCIPAL	1,14%

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral

Figura 5.37: Osias Moraes (PRB), Curitiba, 2016



Colpani (PSB)

Figura 5.38: Colpani (PSB), Curitiba, 2016

(a) Mapa da Votação

NOME DO CANDIDATO	EDMAR COLPANI	VOTO TOTAL NO CANDIDATO	6.783
SITUAÇÃO NO PLEITO	ELEITO POR MÉDIA	CATEGORIAS DE VOTOS	ALTA VOTAÇÃO
OCUPAÇÃO	VEREADOR	G (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)	0,003
IDADE	55 ANOS	CATEGORIA DE CONCENTRAÇÃO	CONCENTRAÇÃO BAIXA
GRAU DE INSTRUÇÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	BAIRRO PRINCIPAL	CIDADE INDUSTRIAL
ESTADO CIVIL	CASADO(A)	VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	440
COR	BRANCA	% VOTO NO BAIRRO PRINCIPAL	6,49%
UF DE NASCIMENTO	PR	VOTO TOTAL DO BAIRRO	70.915
MUNICÍPIO DE NASCIMENTO	Curitiba	% DOMINÂNCIA DE VOTOS	0,63%

(b) Informações do Candidato

(c) Medidas de Desempenho Eleitoral